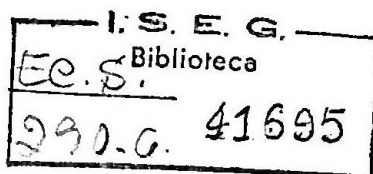


**Universidade Técnica de Lisboa**  
**INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**

RESERVADO



HV41  
T46  
1994

**A CONTRIBUIÇÃO DO DESPORTO**  
**PARA O BEM-ESTAR SOCIAL**

Padrões da intervenção pública no desporto  
nos níveis nacional e comunitário em 1990

**Fernando José dos Santos Tenreiro**

Dissertação orientada pelo Professor Doutor José António Pereirinha,  
apresentada no Instituto Superior de Economia e Gestão,  
Universidade Técnica de Lisboa para obtenção do  
grau de mestre em Economia e Política Social

Julho de 1994



## Nota explicativa da Errata

Duas questões se colocaram ao mestrando com o aproximar do prazo limite da entrega da tese face ao seu finalizar tardio. Terminar a tese corrigindo posteriormente os problemas vários que permaneciam ou solicitar o prolongamento do prazo de elaboração. Optou-se pela primeira hipótese dado que o autor considerou que o objectivo da tese tinha sido alcançado apesar de permanecerem questões de forma e igualmente outras de conteúdo da sua responsabilidade.

## Errata

Versão de Junho de 1994		Versão de Julho de 1994	
Página, Parág., Linha	Texto	Página, Parág., Linha	Texto
Capa	grau de mestre em Economia	Capa	grau de mestre em Economia e Política Social
Capa	28 de Junho	Capa	Julho
3, 3, 2	áreas a novas	3, 3, 2	áreas permitindo novas
4, 1, 2	objecto a tese	4, 1, 2	objecto da tese
4, 1, 7	António Cabral Faria, ... (e outros)	4, 1, 7	Eng. António Cabral Faria, ... (e outros) são também acrescentados nomes antes omissos
6, 2, 1	resultados da política desportiva	6, 2, 1	política desportiva
6, 2, 3	alta competição - futebol e jogos olímpicos	6, 2, 3	futebol e jogos olímpicos
7	alterada a paginação das figuras a partir da figura 4.1	7	
8	alterada a paginação dos quadros a partir do quadro 4.1	8	
10, 3, 1	Comunidade	10, 3, 1	União
10, 5, 2		10, 5, 2	
10, 6, 4	Estado	10, 6, 4	estado
10, 6, 6	à actividades	10, 6, 6	às actividades

Versão de Junho de 1994		Versão de Julho de 1994	
Página, Parág., Linha	Texto	Página, Parág., Linha	Texto
13, 2, 5	do mercado	13, 2, 5	no mercado
15, 1, 2	abordando	15, 1, 2	considerando
16, 3, 2	Rodgers (1978)	16, 3, 2	Rodgers (1977)
17, 2, 1		17, 2, 1	
17, 2, 9	Bento (1992)	17, 2, 9	Bento (1991)
18, 5, 1	Dunbar (1991)	18, 5, 1	Dunbar (1992)
22, 1, 1	Rissanen	22, 1, 1	Valtonen
22, 3, 2	como bens e serviços	22, 3, 2	como serviços
23, 2	a segunda frase foi escrita de novo	23, 2	
23, 3, 8	Castejon	23, 3, 8	Paz
23, 3, 8	trabalho pioneiro para	23, 3, 8	trabalho para
24, 1, 1	Gratton e Taylor	24, 1, 1	Gratton e Taylor (1992)
24, 2	introduzidas vírgulas	24, 2	
25, 1, 3	Clayes, 1979	25, 1, 3	Clayes, 1982
25, 3	Aqui um conjunto de praticantes, treinadores ... possuem um certo grau de profissionalização	25, 3	Aqui o conjunto de praticantes possui um certo grau de intensidade de prática
26, 2	introduzidas vírgulas	26, 2	
28, 2, 5	ter	28, 2, 5	tendo
29, 1, 5	diferentes que	29, 1, 1	diferentes países que
30, 5, 6	mercantis	30, 4, 6	mercantil
31, 1, 1	da	30, 5, 1	de
31, 1, 7	Administrações	31, 1, 3	administrações
31, 1, 9	clube da	31, 1, 5	clube provêm da
31, 4, 1	Jones (1990)	31, 4, 1	Jones (1989)
31, 6, 2			
32, 3, 3	Quadro .	32, 2, 3	Quadro 2.3.

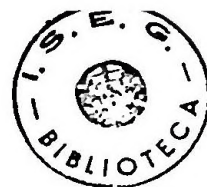
Versão de Junho de 1994		Versão de Julho de 1994	
Página, Parág., Linha	Texto	Página, Parág., Linha	Texto
32, 5, 2	organizações lucrativas	32, 4, 2	organizações não-lucrativas, o Associativismo
34, 36,	Tenreiro	34, 36,	Santos
37 início e fim	produto interno bruto a preços de mercado desportivo	37 início e fim	produto interno bruto desportivo a preços de mercado
37, 1, 2	homogeneidade que	37, 1, 2	homogeneidade
37, 1, 7	quadro	37, 1, 7	quadro 2.4
38, 1, 5	modesta	38, 1, 5	modestas
38, 1, 5	quadro	38, 1, 5	quadro 2.5
40, 2, 3	publicação	40, 2, 3	publicação de
41, 3, 8	stress	41, 3, 8	tensão
44, 1, 3	do	44, 1, 3	do do
44, 1, 5	maíEstados	44, 1, 5	manifestados
44, 1, 9	Soren	44, 1, 9	Riiskjaer
44, 3	introduzida a primeira frase do parágrafo	44, 3	
46, 4, 4	nota de pé de página número 8 retirada	46, 4, 4	
48, 2, 2	é	48, 2, 2	seja
49, 2, 1	figura	49, 2, 1	figura 2.4
49, 3, 3		49, 3, 3	Este é o rendimento do produtor
49, 4, 4		49, 4, 4	para além do valor do bem representado pelo rendimento do produtor.
49, 6, 1	economia descrita	49, 6, 1	mercado descrito
50, 1, 2	na	50, 1, 2	no lado direito da
50, 3, 4	procura	50, 3, 4	Procura
53, 2, 3	para	53, 2, 3	para o
54, 4, 1	visando	54, 4, 1	que possibilite

Versão de Junho de 1994		Versão de Julho de 1994	
Página, Parág., Linha	Texto	Página, Parág., Linha	Texto
54, 4, 2	recorrendo para isso a	54, 4, 2	recorrendo a
57, 4, 1	visam	57, 4, 1	procuram
57, 4, 2	visam aconselhar	57, 4, 2	aconselham
58, 4, 3	McCormick	58, 4, 3	Clement et alii
60, 2, 7	financiamento alternativo da	60, 2, 7	financiamento da
61, 1, 7	privados	61, 1, 7	privado
63, 3, 1	Instituto Nomisma	63, 3, 1	Brunelli
66, 1, 6	o	66, 1, 6	a
66, 3, 1	oferece	66, 3, 1	oferecem
66, 4, 2	Lybrand	66, 4, 2	Lybrand (1993)
66, 4, 3	Comunidade	66, 4, 3	União
66, 4, 5		66, 4, 5	
67, 5, 4	e de entre a recreação e a alta competição	67, 5, 4	e entre a Recreação e a Alta Competição
68, 1, 1	di Quadro 2.3	68, 1, 1	do Quadro 2.3
70, 2, 3	Lybrand	70, 2, 3	Lybrand (1993)
71, 1, 1	PIBpmD	71, 1, 1	PIBDpm
72, , 1	Participante/Procura	72, , 1	PIBD/Procura
72, 2, 2	seguidamente observe-se	72, 2, 2	seguidamente
73, 4, 1	Esta	73, 4, 1	A
75, *		75, *	(ver Chabert, 1990).
76, 1, 2	o Quadro 3.4	76, 1, 2	no Quadro 3.4 a situação Portuguesa
76, 2	Unidade: 0 <sup>6</sup>	76, 2	Unidade: 10 <sup>6</sup>
76, 2	Fonte	76, 2	Fontes
77, 1, 8	última frase do parágrafo é retirada	77, 1, 8	
77	passa a conter a Figura 3.2 alterando toda a paginação futura do trabalho	77	
78, 2, 2	- Níveis Central, Regional e Local	78, 2, 2	retirado
81, 2, 2	características	80, 2, 2	características públicas

Versão de Junho de 1994		Versão de Julho de 1994	
Página, Parág., Linha	Texto	Página, Parág., Linha	Texto
83, 4, 1	Na sua aplicação	82, 4, 1	retirado
84, 4, 2	sistema	83, 4, 2	sistemas
85, 1	(PROC)	84, 1	(PROCCOP)
85, 1	Foi adoptado um conceito restrito de Procura	84, 1	Foi adoptado um conceito restrito de Procura de acordo com Andreff (1994)
86	alteradas as definições de vários indicadores de eficiência	85	
86, 1, 1	factorial	85, 1, 1	factorial
86, 1, 2	tão somente	85, 1, 2	retirada
87, 2, 2	mercao	86, 2, 2	mercado
87, 2, 2	eficiência	86, 2, 2	eficiência
87, 3, 3	mais	86, 3, 4	mais (+)
88	alterada a nota do quadro 4.1	87	
89, 1, 2	vero	88, 2, 2	ver o
91, 1, 1	ineficiência	90, 2, 1	eficiência
91, 2, 3	caso exista algum...	90, 3	retirado
91, 3	alterado todo o terceiro parágrafo	90, 4	
91, 4	alterado o início do quarto parágrafo	90, 5	
91, 6, 3	os	90, 7, 3	as
94	alterada a nota do quadro 4.2	93	
95, 6, 3		94, 6, 3	O mesmo se passará com Portugal e com a Bélgica
97, 1, 1	Quadro	96, 1, 1	Figura
97	alterada a nota do quadro 4.3	96	
97, 2, 2	e eficaz nos factores	96, 2, 2	nos dois factores
97, 2, 3	e ineficaz	96, 2, 3	ou ineficaz em ambos os vectores
98, 1, 3	entre entre	97, 1, 3	retiradas
98, 1, 8	competiçãoem	97, 1, 8	competição em

Versão de Junho de 1994		Versão de Julho de 1994	
Página, Parág., Linha	Texto	Página, Parág., Linha	Texto
98, 3, 2	organismos da administração central	97, 3, 2	administrações centralizadas
99, 6, 4	obtidos terão	98, 6, 4	obtidos em termos de informação estatística no campo desportivo terão
100, 2, 3	a	99, 2, 3	retirada
100, 2, 6	alguns.	99, 2, 6	alguns indicadores
100, 3, 3	(1992)	99, 3, 3	(1991)
101, 1, 1	visando	100, 1, 1	O objectivo principal da sua actividade é
102, 1, 4	mas	101, 1, 4	A definição inclui
102, 1, 5	mas actividades	101, 1, 5	mas que possuem actividades
102, 2, 5	conjunto	101, 2, 5	conjunto largo
103, 5, 4	Pela	102, 5, 4	pela
103, 6, 3	eficiência	102, 6, 3	eficiência
105 a 110	alterada toda a bibliografia que não foi emendada antes da entrega do trabalho	104 a 108	nova bibliografia revista
111	retirados valores da procura lata e introduzido o da população	109	
111		109	introduzida a explicação sobre a procura restrita
112	introduzidas a denominação dos indicadores	110	
113	introduzidas a denominação dos indicadores	111	

Versão de Junho de 1994		Versão de Julho de 1994	
Página, Parág., Linha	Texto	Página, Parág., Linha	Texto
114	introduzidas a denominação dos indicadores	112	
117, 3, 2	desportiva na	115, 3, 2	desportiva em primeiro lugar na
119	PRC AC	117	PRCPOP ACPRC
120, 2, 2	recreativa	118, 2, 2	actividade de recreação
120, 4, 4	Competição.	118, 4, 4	Competição. Observe-se o Capítulo 4.
122, 1, 3	o agrupamento no espaço ortogonal	120, 1, 3	os agrupamentos no espaço ortogonal e que são a base das conclusões da tese.
122, 4, 2	(PRC)	120, 4, 2	(PRCPOP)
123, 3	acrescentado o terceiro parágrafo	121, 3	A dimensão ...
124, 1, 1	é	122, 1, 1	retirada
124, 1, 3	análise da	122, 1, 3	análise do ponto seguinte a da
124, 4, 1	clara realiza-se	122, 4, 1	clara. A sua apresentação realiza-se
124, 5, 2	O que se procurou realizar no ponto seguinte.	122, 5, 2	retirada
125	introduzida a frase	123	Eficiência da Política Central
127	introduzido o primeiro parágrafo	123	A dimensão ...



*À Margarida*

*Ao Diogo*

*À Fátima*



## NOTA PRÉVIA

São várias as colaborações no Instituto Superior de Economia e Gestão, no Instituto do Desporto e no Conselho da Europa que contribuíram para a análise que se apresenta em tese.

Prof. José António Pereirinha a quem expresse o meu profundo agradecimento gostaria de salientar a sua abertura, empenhamento e acompanhamento amigo das questões da Economia do Desporto desde uma fase inicial na Pós-Graduação.

Colectivo de professores da pós-graduação e do mestrado que se interessaram pelo tema do desporto e abriram as suas áreas permitindo novas formas de compreensão da realidade desportiva.

Prof. Vitor Santos ao suscitar de condições de abertura a uma área económica nova, no conselho pronto e nas indicações para a compreensão de aspectos centrais do comportamento dos mecanismos de mercado e dos seus agentes.

Prof. Chris Gratton da Universidade de Tilburg com quem tive uma longa e inesperada conversa acerca da eficiência e eficácia da actuação de organismos públicos no desporto.

Aos representantes nacionais dos países representados no Conselho da Europa devo a possibilidade do confronto de ideias e de realidades desportivas multifacetadas, assim como, o conhecimento base de uma realidade complexa. Gostaria de destacar aqueles que mais contribuíram e viveram os resultados do projecto europeu Michael Collins, George Walker, Huw Jones, Hilary Campbell, Michael Bonner, Soren Riiskjaer, K. Ekman, Peka Rissanen, Marco Brunelli, George Anders, Wolfgang Weber, Vladimir Andreff, Bénédicte Halba e Jean-François Nys.

A ligação à administração do desporto permitiu a percepção da situação desportiva nacional e internacional objecto da tese e a disponibilidade de meios úteis à sua concretização, situação de que é credor o Instituto do Desporto. São de realçar as relações e os contactos com colegas de trabalho que estabelecendo laços de camaradagem franca, contribuíram para a minimização de condicionantes que nos afectam a todos e constituíram, pelo seu interesse continuado, um incentivo decisivo à realização da tese. Neste âmbito pretendo realçar as contribuições de Eng. António Cabral Faria, Prof. João Correia Boaventura, Prof. Teotónio Lima, Teresa Machado, Prof. Olavo Malveiro, Dr. Jorge Naves, Dr. José Manuel Chabert, Prof. Manuel Boa de Jesus, Prof. Jorge Adelino, Arq. Manuel Miranda, Prof. Afonso dos Santos e Prof. Vitor Pataco.

A responsabilidade do trabalho realizado é minha da concepção à apresentação final nomeadamente das lacunas que permanecem.

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>1.1 OBJECTIVOS DA DISSERTAÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>1.2 ACTUALIDADE DO TEMA</b>	<b>12</b>
<b>1.3 PLANO DE TRABALHO</b>	<b>14</b>
<b>2. ACTIVIDADE DESPORTIVA E ECONOMIA DO DESPORTO</b>	<b>16</b>
<b>2.1 CONCEITO DE DESPORTO</b>	<b>16</b>
<b>2.2 CARACTERÍSTICAS ECONÓMICAS DO DESPORTO</b>	<b>22</b>
2.2.1 Valorização económica da actividade desportiva	22
2.2.2 Características do bem desportivo	41
2.2.3 Eficiência de Mercado, Pigou e Coase	46
2.2.4 Conclusão	54
<b>3. INTERVENÇÃO DO ESTADO A NÍVEL EUROPEU</b>	<b>56</b>
<b>3.1 INTRODUÇÃO</b>	<b>56</b>
<b>3.2 DECISÃO PÚBLICA</b>	<b>56</b>
3.2.1 A Informação como Instrumento de Decisão	57
3.2.2 Estudos Europeus	59
3.2.3 Estruturas Públicas	71
<b>3.3 CONCLUSÃO</b>	<b>80</b>
<b>4. PADRÕES DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA</b>	<b>81</b>
<b>4.1 A DEFINIÇÃO DE EFICÁCIA E DE EFICIÊNCIA</b>	<b>81</b>
4.1.1 Considerações acerca dos indicadores	81
4.1.2 Eficácia	83
4.1.3 Eficiência	84

<b>4.2 MERCADO DO DESPORTO</b>	<b>86</b>
4.2.1 Resumo	90
<b>4.3 POLÍTICA DESPORTIVA</b>	<b>91</b>
4.3.1 Procura e Alta Competição	91
4.3.2 Futebol e Jogos Olímpicos	95
<b>4.4 ESTATÍSTICAS DO DESPORTO - RECOMENDAÇÕES</b>	<b>98</b>
<b>5. CONCLUSÃO</b>	<b>101</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA</b>	<b>104</b>
<b>7. ANEXO ESTATÍSTICO</b>	<b>109</b>
<b>8. ANEXO 2</b>	<b>113</b>
8.1 ANÁLISE FACTORIAL	113
8.2 APLICAÇÃO DA ANÁLISE FACTORIAL	115

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 2.1 - FLUXO CIRCULAR DO MODELO DO RENDIMENTO	24
FIGURA 2.2 - PRODUTO INTERNO BRUTO DESPORTIVO A PREÇOS DE MERCADO (1990)	39
FIGURA 2.3 - CURVA DA PROCURA	47
FIGURA 2.4 - CURVA DA OFERTA E EQUILÍBRIO DO MERCADO	48
FIGURA 2.5 - INEXISTÊNCIA DO MERCADO	50
FIGURA 2.6 - EQUILÍBRIO NA PRESENÇA DE EXTERNALIDADES POSITIVAS	51
FIGURA 3.1 - PIB DESPORTIVO E POR PARTICIPANTE/PROCURA	72
FIGURA 3.2 - FINANCIAMENTO PÚBLICO EM 11 PAÍSES EUROPEUS	77
FIGURA 3.3 - NÍVEIS CENTRAL, REGIONAL E LOCAL DO FINANCIAMENTO PÚBLICO	79
FIGURA 4.1 - MERCADO DESPORTIVO EUROPEU	87
FIGURA 4.2 - PROCURA E ALTA COMPETIÇÃO	93
FIGURA 4.3 - ALTA COMPETIÇÃO	96
FIGURA 8.1- MERCADO DO DESPORTO	118
FIGURA 8.2 - PROCURA E ALTA COMPETIÇÃO	123
FIGURA 8.3 - FUTEBOL E JOGOS OLÍMPICOS	126

## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 2.1- MERCADOS DO DESPORTO - RECREAÇÃO E ALTA COMPETIÇÃO	26
QUADRO 2.2 - MERCADOS DO DESPORTO - FORMAÇÃO E MANUTENÇÃO	27
QUADRO 2.3 - MATRIZ INPUT-OUTPUT DO DESPORTO	34
QUADRO 2.4 - PROCURA FINAL DE BENS E SERVIÇOS DESPORTIVOS	36
QUADRO 2.5 - PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO DESPORTIVO	37
QUADRO 3.1 - DESPESA PER CAPITA E MEMBROS DE CLUBES	63
QUADRO 3.2 - MEDIDAS DE POLÍTICA TOMADAS PELA COMISSÃO DA CE	68
QUADRO 3.3- MINISTÉRIOS RELACIONADOS COM O DESPORTO	75
QUADRO 3.4 - DESPESA POR ORGANISMO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	76
QUADRO 4.1 - INDICADORES DE EFICÁCIA	84
QUADRO 4.2 - INDICADORES DE EFICIÊNCIA	85
QUADRO 4.3 - FACTORES DO MERCADO	86
QUADRO 4.4 - FACTORES DA PROCURA E DA ALTA COMPETIÇÃO	91
QUADRO 4.5 - FACTORES EXPLICATIVOS DO FUTEBOL E DA ALTA COMPETIÇÃO	95
QUADRO 7.1 - PROCURA	109
QUADRO 7.2 - INDICADORES DESPORTIVOS EUROPEUS	110
QUADRO 7.3 - INDICADORES DE EFICÁCIA	111
QUADRO 7.4 - INDICADORES DE EFICIÊNCIA	112
QUADRO 8.1- MATRIZ DE CORRELAÇÕES	117
QUADRO 8.2 - FACTORES EXPLICATIVOS DO MERCADO DESPORTIVO	118
QUADRO 8.3 - AGRUPAMENTOS NO MERCADO DESPORTIVO	120
QUADRO 8.4 - PROCURA E ALTA COMPETIÇÃO	121
QUADRO 8.5 - FACTORES DA PROCURA E DA ALTA COMPETIÇÃO	122
QUADRO 8.6 - AGRUPAMENTO DE PAÍSES DA PROCURA E ALTA COMPETIÇÃO	124
QUADRO 8.7 - MATRIZ DE CORRELAÇÕES	125
QUADRO 8.8 - FACTORES EXPLICATIVOS DO FUTEBOL E DA ALTA COMPETIÇÃO	125
QUADRO 8.9 - AGRUPAMENTOS DO FUTEBOL E DOS JOGOS OLÍMPICOS	127

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 OBJECTIVOS DA DISSERTAÇÃO

A tese visa criar um quadro de suporte à análise das políticas desportivas e de avaliação dos seus efeitos que permita a identificação de padrões de intervenção do Estado no Desporto.

Pretende-se determinar na tese até que ponto o mercado do desporto de um conjunto de países europeus, entre os quais se encontra Portugal, é eficiente na maximização do bem-estar social. Pretendem-se determinar as hipóteses de realização das políticas desportivas identificadas com os princípios Pigouvianas e Coaseanas por parte dos governos face às situações encontradas.

A análise das políticas desportivas passa pela análise da eficiência dos respectivos sistemas. Nesse sentido este estudo procura uma medida de diferenciação dos sistemas mais e menos eficientes perante a economia e a sociedade. Procura-se determinar até que ponto aqueles que são eficientes têm uma estrutura que contribui para a maximização do bem-estar social e aqueles países que dela se afastam ou se, sendo eficazes, também contribuam para o bem-estar social embora se encontrem afastados de comportamentos eficientes.

O estímulo para o desenvolvimento da economia do desporto surge de três vertentes principais, sendo o primeiro o envolvimento crescente do Estado na actividade desportiva europeia na valorização das externalidades produzidas pelo desporto; o segundo a crise da actuação do Estado no fim dos anos setenta, início dos oitenta; e, por fim, a diversificação e aprofundamento das formas de expressão da actividade física com repercussões significativas no mercado desportivo.

A aplicação de modelos económicos permite avaliar as características, a dimensão e o impacto do mercado desportivo na sociedade e na economia na perspectiva positiva da actuação do economista. Na perspectiva de actuação normativa procura-se igualmente avaliar o impacto das medidas de política desenvolvidas pelo Estado.

A análise aplica-se aos sistemas e mercados desportivos europeus. Os sub-mercados formados pelas organizações sem e com finalidade lucrativa e com formas híbridas obrigaram à actuação dos governos nacionais e também da união europeia.

Considera-se que a União Europeia é um agente público da economia do desporto com capacidade de elaboração de legislação e de financiamento sobre um mercado homogéneo que é o mercado internacional da alta competição e do desporto profissional. A sua actuação poderá estender-se ao financiamento de outros mercados do desporto.

A avaliação da importância dos sistemas desportivos europeus obriga à consideração de estruturas de nível de desenvolvimento desportivo, ou na perspectiva económica, obriga à consideração de mercados desportivos.

O trabalho insere-se na linha de preocupações do Conselho da Europa e da União Europeia que no passado recente procuraram compreender questões como as determinantes do mercado desportivo e o seu comportamento; a dimensão do mercado e do seu impacto na sociedade e na economia; e a criação de orientações para as políticas desportivas nacionais, europeia e comunitária.

Os bens e serviços desportivos possuem características públicas que definiram políticas desportivas de nível público local e nacional e possuem características privadas que determinam as políticas prosseguidas a nível europeu e comunitário. As duas estratégias têm estado presentes nas orientações da política desportiva. A primeira valorizando a componente cultural, voluntária e sem finalidade lucrativa da actividade desportiva preconizando o incentivo por parte do Estado às actividades recreativas e de Desporto Para Todos. Este posicionamento é seguido no pós-guerra com

regularidade pelos países europeus do centro e do norte da Europa. A segunda valorizando a eficiência do funcionamento do mercado de alta competição onde surge a vertente profissional da actividade desportiva. Esta estratégia é prosseguida pela União Europeia a partir dos finais dos anos 80.

Mostra-se que a posição portuguesa pode ser posicionada no âmbito da segunda estratégia o que impede a expressão dos diferentes mercados que o desporto possui ao nível dos resultados obtidos pelos países europeus que prosseguem a primeira estratégia.

A tese contribuirá para o estabelecimento das dimensões materiais e imateriais tomadas pela actividade desportiva visando a sensibilização das entidades nacionais para a obtenção de informação estatística credível e oportuna sobre o desporto.

## 1.2 ACTUALIDADE DO TEMA

A publicação da Lei de Bases do Sistema Desportivo em Janeiro de 1990 determina hoje o comportamento dos agentes no mercado desportivo português. O seu principal objectivo foi a criação de mecanismos que descentralizassem as funções que durante muitos anos estiveram apenas nas mãos do Estado.

A nova regulamentação dá aos agentes privados uma maior responsabilidade retirando a importância que o Estado antes tinha na produção e afectação de recursos. As organizações privadas que actuam no mercado do desporto como os clubes, as associações, as ligas, os sindicatos, as federações e as empresas são agora mais responsáveis pelo funcionamento eficiente e competitivo do mercado do desporto.

Na realidade, a situação social e económica de Portugal de relativo atraso europeu prevalece e a descentralização preconizada na lei encontra dificuldades no que respeita à sua concretização nomeadamente nas suas características mais avançadas no que respeita à primazia do mercado desportivo na afectação dos recursos visando a maximização do bem-estar social. O mercado expandiu-se, a oferta é mais competitiva dentro das modalidades e entre estas. Se pelo lado da oferta existe uma maior competitividade entre as actividades oferecidas para o lazer, do ponto de vista da Procura existem, a par, sectores carenciados da população e sectores mais desafogados que acedem aos mesmos bens e serviços em termos de igualdade.

As dificuldades associadas à concretização da nova legislação devem-se à construção de um quadro que funcione em termos económicos. Duas questões devem ser analisadas de acordo com o afirmado ao longo do texto. A primeira relaciona-se com situações saídas das estruturas públicas e privadas ainda ligadas ao processo de produção anterior e que apresentam laços funcionais não resolvidos na nova perspectiva. Estamos a falar das falhas do mercado e do Estado. A segunda advém da criação dos novos mecanismos de mercado onde o Estado actua através de instrumentos institucionais permitindo ao mercado funcionar eficientemente. Falamos de eficiência das acções do mercado e do Estado.

Dado que a filosofia de descentralização é correcta, o Estado deveria estar consciente de intervir onde o mercado falha de forma a garantir a eficiência nos níveis inferiores de decisão dos praticantes, clubes, empresas e autoridades locais.

Com Pigou (1920), mercados como o desportivo, não conseguem fazer a afectação óptima dos recursos em todas as situações, razão pela qual o dirigente público deve ter um comportamento positivo e deve acentuar o normativo. A actuação pigouviana permite à economia do desporto a observação da equidade e da eficiência no mercado relacionados com o benefício dos diferentes grupos da actividade no mercado, assim como, da aplicação da riqueza e do conhecimento na produção dos bens e serviços de forma a maximizar o bem-estar social e utilizando para isso quer os instrumentos descentralizados existentes no mercado, quer os característicos da acção do Estado.

A análise que se realiza na tese entre o desporto português e o de outros países europeus, com valores de 1990, torna a situação nacional mais explícita distinguindo-a de outros países que nos precedem na riqueza e no bem-estar das respectivas populações.

O desenvolvimento da União Europeia na produção de novas orientações em direcção à política social e à maximização do bem-estar das populações europeias e em termos de integração de um número crescente de países formando o primeiro mercado mundial, quanto ao bem-estar das respectivas populações reforça o papel do Estado na actuação junto do mercado, tanto na perspectiva Pigouviana como Coaseana, e suscita uma redistribuição de responsabilidades entre o nível da União Europeia, o nível nacional e o nível autárquico.

A Economia do Desporto é o instrumento que se utiliza para responder às necessidades de compreensão do desenvolvimento do Desporto Português. Embora constituindo um corpo teórico em desenvolvimento na tese não se faz um trabalho teórico na área da economia do desporto, este toma a forma de um trabalho aplicado na perspectiva da actuação da política desportiva a nível europeu.

### 1.3 PLANO DE TRABALHO

A indústria do lazer é um dos sectores da actividade das sociedades modernas neste fim de século. Dois factores estiveram para Gratton e Taylor (1992) na origem deste desenvolvimento e relacionam-se com o aumento do tempo de lazer e o aumento dos salários reais.

O Desporto, tendo alcançado uma relevância sem precedentes no pós-guerra, observa a diminuição dos seus índices de crescimento, assim como, à contestação dos princípios que sustentaram o seu desenvolvimento nos anos mais recentes. Por um lado, são cada vez mais evidentes os estudos que indicam de forma precisa os benefícios positivos que o desporto gera para o indivíduo, para as empresas e para a sociedade e economia e, por outro lado, o desporto de alta competição mostra sinais evidentes de poder afirmar-se como mercado lucrativo e com uma dimensão que ultrapassa as fronteiras nacionais.

Procura-se indicar o que de essencial se pode encontrar no conceito de desporto enquanto actividade física com características bem determinadas e simultaneamente procura-se encontrar a máxima dimensão do conceito que congregue actividades de outros domínios de toda a actividade de um indivíduo na sua vida do dia-a-dia.

Nos países mais desenvolvidos a força do mercado do lazer é poderosa a ponto de questionar a acção dos ministérios responsáveis pelo Desporto. O Turismo, a Cultura, a Saúde, a Juventude e o Ambiente na generalidade dos países europeus são ministérios que chamam a si áreas da actividade física das populações para os quais se torna problemático os responsáveis do Desporto reafirmar as suas posições.

Pretende-se criar um conceito que fortaleça a posição do desporto enquanto sector característico do lazer das populações e parte essencial do seu bem-estar físico e psíquico.

Como forma de identificar o domínio desportivo que se utilizará ao longo do trabalho abordam-se no Capítulo 2 o conceito de desporto a considerar na tese, considerando a sua interpretação do ponto de vista da Contabilidade Nacional num segundo ponto, e discutindo a eficiência do mercado num último ponto da análise juntamente com a perspectiva da intervenção do governo no mercado do desporto. O capítulo discute os motivos da actuação do Estado através da discussão das contribuições de Pigou e de Coase.

O Capítulo 3 faz o levantamento dos passos dados a nível europeu na compreensão do mercado do desporto e das políticas prosseguidas realçando a sua estrutura de actuação pública integrando o nível supra-nacional representado pelo Conselho da Europa e pela União Europeia.

O Capítulo 4 apresenta os resultados da análise factorial e de aspectos relacionais com a informação utilizada valorizando o conceito de desporto definido inicialmente e os principais da teoria económica apresentados ao longo da tese.

O trabalho encerra com a conclusão onde são apresentadas as principais vertentes normativas da actuação dos agentes desportivos com realce para a actuação do Estado.

## 2. ACTIVIDADE DESPORTIVA E ECONOMIA DO DESPORTO

### 2.1 CONCEITO DE DESPORTO

Tal como o sociólogo, Riiskjaer (1986), também o economista pode afirmar que o Desporto em qualquer das suas formas não constitui um fim em si. A abordagem do economista permite tomar como fim último a maximização do bem-estar social e observar os bens e serviços desportivos que são procurados e oferecidos no mercado, os benefícios gerados e os agentes individuais e colectivos que deles se apropriam, assim como, o seu impacto na sociedade e na economia.

A definição de desporto que importa reter para o presente trabalho relaciona-se com os objectivos da actuação do Governo. Trabalhos anteriores apresentam definições que delimitam o conjunto de actividades consideradas desportivas e recreativas. A definição que se defende aponta para a integração no conceito de desporto de outras actividades que se relacionam estreitamente com as actividades físicas dos indivíduos.

Diferentes organizações internacionais e investigadores analisaram o conceito de desporto de que se realçam as de Rodgers (1977), do Conselho da Europa (1980), de Gratton e Taylor (1985) e de Riiskjaer (1986). Estas definições têm uma linha comum centrada na actividade desportiva.

Tradicionalmente distinguem-se as actividades desportivas de recreação e de desporto onde a segunda tem em termos gerais uma maior regularidade e intensidade de prática integrando quadros competitivos das modalidades <sup>1</sup>. Ambas se incluem no domínio da área do lazer a par de actividades como ler um livro, ir ao cinema, ver uma exposição de pintura, ou jantar com os amigos de acordo com Vogel (1990). As actividades de

---

<sup>1</sup> A definição de Soren (1986) que surge no presente Capítulo é mais detalhada.

lazer indicadas são distintas de uma actividade física, mas a fronteira que as separa é menos nítida ao considerar jogar bilhar com os amigos no café. As actividades físicas podem ter como primeiro objectivo o lazer e não propriamente os benefícios específicos da actividade física.

Seguindo os passos de Gratton e Taylor (1985) observe-se Rodgers (1977) que afirma que uma actividade desportiva deve ter 4 elementos: uma componente de actividade física; um objectivo recreativo; um elemento de competição e ser enquadrado por uma organização. Gratton e Taylor (1985) realçam a organização da actividade desportiva como elemento integrante do conceito, o que coincide com a ideia da actividade oferecida pelas organizações desportivas. A definição exprime a actividade desportiva enquadrada pela estrutura tradicionalmente formada pelos clubes, associações e federações. Este sentido da actividade desportiva inclui a alta competição praticada por amadores e por profissionais como afirma Bento (1991).

A definição da Carta Europeia de Desporto Para Todos do Conselho da Europa (1980) refere quatro categorias de actividades desportivas, a primeira são os jogos competitivos com regras definidas e de resposta a um desafio oposto; a segunda as actividades exteriores onde o indivíduo escolhe um determinado espaço onde negocia o que realizará; a terceira a realização de movimentos estéticos onde o indivíduo procura em si mesmo determinados resultados no domínio da sensualidade e do belo; e a quarta a actividade condicionada que dê ao indivíduo alguma forma de bem-estar imediato.

Das definições já apresentadas consideramos, desde já, na definição de desporto as actividades de competição (envolvendo uma estrutura organizativa), as actividades de recreação (podendo ser formal ou não), actividades explorando a natureza (fora dos espaços tradicionais de prática do desporto e da recreação) e os movimentos estéticos (que não medem directamente a capacidade física mas a criação de um valor imaterial, um valor não-físico).

Riiskjaer (1986) citando Heinemann (1979) define actividade desportiva do seguinte modo:

"A participação em desportos competitivos organizados caracteriza-se pelos seguintes elementos: a) a actividade em causa é representada numa federação desportiva nacional, b) o participante é membro de um clube desportivo e c) o envolvimento em questão inclui a participação em competições organizadas. A organização do desporto recreativo distingue-se do competitivo num aspecto: o envolvimento não inclui a participação em competições organizadas. A participação em desportos não-organizados é uma espécie de categoria residual e inclui todo o tipo de participação desportiva fora dos clubes desportivos ordinários seja competitivo ou não, seja uma actividade reconhecida como desporto ou não."

A definição deixa uma pequena porta aberta quando refere a categoria residual mas não a explicita. O universo da actividade física não se esgota e verificamos que a categoria acaba por não ser tão residual quanto o indicado por Riiskjaer. Vamos encontrar através da definição de externalidade, de bem público e de bem de mérito definidos pela micro-economia um vector determinante para o desenvolvimento do conceito de desporto.

Nos anos 90 os benefícios da actividade física relacionam-se igualmente com actividades não explicitamente organizadas com um fim desportivo ou recreativo mas cujos benefícios se relacionam com o bem-estar físico e psíquico do indivíduo.

Tomando o trabalho de Kealy (1991) e o inquérito Allied Dunbar (1992) encontra-se uma definição que justifica a actuação do Governo no âmbito da política desportiva.

O Allied Dunbar National Fitness Survey (1992), inquérito inglês ao nível físico da população inglesa, procurou determinar os seus diferentes níveis de actividade física. Já a Austrália em 1989 e 1990/91, o Canadá em 1988 e os Estados Unidos em 1990 tinham realizado estudos idênticos.

As razões destes inquéritos relacionam-se com a convicção de que a existência de indivíduos fisicamente activos é um primeiro meio para obter resultados positivos na luta contra doenças como o colesterol, a pressão arterial e o vício de fumar. Sendo um argumento antigo surge hoje para o Desporto com um princípio novo o facto de se considerar como actividades físicas geradoras de indivíduos fisicamente activos um conjunto de actividades não recreativas e não desportivas e colocá-las ao alcance da política desportiva.

As actividades consideradas activas e que permitem ajudar a combater a doença e o stress no trabalho são o andar, o trabalho doméstico, o subir escadas, a jardinagem, os trabalhos de construção civil, pequenos e grandes, a decoração e a carpintaria, cuidar de crianças, etc. Estas actividades físicas passam a abarcar a totalidade da actividade diária de um indivíduo indo para além da definição de actividade desportiva.

Kealy (1991) avança com a avaliação da dimensão dos benefícios gerados pelas actividades físicas através das contribuições ao incremento da satisfação da vida, maior tonicidade muscular, maior estima de si próprio, espiritualidade mais elevada, melhoria da vida familiar, incremento da produtividade, redução do stress, ou decrescimento do tempo de recuperação perante a doença.

Neste sentido também é possível questionar a política desportiva tal como foi desenvolvida no passado e tendo como objectivo as actividades desportivas em si. Riiskjaer (1990) defende a relação estreita entre cultura e política de lazer, ao afirmar que:

"A política do tempo de lazer preocupar-se-á com a provisão de actividades e como um objectivo concentrar-se-á na maior provisão de actividades ao maior número de cidadãos. Para a política cultural esta questão é secundária comparada com a perspectiva de envolvimento. Considerações de qualidade são decisivas e questões de qualidade devem estar relacionadas com o processo e o curso, com as quais se relacionam as actividades. (...)

Este modelo de certa forma simplificado não implica a ausência de necessidade de uma política sectorial de tempo de lazer numa sociedade moderna. Contudo, é importante notar as diferentes metas, meios e efeitos, e a distinção levanta questões cruciais à relação entre a posição do desporto voluntário e a política desportiva."

O conceito amplo de actividade desportiva que se avança na tese relaciona-se com um modo de vida activo que permita ao indivíduo usufruir do máximo do seu bem-estar físico e psíquico; com a possibilidade de enquadramento organizativo com ou sem finalidade lucrativa, caso o indivíduo o deseje, para diferentes níveis de prática de lazer ou recreação onde esteja presente uma componente de actividade física com impacto no bem-estar do indivíduo; com o envolvimento na organização e desenvolvimento de actividades físicas para além do interesse próprio e em benefício da comunidade através do trabalho voluntário da população; e com a existência de praticantes de alta competição amadores e de mercados desportivos profissionais eficientes do ponto de vista do desporto e do mercado.

A posição de Riiskjaer (1990) ao valorizar a qualidade do tempo de lazer e a importância da cultura na determinação das actividades físicas dá ao desporto a possibilidade de ser tão relevante para o bem-estar físico do indivíduo como a cultura é para a sua inserção no tempo e no espaço em que vive.

Na definição da tese caminha-se num sentido semelhante pretendendo-se que as actividades físicas e o desporto em particular mesmo que através de actividades não-desportivas mantenham e desenvolvam características próprias apesar de por vezes as ir buscar a outros sectores.

O conceito de desporto tomado para a maximização do bem-estar social através da política desportiva é uma noção ampla que permite integrar um conjunto vasto de actividades físicas que contribuem para o bem-estar dos indivíduos tendo um impacto significativo nas empresas, na sociedade e na economia.

No passado a racionalidade das políticas desportivas passou pelo desenvolvimento do Desporto Para Todos com uma forte dependência de subsídios públicos que geraram estruturas desportivas neo-corporativistas que se desenvolveram no sistema desportivo. Estas estruturas deixam de se justificar por si ao compreender-se que o bem-estar do indivíduo e da sociedade é o objectivo procurado e alternativo ao crescimento mecânico dos indicadores e das metas de realização.

Crespo (1990) ao analisar a higiene da população portuguesa na passagem do século XVIII para o XIX tem subjacente uma dimensão do desporto e da educação física próxima do conceito que se indica. A higiene dos séculos passados é o bem-estar físico e psíquico das populações dos dias de hoje. O desporto surge como um meio para a maximização do benefício social sobressaindo dos limites da prática recreativa e desportiva de alta competição enquanto objectivo último.

## **2.2 CARACTERÍSTICAS ECONÓMICAS DO DESPORTO**

Valtonen et alii (1990) referem que, apesar da diversidade da prática desportiva, a teoria económica se mantém para os bens e serviços procurados e oferecidos no seu mercado. Após a definição de desporto o Capítulo irá determinar as suas características económicas.

A teoria micro-económica permite caracterizar os bens e os serviços e o comportamento dos agentes que os procuram e os oferecem no mercado. Procura-se compreender nos pontos seguintes o equilíbrio eficiente do mercado do desporto e as possibilidades de intervenção do Estado valorizando o comportamento eficiente dos agentes desportivos.

### **2.2.1 VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DA ACTIVIDADE DESPORTIVA**

O conceito de desporto que se definiu envolve actividades que do ponto de vista económico são identificados como serviços desportivos a que pode ser imputado um valor económico mensurável. Esta quantificação do bem transaccionado é a medida universal que permite comparar todos os bens procurados e oferecidos nos mercados.

Em primeiro lugar irá observar-se como são considerados os bens e serviços desportivos em termos económicos. De acordo com a exposição a Contabilidade Nacional é o instrumento de medida adequado ao tratamento da dimensão económica nacional de todos os bens e serviços transaccionados.

### **2.2.1.1 Bens e Serviços, Produtos e Factores**

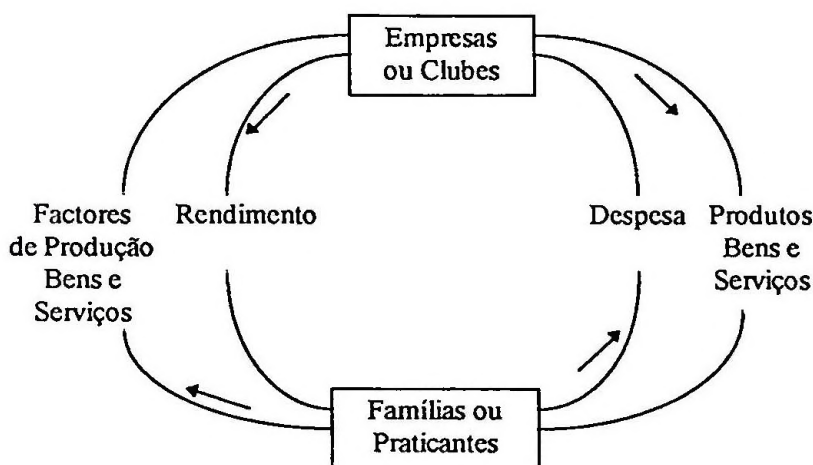
Hoje em dia são imensas as formas tomadas pela actividade desportiva. A discussão do conceito de desporto mostrou igualmente que é também possível englobar actividades que, no sentido estrito não são desporto como as de subir escadas ou tratar de crianças mas cujo contributo para o indivíduo passam pelo bem-estar físico. O valor dado às actividades também dependerá entre os indivíduos que as procuram e entre as organizações que as oferecem. Existirá, por exemplo, uma diferença entre uma actividade recreativa dos membros de uma classe de ginástica de um pequeno clube de bairro com vinte praticantes e a actividade regular e intensa de um praticante isolado que procura diariamente aperfeiçoar o seu gesto desportivo nesse mesmo clube visando alcançar níveis superiores de competição.

Neste capítulo apresentam-se conceitos económicos relacionados com factor e produto de forma a estabelecer alguma relação de ordem entre bens e serviços transaccionados no mercado. Pretende-se contribuir para a distinção, por um lado, de bens e serviços desportivos como o vestuário, as instalações, as acções de formação e, por outro lado das actividades desportivas. Estabelece-se, também, a diferenciação entre as actividades de Recreação e as de Alta Competição.

A actividade desportiva é composta por serviços envolvendo meios humanos e materiais e por equipamentos e áreas de prática da actividade física. O equipamento individual e o colectivo são bens como os sapatos e o fato de treino ou como o espaldar e espaço útil de prática. As acções de formação, ou as actividades administrativas de apoio à actividade física oferecida são serviços. Estes bens e serviços são factores de produção da actividade desportiva oferecida por um clube, por uma empresa ou desenvolvida a título individual, na acepção desenvolvida por Paz (1973) no seu trabalho para o Conselho da Europa.

Utiliza-se a análise económica de Graton e Taylor (1992) do esquema circular de fluxos que mostra a transacção efectuada entre as famílias e as empresas. Na Figura 2.1 é possível fazer equivaler as empresas a clubes e incluir nas famílias os praticantes para se obter um fluxo circular da transacção da actividade desportiva.

Figura 2.1 - Fluxo Circular do Modelo do Rendimento



Este fluxo simples mostra que o conjunto da população, agregada num conjunto apelidado de famílias, oferece factores relacionados com o seu trabalho, os bens e serviços que produz em troca do rendimento que é oferecido pelas empresas. Por outro lado, as famílias oferecem o rendimento obtido por bens e serviços finais oferecidos pelas empresas. A prática desportiva apresenta um comportamento semelhante. As famílias produzem bens e serviços desportivos, quando empregadas nas empresas ou nos clubes, recebendo em troca o seu rendimento. Numa fase posterior os indivíduos gastam, o rendimento auferido, na aquisição dos serviços oferecidos pelas organizações que trabalham no mercado desportivo.

Iremos reter da Figura 2.1 a existência de Factores e de Produtos para a sua aplicação à análise da política desportiva a realizar no Capítulo 4.

No sistema desportivo o mercado principal, o seu produto é o dos serviços desportivos. Sem distinguir a regularidade, a intensidade da prática ou a fidelidade à actividade desportiva (ver Clayer, 1982), todas as actividades físicas são serviços e estes são os produtos finais oferecidos no mercado <sup>2</sup>.

Observemos, contudo, que o termo factor aplica-se tanto a bens como a serviços desportivos. Um praticante que se treina regularmente mesmo que em termos recreativos com alguma perfeição pode estar integrado ou vir a integrar um nível competitivo mais elevado, que se situa no mercado da alta competição. O serviço desportivo que adquire é o factor de produção da actividade de Alta Competição. Caso o indivíduo nunca aceda à Alta Competição a sua actividade recreativa é o produto final que na realidade adquiriu. No entanto, todos os indivíduos passam pela Recreação antes de acederem a níveis de competição mais elevados.

O produto final oferecido no mercado do desporto, pela Alta Competição, não é já a actividade física, mas a assistência a um espectáculo, o do desporto. Aqui o conjunto de praticantes possui um certo grau de intensidade de prática que não se encontra na actividade recreativa prosseguida pela maioria das pessoas. Os consumidores procuram o serviço espectáculo que se relaciona com o usufruto de um “momento bem passado” onde apreciará a excelência dos gestos e comportamentos individuais e colectivos mas cujo conteúdo é essencialmente imaterial. A participação na actividade física por parte do espectador é nula o que é determinante no mercado da Recreação.

Deste modo, a actividade de um clube oferece serviços que são um produto final a colocar no mercado da actividade física e produz factores de produção do espectáculo da alta competição.

Podemos assim estabelecer que o conceito de desporto encontrado se refere à procura e à oferta de serviços. Parte destes serviços são produtos finais de um mercado

---

<sup>2</sup> No trabalho falar-se-á por vezes de bens desportivos, em termos gerais, referindo a dimensão económica da actividade desportiva, no entanto, sempre que adequado referir-se-á o termo serviço desportivo como produto principal do sector.

relacionado com a actividade física daqueles que os adquirem e outros serviços são factores de produção de serviços do espectáculo desportivo. É possível distinguir no mercado do desporto dois produtos característicos e a constituição de dois sub-mercados com consumidores e produtores que possuem objectivos e procedimentos diferentes numa situação e na outra. O Quadro 2.1 mostra como a actividade física é um factor da Alta Competição.

Os factores que contribuem para a oferta do produto, actividades físicas, são os bens individuais e colectivos, como o fato de treino e o espaço útil de prática e são serviços como os transportes e o acompanhamento de um treinador ou de um professor de educação física. Na alta competição as actividades físicas dos praticantes amadores e ou profissionais são factores que se encontram a par dos equipamentos individuais e dos colectivos para a oferta do jogo ou da competição em questão.

**Quadro 2.1- Mercados do Desporto - Recreação e Alta Competição**

	Recreação	Alta Competição
Factores	Bens Individuais e Colectivos	Actividades Físicas
	Formação Escolar	Bens Individuais e Colectivos
Produto	Actividades Físicas	Espectáculo Desportivo

A formação escolar surge como um factor que contribui para a educação da procura das actividades físicas tal como indicado por Rodgers (1977) quando sugere que muitas pessoas não praticam desporto porque nunca tiveram uma educação desportiva. A posição de Rodgers é clara não é possível ter populações e indivíduos fisicamente activos se no seu processo de desenvolvimento jovem não tiveram acesso à formação e ao treino de actividades físicas, recreativas e competitivas. Não se considera a frequência universitária na Alta Competição dado que esta prática já não é um factor determinante na respectiva oferta. Grande parte dos praticantes de alto nível não chegam a ter uma formação universitária.

A formação e o treino são dois factores da actividade física e que se incluem nas actividades de recreação e de competição.

No caso da recreação a observação do Quadro 2.2 mostra que a formação e a manutenção podem ser incluídas neste conjunto de serviços.

### **Quadro 2.2 - Mercados do Desporto - Formação e Manutenção**

	Formação Escolar	Manutenção de todos os escalões etários
Factores	Bens Individuais e Colectivos	
Produto	Actividades Físicas	

A formação acompanha a actividade de recreação do indivíduo desde a escola, à idade adulta e à terceira idade educando-o na obtenção de valias que lhe permite obter os melhores benefícios das actividades que pretende desenvolver de acordo com as suas características tanto físicas e psíquicas, como sociais e económicas.

O mesmo se passa com o treino <sup>3</sup>. Apenas a actividade de treino adequada à competição em vista permite alcançar vitórias. O treino como actividade física é o factor de produção indutor e determinante da realização das metas na alta competição. Gratton e Taylor (1985) citando Scitovski (1976) referem igualmente que apenas a formação e o conhecimento da actividade física permitem ao indivíduo o fruir máximo do benefício da acção desenvolvida no âmbito da recreação e nas actividades de risco.

O maior benefício na recreação e na alta competição é obtido pela eficiência da melhor combinação de bens, de formação e de treino e de outros factores que permitem a obtenção do resultado procurado respectivamente pelo participante na actividade recreativa e pelo praticante de alta competição.

---

<sup>3</sup> De acordo com o Prof. Teotónio Lima o treino tem sido uma área a que tem faltado a devida atenção dada a sua importância para a prática desportiva.

Um praticante de alta competição terá uma maior propensão ao consumo de uma actividade recreativa, do que um indivíduo com outra ocupação. A existência de uma experiência e de uma prática recreativa qualquer que ela seja é inerente ao praticante de alta competição enquanto que o mesmo não se passa com o indivíduo que procura uma actividade recreativa não tendo nenhuma experiência desportiva para a exercer.

A distinção entre o treino que suporta a competição e a recreação que suporta o equilíbrio psíquico do indivíduo não será objecto deste texto.

Apenas se retém que a actividade de recreação, tomada no sentido formativo, de manutenção e de inserção social, já referidos, pode ser um factor de produção de alta competição.

Retem-se igualmente que a recreação é um dos produtos finais da actividade desportiva a par do espectáculo desportivo oferecido pela prática de alta competição.

Na avaliação da dimensão económica do desporto são agregados os bens desportivos incluindo os equipamentos individuais aos colectivos juntamente com os serviços que oferecem actividades físicas e os que oferecem o espectáculo desportivo. Voltar-se-á a este ponto na apresentação da Contabilidade Nacional.

É possível interpretar a actividade física como bem económico o que possibilita a análise da Procura e a oferta dos mercados desportivos. Serão estes os conceitos subjacentes à análise da actuação dos agentes desportivos no mercado e que se utilizará na tese.

A distinção entre actividades desportivas que são produtos e, actividades físicas que são factores, ajudará a encontrar diferenças nas medidas de política destinados a cada um dos mercados de actividades recreativas e de alta competição o que determina medidas de política diferentes. No Capítulo 4 são retiradas conclusões das políticas

desportivas dos diferentes países que prosseguiram vias alternativas de Recreação ou de Alta Competição.

Observe-se de seguida o conceito de serviço desportivo tomado na perspectiva da sua dimensão material e em seguida nos limites da eficiência do mercado dadas pela perspectiva mais ampla, que inclui o imaterial, da valorização social e económica e que justificam a intervenção do Estado.

### 2.2.1.2 Abordagem macro-económica

O quadro de análise económica do sistema desportivo realizado pelo Conselho da Europa é o da Contabilidade Nacional. Os seus princípios foram estabelecidos nos anos 30 por Richard Stone da Universidade de Cambridge que acabaria por ganhar o Prémio Nobel em 1984 devido às suas contribuições nesta matéria como refere Jones (1989).

Os países europeus que integraram o projecto do Conselho da Europa tomaram em parte como base os seus princípios de forma a quantificar e dimensionar a importância e o impacto que o desporto possui.

A razão para a sua utilização relaciona-se com a existência de “um quadro conceptual rigoroso e suficientemente testado, mas também por ser hoje uma metodologia com uma larga difusão, tornando, deste modo, mais acessível a leitura e interpretação da informação estatística” (Santos et alii, 1990).

A contabilidade nacional interessa-se pela actividade económica. Francisco (1990) refere que a produção, o consumo e a acumulação são os três pontos onde se apoia e que o valor criado é o rendimento destinado ao financiamento da produção e do consumo.

A concepção ampla de produção, adoptada por Francisco é a mesma implícita no “Système Normalisé de Comptabilité Nationale, OECE, 1958; A System of National Accounts (SNA), ONU, 1968; e Système Européen de Comptes Économiques Intégrés (SEC), EUROSTAT, 1970”. Relaciona-se com “uma definição de inspiração neo-clássica”, sendo tomada “como a actividade económica socialmente organizada consistindo em criar bens e serviços que se trocam habitualmente no mercado e/ou são obtidos a partir de factores de produção que se trocam no mercado”.

A definição de produção permitiu estabelecer o sistema europeu de contas nacionais onde são definidos 44 ramos da actividade. Aí são estabelecidas a natureza mercantil e não-mercantil da produção de acordo com quatro convenções, referindo a primeira que “a produção de bens é sempre considerada uma actividade mercantil”. Todos os artigos desportivos, oferecidos para consumo individual ou colectivo, são incluídos na categoria mercantil

A segunda estende-se aos serviços referindo que “a produção de alguns serviços (comércio, transportes, comunicações, de instituições de crédito, de seguros, de aluguer de bens, entre outros) é igualmente sempre considerada como mercantil”. As actividades recreativas e desportivas oferecidas por empresas com finalidade lucrativa são os serviços que se incluem na categoria mercantil.

A terceira distingue a actuação das organizações sem finalidade lucrativa estabelecendo que a “produção de outros serviços (das administrações públicas, obras sociais, sindicatos e organizações religiosas, nomeadamente) é sempre considerada como não mercantil”. A actividade da administração pública relacionada com o desporto, assim como o trabalho voluntário que se desenvolve nas organizações sem finalidade lucrativa encontram-se na classificação não mercantil.

A última recupera a classificação de organizações não lucrativas referindo que “a produção de certos serviços (ensino, investigação, saúde, alguns serviços recreativos, por exemplo) é considerado mercantil se os recursos da unidade produtora provêm na sua maior parte da venda da sua produção qualquer que seja a denominação dada ao

preço praticado (preço de venda, renda, tarifa, portagem, etc.) e como não mercantil se esses recursos provêm na sua maior parte de outras fontes (transferência das administrações públicas, contribuições voluntárias das famílias enquanto consumidores, rendimentos de propriedade)". Os serviços recreativos e desportivos oferecidos pelos clubes poderão ser mercantis se os recursos do clube provêm da sua venda no mercado. Poderão ser não mercantis caso os recursos provenham na sua maior parte do Estado ou das famílias, ou de contribuições benévolas das empresas.

A tradução num equivalente monetário da utilidade de cada bem ou serviço através do mercado permite ao economista estabelecer uma medida comum a todos os sectores considerados resultante do somatório de todas as operações realizadas no mercado nacional.

O Desporto é um sector não incluído na nomenclatura europeia de ramos de actividade mas estudos do Conselho da Europa permitiram quantificar e encontrar o seu lugar no conjunto dos restantes ramos nacionais. Para tal utilizaram-se os agregados da economia nacional identificados como o Produto Nacional Bruto (PNB), o Produto Interno Bruto (PIB), ou do Valor Acrescentado Líquido (VAL).

Os estudos de Jones (1989) e Andreff (1994) analisaram os resultados dos estudos nacionais obtidos de acordo com os princípios da Contabilidade Nacional e agregaram-nos em termos europeus <sup>4</sup>.

A importância de um mercado no contexto de uma determinada economia pode ser analisada através dos modelos input-output. A sua construção permite afectar o valor da produção de um determinado sector aos diferentes sectores intervenientes no processo de produção dos seus bens e serviços desde a obtenção da matéria-prima à sua venda final no comerciante retalhista.

---

<sup>4</sup> Para uma melhor compreensão dos princípios da contabilidade Nacional aplicados nos estudos europeus vejam-se os trabalhos de Jones (1989) e de Andreff (1994).

Vários países utilizaram os modelos Input-Output de que se indicam a Bélgica (Comunidade Flamenga), a Alemanha e a Holanda. São apontadas limitações no estudo Belga devido a considerações de ordem temporal da data de obtenção dos valores do desporto. Os valores dos restantes sectores eram do ano de 1975 enquanto o estudo desportivo incidia sobre o ano de 1982.

Portugal realizou igualmente uma matriz input-output no estudo de 1990 <sup>5</sup>. Este modelo aplica-se apenas ao mercado desportivo e às transacções efectuadas entre os seus subsectores. Observe-se o Quadro 2.3. Na análise do mercado desportivo existe a necessidade de definir os agentes que contribuem para a Oferta e Procura de actividades desportivas.

Três conjuntos de agentes económicos estão presentes em todos os mercados e são constituídos pelas Famílias, pelas Empresas e pelo Estado. A formação destes conjuntos relacionam-se com a necessidade de abarcar a totalidade da economia, agregando os agentes em conjuntos homogéneos característicos de cada uma das actividades básicas existentes no mercado do desporto.

Os subsectores definidos no estudo português para o desporto e que se apresentam na matriz são as Famílias, o Estado, as organizações não-lucrativas, o Associativismo, e as Empresas que trabalham directa e indirectamente no sistema desportivo.

As Famílias é o sector formado por toda a população que consome bens e serviços desportivos e também os que trabalham em algum dos subsectores desportivos. O consumo em bens e serviços desportivos constitui a despesa desportiva das famílias. Estes montantes transformam-se nos rendimentos dos que trabalham em organizações privadas e públicas relacionadas com o mercado desportivo que recebem a sua receita desportiva proveniente das famílias.

---

<sup>5</sup> Ver Santos et alii (1990). A construção da matriz portuguesa defrontou-se com alguns problemas não resolvidos relacionados com a determinação dos valores parciais. A sua apresentação na tese mostra as possibilidades oferecidas pela teoria económica na análise do mercado desportivo.

O SPNL, Sector Privado Não-Lucrativo, é formado pelo associativismo, ou seja, por todas as organizações como os clubes, associações e federações que não possuem uma finalidade lucrativa e que oferecem os bens e serviços desportivos em condições diferentes das efectuadas pelas empresas.

O Estado oferece actividades no mercado desportivo através da despesa de que beneficiam os agentes privados e as famílias, cobram impostos e taxas sobre a actividade e os bens transaccionados, o que constitui a sua receita, e regulam a acção dos agentes no mercado, através das leis que cria.

O SPLD, Sector Privado Lucrativo Desportivo, é constituído pelas empresas com finalidade lucrativa que oferecem bens e serviços desportivos com exclusividade. São exemplos as empresas de material desportivo ou as salas de musculação que são geridas por empresas privadas.

O SPLND, Sector Privado Lucrativo Não-Desportivo, é formado por outras empresas inseridas no mercado nacional que fornecem igualmente bens e serviços ao mercado desportivo como factores de produção;

A matriz Input-Output, que se observa no Quadro 2.3, regista a agregação sectorial das transacções de mercadorias e serviços verificadas no sector desportivo em Portugal.

### Quadro 2.3 - Matriz Input-Output do Desporto

(Unidade: 10<sup>6</sup> Escudos preços correntes de 1987)

Sectores	SPLND	SPLD	SPNL	ESTADO	FORNEC INTERMED	CONS PRIV	CONS PUB	INVEST	EXP.	TOTAL EMPRE
SPLND	3.478	3.938	6.638	840	14.894		3.316	2.041	3.251	23.502
SPLD			957		957	21.196	183	525	604	23.465
SPNL	136	136		22	294	22.303	877	3.087	275	26.836
ESTADO	869		166		1.035	2.521	5.996			9.552
<b>TOTAL CONSUMOS</b>										
<b>INTERMÉDIOS</b>	<b>4.483</b>	<b>4.074</b>	<b>7.761</b>	<b>862</b>	<b>17.363</b>	<b>46.020</b>	<b>10.372</b>	<b>5.653</b>	<b>4.130</b>	<b>83.355</b>
<b>VALOR ACRESCENTADO</b>										
- SALÁRIOS	8.221	7.536	15.696	5.136	36.587					
- IMPOSTOS PRODUÇÃO	2.355	1.053	100		3.508					
- OUTROS VAL. ACRESC.	4.049	5.710	6.846		16.605					
SUBSÍDIOS ESTATAIS			(4.061)		(4.061)					
PRODUÇÃO RESIDUAL				3.556	3.556					
IMPORTAÇÕES	4.394	5.092	311		9.797					
<b>TOTAL</b>										
<b>FORNECIMENTOS</b>	<b>23.502</b>	<b>23.465</b>	<b>26.836</b>	<b>9.552</b>	<b>83.355</b>					

Fonte: Santos et alii (1990)

A matriz expressa o valor dos bens e serviços mercantis transaccionados pelas Famílias, pelas Empresas, pelo Estado e pelo Associativismo Desportivo de acordo com a classificação da Contabilidade Nacional.

Analisam-se em coluna os valores da produção para cada subsector considerado e em linha podem ler-se os empregos da produção de cada sector.

O Valor Acrescentado e o Produto são as definições que se retêm neste momento e que se observarão na matriz.

Francisco define “valor acrescentado como a diferença entre o valor dos bens e serviços produzidos num dado período (produção) por uma unidade produtiva, ramo de actividade ou sector institucional e o valor dos bens e serviços correntes consumidos no mesmo período (consumo intermédio) por essa unidade, ramo ou sector.”

Por sua vez “o produto interno é (...) um agregado que traduz o resultado final da actividade produtiva, materializado nos bens e serviços que a economia em causa conseguiu, no período considerado, pôr à disposição dos utilizadores finais.”

A produção das empresas não-desportivas (SPLND) apresentada na primeira coluna, contém a produção do sector, constituída pelos consumos intermédios de origem nacional e importados e pelo valor acrescentado. Estas empresas realizaram uma produção no período em causa de 23.502 Milhões de Escudos (ME).

Os consumos intermédios de factores produzidos pelos outros subsectores e por si próprio é constituído pelos valores 3.478ME, 136ME e 869ME oferecidos pelo próprio SPLND, pelo Associativismo e pelo Estado. Como exemplo indique-se que estes valores podem ser formados por fornecimentos de bens não desportivos de todo o género úteis à actividade desportiva, desde alimentação, a vestuário e a transportes, e provenientes das empresas não desportivas <sup>6</sup>, pelo fornecimento de espaços desportivos oferecidos por um grande clube de futebol para a publicidade e pela exploração de uma instalação desportiva pertencente ao Estado.

A diferença entre o valor da produção do subsector e o valor dos fornecimentos intermédios dá o valor acrescentado pelo subsector de acordo com a definição da Contabilidade Nacional. No valor acrescentado encontramos o pagamento dos salários, os impostos e outros factores. O valor das importações representa o fornecimento exterior ao mercado nacional considerado sendo igualmente um consumo intermédio a somar ao total dos fornecimentos. O seu valor no PIBD é negativo por representar uma saída de divisas para o seu pagamento aos fornecedores estrangeiros.

Em linha a matriz mostra onde foi aplicado o produto do subsector no mercado desportivo enquanto factor de produção de diferentes subsectores e enquanto produto final para as Famílias, para o Estado, para o Investimento e para as Exportações, consumindo o Consumo Público 3.316ME, o Investimento 2.041ME e destinando-se 3.251ME à exportação de toda a produção de produtos desportivos do sector.

---

<sup>6</sup> Empresas com finalidade lucrativa não ligadas directamente ao mercado desportivo.

A equação do PIBDesportivopm obtém-se pela soma algébrica das variáveis já apontadas na matriz:

$$PIBD_{pm} = C^D + G^D + I^D + Ex^D - Im^D$$

Observe-se o seu cálculo através dos valores encontrados em Santos et alii (1990), no Quadro 2.4.

Tomando os valores tratados por Andreff (1994) para os países europeus pode construir-se o Produto Interno Bruto Desportivo (PIBD) para todos os países e comparar-se a situação dos países analisados no Quadro 2.4. Os valores do PIBD para todos os países europeus são determinados por defeito por faltar o valor do Investimento privado de que não se possui elementos.

#### Quadro 2.4 - Procura Final de Bens e Serviços Desportivos

Unidade: 10<sup>6</sup> Escudos em 1987

	Símbolos	Valores	%
Consumo Privado	$C^D$	46.020	82
Gastos Públicos	$G^D$	10.372	18
Investimento Privado (1)	$I^D$	5.653	10
Exportação	$Ex^D$	4.130	7
Total da Procura Final		66.175	-
Importação (2)	$Im^D$	(9.797)	(17)
Produto Interno Bruto Desportivo a preços de mercado	$PIBD_{pm}$	56.378	100

Fonte: Santos et alii (1990).

(1) - O Investimento Público encontra-se agregado nos Gastos Públicos.

(2) - com valor negativo, entre parêntesis, porque corresponde a uma saída de meios financeiros para pagamento de bens e serviços adquiridos no estrangeiro.

## Quadro 2.5 - Produto Interno Bruto a preços de mercado Desportivo

(Unidade: 10<sup>9</sup> Milhões de US\$ PPC referente ao ano de 1990)

	A	RU	Fr	I	E	Si	B	Se	Fi	P	D	H	Total
Cons +C	14954	13036	8543	9435	8102	8144	1721	1258	1163	705	467	89	67618
Gastos +G	5888	2619	5668	2488	1302	502	790	473	509	415	327	88	21068
Export. +Exp	951	1070	763	1195	n.d.	n.d.	89	63	39	9	28	29	4236
Import. -Im	2016	1606	1308	727	n.d.	n.d.	159	135	68	54	5	41	6118
PIBD	19777	15119	13665	12390	9404	8647	2442	1659	1643	1075	818	165	86804
% País/ /Total	23	17	16	14	11	10	3	2	2	1	1	0	100
% País- Acumu lada	23	40	56	70	81	91	94	96	98	99	100	100	
PIB	1695319	1113077	356850	1242348	560250	256472	219262	261391	155652	67965	149252	31290	6109128
% PIBD/ /PIB	1,17	1,36	3,83	1,00	1,68	3,37	1,11	0,63	1,06	1,58	0,55	0,53	1,42

Fonte: Andreff (1994).

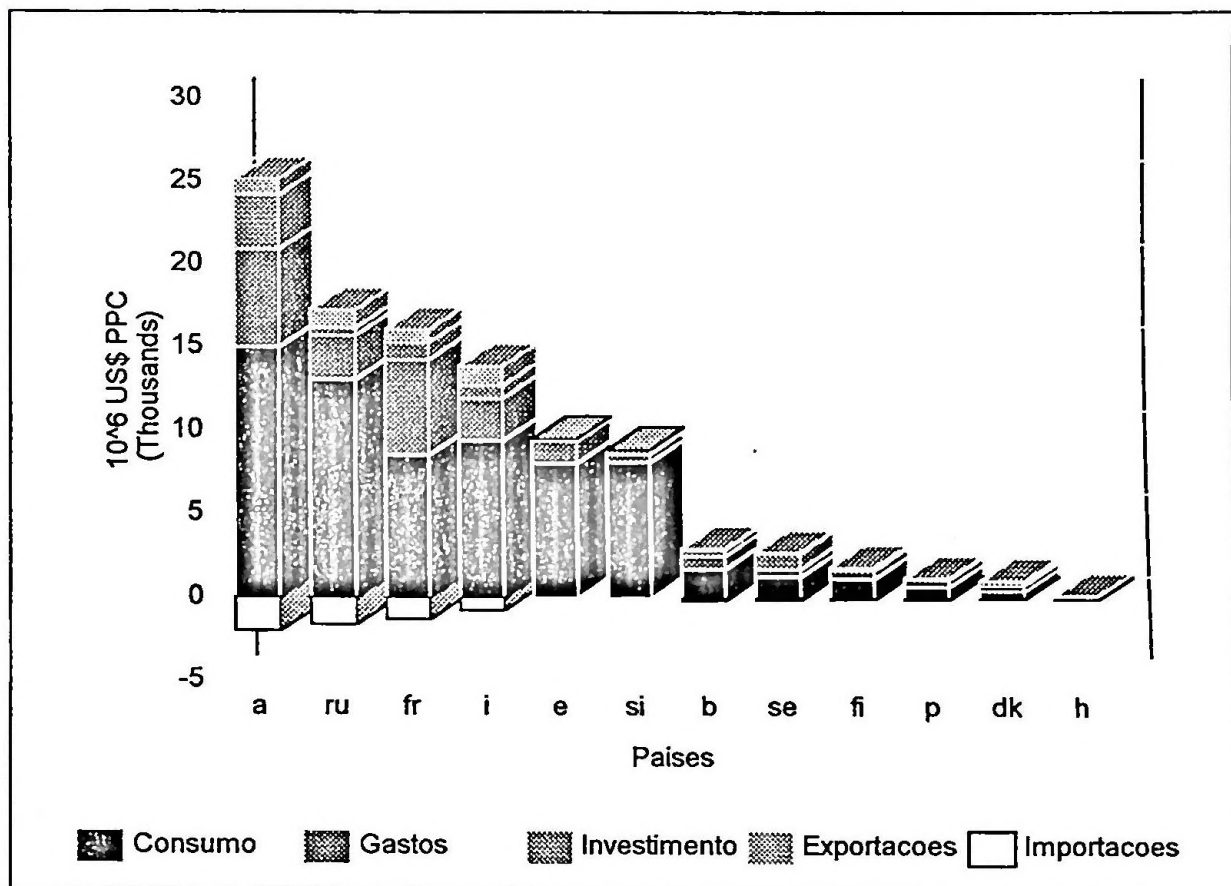
Os valores de cada país foram coligidos por Andreff e tratados de forma a obter a homogeneidade pretendida para a comparação mínima da situação desportiva europeia. Note-se que por este motivo a estrutura do PIBD de Portugal referida no Quadro 2.4 e a do Quadro 2.5 diferem. No processo de cálculo da tese dos valores de todos os países foram encontradas algumas diferenças que tanto podem ser situações estruturais características de determinado país que os distinguem dos restantes, como podem ter outra origem. Por outro lado, o Quadro 2.4 é uma continuação da explicação da Matriz pelo que não se justifica de momento a actualização dos seus valores. Na tese todos os dados utilizados provêm do estudo de Andreff salvo os casos explícitos em que seja referida outra fonte. No Capítulo 3 tratam-se das necessidades da informação desportiva e no Capítulo 4 apresentam-se alguns pontos de cautela na utilização da informação, assim como, recomendações advindas da análise realizada.

A Figura 2.2 mostra o Produto Interno Bruto Desportivo a preços de mercado para os 12 países considerados.

Cada coluna mostra o valor de cada componente do PIBD. Note-se a importância destacada do PIBDpm da Alemanha seguida pelo Reino Unido, França e Itália e depois pela Espanha e Suíça, totalizando 89,96 % do PIBDpm dos 12 países. Os restantes países têm posições mais modestas perfazendo um total de 10,04%. Observe-se a antepenúltima linha do Quadro 2.5 os valores acumulados dos diferentes países por ordem decrescente de importância absoluta. Analisando as diferentes componentes do PIBD ressalta o valor do Consumo da Suíça que apresenta um valor extremamente elevado ao nível de um grande país como a Espanha. Observe-se o segmento negro das colunas na Figura 2.2. A situação da Suíça trará consequências para a análise como se observará no Capítulo 4.

Todos os outros países mostram valores de acordo com a dimensão absoluta da sua grandeza. Os grandes países em termos geográficos e populacionais possuem um PIBD grande e os pequenos países um pequeno PIBD. A análise dos dados em termos relativos mostrará que o ser um pequeno ou grande país não é condição necessária e suficiente para a realização do bem-estar através do desporto.

**Figura 2.2 - Produto Interno Bruto Desportivo a preços de mercado (1990)**



Estes valores, pode dizer-se, encontram-se estimados por defeito se se considerar que todos os trabalhos fizeram uma análise parcial da dimensão económica do desporto pela dimensão das externalidades da actividade desportiva que se analisam no próximo ponto.

Como se observa pela definição de bens mercantis e não mercantis verifica-se que as actividades recreativas e desportivas se encontram em ambas as categorias de serviços. Esta situação sugere a existência de limitações da definição quando aplicada ao desporto. Apenas são considerados os bens e serviços transaccionados no mercado o que exclui a valorização monetária das falhas do mercado como as externalidades positivas e negativas da actividade desportiva.

Jean Paul Minquet investigador francês da área da economia do desporto referiu nos anos de 1985 e 1986 em reuniões do Conselho da Europa as limitações associadas à metodologia adoptada para determinação da importância económica do desporto tendo proposto a criação de uma conta satélite para o desporto. Esta proposta foi preterida pelo peso organizativo que pressupunha na obtenção de dados de um sector que até ao momento poucos estudos económicos possuía tanto elaboradas pelo próprio sector como pelos organismos estatísticos económicos nacionais e internacionais.

Grandes organizações mundiais desenvolveram nos últimos anos um sistema de Contas Nacionais que permitem a criação de contas satélite para sectores como a saúde, o ambiente, ou o turismo. Esse esforço culminou em 1993 com a publicação de um texto conjunto pela Comissão da União Europeia, pelo Fundo Monetário Internacional, pela OCDE e pelo Banco Mundial. As suas contribuições poderão ter consequências na definição de critérios de contabilização das actividades desportivas de que se destacam os benefícios imateriais de que a metodologia anterior era omissa.

O aperfeiçoamento das Contas Nacionais como instrumento de medida macro-económico vai mais longe na valorização dos bens e dos fluxos gerados no sistema desportivo.

As falhas do mercado desportivo serão discutidas no ponto seguinte e no último ponto deste Capítulo analisa-se as possibilidades de intervenção do Estado no mercado desportivo.

## 2.2.2 CARACTERÍSTICAS DO BEM DESPORTIVO

### 2.2.2.1 Externalidades

Analisa-se neste Capítulo as excepções ao funcionamento eficiente do mercado devido à inexistência de mercados para determinados bens.

Cornes e Sandler (1986), indicam a definição de Meade (1973) sobre externalidade que refere que "uma economia (deseconomia) externa é um acontecimento que confere um benefício apreciável (inflige um dano apreciável) a alguma pessoa ou pessoas que não foram partes integrantes da tomada de decisão ou decisões que deram directa ou indirectamente origem ao acontecimento em questão."

Esta definição é útil porque realça a possibilidade de existência de acontecimentos que escapam à decisão dos intervenientes na transacção de bens mercantis. É o que acontece ao indivíduo quando pratica uma actividade desportiva regular através de um clube ou de uma empresa e parte dos benefícios que recebe passam para um terceiro indivíduo ou organismo onde desenvolve a sua actividade profissional. Por exemplo, a escola, ou a empresa, onde trabalha o praticante desportivo, beneficiam da sua maior produtividade no trabalho, do seu bom humor e maior capacidade de fazer face a situações de tensão do que outros indivíduos seus colegas que não possuem uma prática desportiva regular. A externalidade pode ser negativa porque, por exemplo, quando o indivíduo se lesiona isso afectará negativamente o seu rendimento escolar ou laboral.

O benefício, ou prejuízo da actividade desportiva para a escola ou para a empresa não está incluído no preço que o clube ou a empresa pedem pelos serviços que oferecem e afectam o equilíbrio estabelecido no mercado entre a Procura e a Oferta. Ao comprar um par de sapatos de desporto o indivíduo é o único beneficiário da compra que efectua e ele é o seu proprietário. O benefício é totalmente apropriado e esgota-se no indivíduo que adquire o bem. No caso da actividade desportiva o seu direito de propriedade não lhe permite controlar o benefício de terceiros pela despesa que

efectuou. Eventualmente um responsável de um serviço rigoroso exigirá pelo mesmo salário uma prestação com um elevado nível de produtividade. Como demonstrar a necessidade de um período mínimo de lazer que comporte uma actividade física intensa e regular? Tal como um outro exemplo dado por Varian (1990) para o fumo de cigarro, a preocupação com o bem estar físico e uma capacidade de trabalho acima da média quando obtidas pelo exercício físico regular são exemplos de bens com que as pessoas se preocupam mas que não se vendem no mercado.

Estudos sobre a saúde permitem estabelecer externalidades negativas geradas pela actividade desportiva. O levantamento bibliográfico de Nichol et alii (1994) mostra-nos o relacionamento existente entre os benefícios da actividade física e a saúde e os custos dos cuidados de saúde.

Nicholl et alii (1994) fizeram um levantamento do conhecimento dos custos médicos e dos cuidados médicos dos benefícios da saúde. Utilizaram para isso o conjunto de estudos existentes no Reino Unido e noutros países que permitem obter um quadro consensual dos benefícios para a saúde do exercício físico, apesar de possíveis limitações apontadas a uma metodologia baseada em diferentes metodologias e de proveniências nacionais distintas.

Apesar dessas incertezas os resultados apontam para conclusões comuns encontradas igualmente na Holanda por Reijnen e Veltuijsen (1989). Em síntese os benefícios económicos líquidos da actividade física apenas surgem para a população mais idosa, acima dos 45 anos, enquanto que para os jovens a actividade produz custos económicos.

Contudo o benefício do exercício físico nestas idades relaciona-se com o longo prazo e com os hábitos adquiridos de uma vida activa e da prática de exercícios regulares cujos resultados positivos surgem por exemplo ao nível da doença na coronária.

Um conjunto largo de doenças são devidas à prática intensa de exercícios físicos como a degenerescência precoce e a asma embora por outro lado a asma e certas forma de artrite possam ser retardadas com a prática de exercício físico.

O estudo conclui pela sugestão do desenvolvimento de actividades nas camadas mais jovens que diminuam os riscos inerentes à sua prática como forma de tornar positivos os efeitos à saúde destes praticantes. Para os mais idosos o estudo afirma que os benefícios são muito mais claros.

A possibilidade de afastar jovens de actividades lesivas de si próprios e da sociedade como a delinquência e a droga é um segundo tipo de externalidade apontado por Gratton e Taylor (1985).

Por fim a possibilidade de utilização de instalações desportivas existentes num determinado local é um terceiro tipo de externalidade que neste caso beneficia o morador próximo da instalação e que não está certo de frequentar o espaço desportivo. O benefício que o indivíduo possui de vir a utilizar a instalação não inclui algum pagamento da sua parte.

Outro tipo de externalidade é realçado por Taylor (1987) citando Guldenpfennig (1989) referindo o lugar proeminente nas relações internacionais do desporto como uma "feature" da sociedade mundial, desporto como ambiente das relações inter-Estados, desporto como um instrumento da política do governo e desporto como uma organização mundial.

Um dos aspectos mais polémicos do sistema desportivo é a sua instrumentalização para outros fins, ou seja a capacidade do desporto em gerar externalidades para toda a sociedade e toda a economia tanto nacional como internacional.

O efeito da geração das externalidades é de difícil internalização pelos agentes desportivos que os produzem. Tome-se o caso dos clubes que na maior parte dos países que atravessam períodos conturbados da sua existência procuram encontrar

soluções que por si transformam a sua estrutura não-lucrativa em estruturas neo-corporativistas. Riiskjaer (1990) e Collins (1991) dão exemplos da situação do associativismo Dinamarquês e do Reino Unido. Para estes autores o associativismo desportivo dividiu-se entre os interesses neo-corporativos representados nas organizações desportivas dos países europeus e os interesses manifestados pelas administrações públicas que atribuíam os meios financeiros necessários ao funcionamento dos primeiros. Ambos os investigadores referem a tomada de posição dos responsáveis do desporto defendendo quer interesses qualitativos por oposição a objectivos quantitativos marcados pela Alta Competição, na posição de Riiskjaer (1990), quer a tomada de posição comum frente à actuação da administração pública, nas palavras de Collins (1991).

Podemos observar de acordo com a definição de desporto que indicamos e com os benefícios gerados por actividades não-desportivas, como as indicadas pelo projecto Allied Dunbar National Fitness Survey (1992), que tanto umas como outras também geram externalidades com impacto no bem-estar físico (Kealy, 1991).

Podemos encontrar no clube o centro da geração de externalidades que se referiram ao longo deste ponto, de acordo com Santos et alii (1993). Existe um conjunto de externalidades gerados num clube desportivo com um certo nível de implantação local, regional e nacional como o bem-estar físico e psíquico e na saúde do praticante desportivo do clube; o apreciar e utilizar da glória associada à pertença ou à identificação com o historial de um clube em proveito do indivíduo na sua roda de amigos ou no seu local de trabalho; o transformar possíveis sectores da população em situação de carência e de marginalidade, como os envolvidos na delinquência e droga, em cidadãos integrados na sociedade; a possibilidade de dispor de instalações na região de implantação do clube e o fomento das condições de rentabilidade urbana e fundiária local; a difusão de uma imagem nacional de competitividade, quer do território em termos de turismo quer dos produtos da respectiva indústria e serviços, aumentando por isso as exportações de bens e serviços para o estrangeiro; e a possibilidade das vitórias conseguidas se repercutirem nas negociações que empresários e diplomatas realizam com todo o mundo devido à vitórias obtidas pelo clube.

### **2.2.2.2 Bens de mérito**

Os bens de mérito são uma segunda forma de falha de mercado. O Estado, agindo paternalisticamente de acordo com alguns autores, ao criar condições para a prática de desporto para a população independentemente do desejo destes, trata a actividade desportiva como um bem de mérito. O Estado considera que esses indivíduos e os mercados são incapazes de por si sós avaliarem o bem do desporto por serem ignorantes ou actuarem de forma irracional.

Outros autores consideram que o bem-estar social deve ser maximizado pela sobreposição em certas circunstâncias aos desejos do consumidor.

Neste caso a opinião do Estado prevalece sobre o desejo do consumidor que actua em qualquer um dos mercados indicados da educação, do desporto ou da cultura. O preço do bem é determinado pela dimensão e característica da intervenção do Estado e não pela actuação dos agentes económicos no mercado. A Lei de Bases do Sistema Desportivo de 1 de Janeiro de 1990, trata o desporto escolar nesta acepção ao preconizar o seu desenvolvimento pelo Estado.

### **2.2.2.3 Bens públicos**

A terceira falha de mercado referida por Grattan e Taylor (1985) relaciona-se com os bens públicos. Estes surgem quando os benefícios gerados são tão grandes que a totalidade dos consumidores do mercado não podem deixar de dele beneficiarem. As vitórias nas grandes competições internacionais são exemplos dessa situação. Todos beneficiam mas nenhuma empresa financiará a formação dos jovens Carlos e Rosa apesar de anos mais tarde serem conhecidos por Lopes e Mota e então se realizar a apropriação pública das suas vitórias por toda a população, pelas empresas e pela sociedade.

O bem público é um bem que deve ser fornecido na mesma quantidade a todos os consumidores afectados, de acordo com Cornes e Sandler (1987). As pessoas podem valorizá-lo de forma diferente mas todos deverão poder consumi-lo na mesma quantidade. O comportamento do *free-rider*<sup>7</sup> ao inibir a iniciativa da oferta privada no mercado pela apropriação dos benefícios produzidos sem ter feito o investimento inicial impede a produção dos bens com características de bem público.

### 2.2.3 EFICIÊNCIA DE MERCADO, PIGOU E COASE

Lewis et alii (1991) aponta a preocupação dos decisores de fazer uma aplicação eficiente dos recursos no desporto. Estão em causa objectivos internos ao mercado desportivo como a maximização do óptimo social pelos agentes desportivos e outros relacionados com a obtenção de objectivos exteriores ao sistema desportivo como sejam a competitividade nacional, a redistribuição do rendimento, a preservação das áreas naturais e a provisão de programas alternativos para grupos desfavorecidos.

Como observado o desporto produz externalidades e tem características de bens públicos e de bens de mérito que levam o Estado a actuar de forma a complementar a actuação dos agentes privados no mercado e conseguir maximizar o bem-estar social.

Procurando actuar para além da acção dos agentes privados no mercado, o que é preconizado por Pigou (1920), o Governo contribui para a maior eficiência dos mercados mas simultaneamente altera as regras de funcionamento eficiente do mercado tal como definido na teoria económica. Coase (1960) surge com a hipótese de atribuir direitos de propriedade aos agentes diminuindo a intervenção do Estado e valorizando as possibilidades de afectação dos recursos e tomada de decisão descentralizada.

---

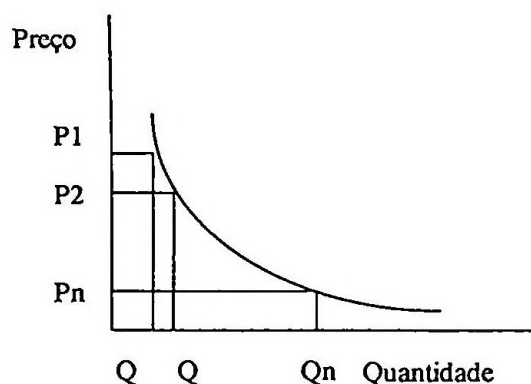
<sup>7</sup> Termo ainda não traduzido para português e que identifica aquele indivíduo que espera que outro pague por um determinado bem para então dele se apropriar. A existência de bens públicos favorece a actuação dos *free-riders*.

Neste capítulo ir-se-á mostrar como a micro-economia determina o funcionamento eficiente do mercado desportivo procurando-se posteriormente discutir as hipóteses de actuação do Governo de acordo com os princípios Pigouvianos e Couseanos.

### 2.2.3.1 Mercado Eficiente: as Curvas da Procura e da Oferta

A apropriação do serviço desportivo oferecido como bem de consumo durável desportivo, ou não-durável, ou como bem de capital e a sua combinação ou consumo simples é uma decisão que apenas cabe ao indivíduo.

Figura 2.3 - Curva da Procura



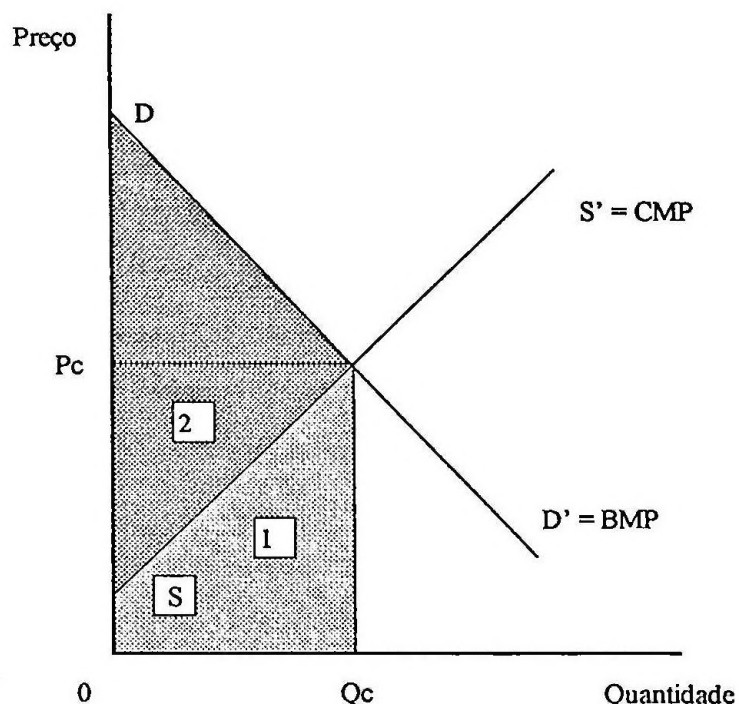
A quantidade do consumo é tomada pelo indivíduo de acordo com a valorização que faz da quantidade de bens consumidos e do preço que está disposto a pagar. Tal como se vê na Figura 2.3 o indivíduo ao consumir a primeira unidade do bem está na disposição de pagar o preço P1. Ao consumir a segunda unidade o indivíduo estará na disposição de pagar um preço inferior P2 enquanto que pela enésima unidade a sua disposição de pagamento baixou para Qn. Ao considerar-se o mercado e ao aumentar o número de consumidores obtém-se tal como na figura uma curva decrescente mostrando a satisfação dos consumidores pelos níveis anteriores de consumo do bem.

De acordo com a teoria económica o consumidor tem um conjunto de características que o tornam soberano e racional nas decisões tomadas no mercado. O princípio da optimização refere que os indivíduos escolhem o melhor para si que podem adquirir. A existência de benefícios materiais e imateriais da actividade desportiva é também do conhecimento do indivíduo (Varian, 1990).

Um segundo princípio, o do equilíbrio do mercado, afirma que os preços se ajustam até que a quantidade de alguma coisa que os indivíduos procuram seja igual à quantidade que é oferecida.

A Figura 2.4 apresenta a curva da Procura  $DD'$  e a curva da Oferta  $SS'$ . A curva da Procura apresenta o Benefício Marginal Privado (BMP) do conjunto de consumidores do mercado e a curva da Oferta representa o Custo Marginal Privado (CMP) da oferta dos bens transaccionados. O ponto de equilíbrio entre as duas curvas é o ponto onde o benefício marginal dos consumidores iguala o custo marginal dos produtores.

**Figura 2.4 - Curva da Oferta e Equilíbrio do Mercado**



Na medida em que todos, consumidores e produtores, procuram obter o seu máximo benefício através da afectação dos meios que têm ao seu dispor nesse caso o ponto de encontro das duas curvas é aquele em que se encontra o Benefício Marginal Social. Ou seja:

$$CMP = BMP = BMS$$

Note-se que a Figura 2.4 representa o mercado eficiente à Pareto onde todos estão na melhor posição e ninguém ficará melhor sem um outro ficar pior.

O ponto  $P_c$  representa o preço obtido no mercado competitivo para adquirir a quantidade  $Q_c$ . O rectângulo constituído pelos dois segmentos de recta  $OP_c$  e  $OQ_c$  é o rendimento obtido com a transacção dos  $Q_c$  bens pelo preço  $P_c$ . Este é o rendimento do produtor.

O Excedente do Consumidor é o triângulo compreendido entre a ordenada, a curva da Procura e a linha do Preço Competitivo  $P_c$ . Como visto anteriormente este é o somatório dos montantes que o consumidor estaria disposto a pagar para cada uma das quantidades inferiores a  $Q_c$ , para além do valor do bem representado pelo rendimento do produtor.

### **2.2.3.2 Geração de Externalidades, a Actuação Pigouviana**

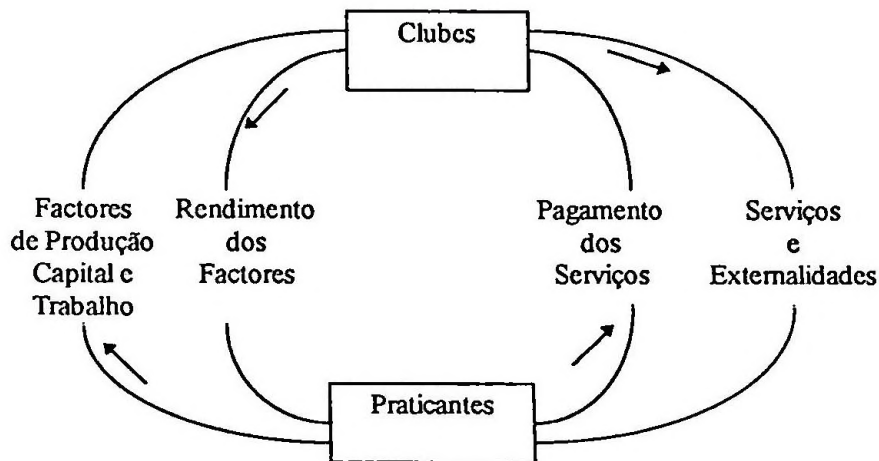
O mercado é aquele onde se trocam os bens e serviços privados sem que se produzam falhas de mercado. Estamos a indicar bens mercantis e privados onde existem dois fluxos associados à sua transacção como o referido no início deste capítulo.

No entanto, face à existência de externalidades o mercado descrito não se concretiza do lado da transacção de bens e serviços desportivos. As externalidades são um dos produtos da actividade dos clubes. O fluxo material do serviço desportivo é assegurado mas apenas se realiza o fluxo monetário do pagamento do serviço mas não

da externalidade positiva produzida e inerente ao consumo do serviço. O clube recebe no mercado um valor inferior ao custo dos seus factores de produção. Existe portanto uma falha de mercado produzida pela externalidade positiva. O benefício privado é superior ao custo privado como se pode constatar no lado direito da Figura 2.5.



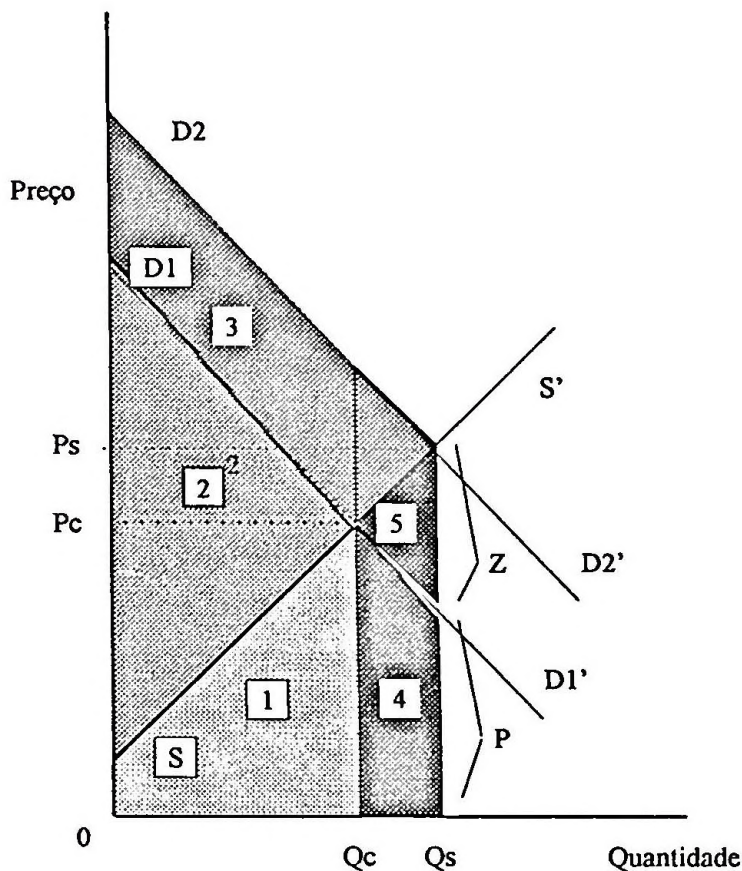
Figura 2.5 - Inexistência do Mercado



Duas soluções são apresentadas uma por Pigou e outra por Coase. A primeira solução é apresentada através da Figura 2.6

Tal como na Figura 2.5 observa-se que as externalidades, denominadas Benefício Marginal Externo, formam um trapézio situado acima da curva da Procura  $D1-D1'$  identificado com o número 3. O seu limite superior é formada por uma outra curva da Procura  $D2-D2'$ , curva do Benefício Marginal Social, que se cruza com a curva da Oferta num ponto superior e à direita da curva  $D1-D1'$ . Este ponto marca o equilíbrio social entre a Quantidade Social  $Q_s$  e o Preço Social  $P_s$ .

**Figura 2.6 - Equilíbrio na presença de externalidades positivas**



Nesta nova posição o preço  $P_s$  é superior ao preço  $P_c$ , formando o rendimento assinalado pela área número 4, enquanto que o montante pago pelos consumidores é ainda inferior ao preço competitivo. Ou seja, o Benefício Marginal Social é superior ao Custo Marginal Privado tendo o produtor um prejuízo na sua actividade. Existe o triângulo, com o número 5 que o produtor não recebe do consumidor. A proposta de Pigou é que o Estado assegure o diferencial entre os dois preços através da atribuição do subsídio Z.

Esta solução tem limitações de acordo com numerosos autores como Coase (1960) que afirmam que a atribuição de subsídios pelo Estado afecta o regular funcionamento dos consumidores e dos produtores que passam a actuar procurando obter o máximo já não apenas dos seus rendimentos mas igualmente contando com a intervenção do Estado.

### **2.2.3.3 Virtualidades do Mercado, a Actuação Coaseana**

A solução de Coase é assim a de atribuir direitos de propriedade, quer ao produtor, quer ao consumidor ou a ambos para que estes negociem o que estão dispostos a ceder das suas posições para obter o produto em questão.

A sua negociação incidiria sobre o triângulo 5 e os custos e as receitas de cada parte. Ambas as soluções são do ponto de vista teórico eficientes.

O caso mais corrente da inexistência de mercados competitivos em Portugal é o relacionado com os clubes profissionais de futebol num sentido restrito mas igualmente com todos os clubes que lutam com carências significativas humanas, materiais e financeiras para o seu desempenho no mercado do desporto.

A geração das externalidades no domínio da Alta Competição estendem-se aos anos 60 com as primeiras vitórias significativas a nível do futebol europeu. A partir desse momento o desporto Português actuou como um sector criador de uma imagem nova de que o país, as regiões e as cidades não abdicaram até aos dias de hoje.

A crise que acompanha a actividade destes agentes desportivos relaciona-se com a existência de um mercado incompleto onde a actividade dos clubes apenas é remunerada numa parte e não pela sua totalidade incluindo as externalidades geradas.

Não será líquido que noutros países europeus se tenha passado o mesmo. A análise dos seus indicadores sugere que foram criados mecanismos de internalização dos benefícios gerados quer no caso da Alta Competição, quer no caso do Desporto Para Todos que terão minimizado em parte as falhas do mercado desportivo. Por outro lado, o maior desenvolvimento económico e social destes países terá possibilitado aos clubes a

internalização das externalidades geradas através dos vínculos que possuíam com populações com um nível de bem-estar superior.

A solução Coaseana pode ir ao encontro da recente alteração do estatuto dos clubes que praticam modalidades desportivas profissionais mas poderá igualmente contribuir para o equacionar mais simples da actuação de todo o sistema desportivo.

O problema que se coloca é o de determinar a dimensão dos benefícios sociais e económicos gerados, quantificá-los em termos monetários, saber quem são os agentes públicos e privados que deles se apropriam e determinar qual o deve e o haver da actividade dos clubes nacionais e dos beneficiários da sua actuação.

Nesta fase deve equacionar-se o modo de actuação dos agentes desportivos envolvidos de forma a atribuir-lhes direitos de propriedade dos benefícios gerados descentralizando a tomada de decisão sobre a afectação dos recursos do mercado desportivo através da actuação dos seus agentes privados.

Ao Estado cabe o papel de acompanhamento de que todo o processo se realize de forma eficiente e no sentido da maximização do bem-estar social. A solução Coaseana exclui a atribuição de subsídios ou o levantamento de impostos à actuação dos agentes privados.

A existência de confederações de desportos em países do norte e do centro da Europa foi acompanhada por uma política de subsídios significativos ao sistema desportivo. O Estado apenas descentalizou a regulação das actividades tendo afectado subsídios significativos para sectores do mercado desportivo como para os clubes, para a formação de meios humanos e para a realização de infraestruturas desportivas. Enquanto a primeira poderia ser uma solução Coaseana já a segunda é Pigouviana.

Noutros países do sul a política Pigouviana é prosseguida através da actuação de Administrações do Desporto centralizadoras na administração pública central das políticas prosseguidas no mercado desportivo.

Na análise dos indicadores desportivos europeus, no quarto capítulo, procurará observar-se se existem sinais significativos dos resultados destas duas soluções europeias.

#### **2.2.4 CONCLUSÃO**

Foi encontrada uma definição ampla para a actividade desportiva abrangendo o conjunto de acções que desde a formação em todos os escalões etários, passando por todas as actividades físicas realizadas com um enquadramento formal ou informal no sistema desportivo até às actividades da vida diária podem ser enquadradas no conceito encontrado.

Foram estabelecidos dois sub-mercados desportivos distintos o da Recreação e o da Alta Competição áreas de intervenção específica da administração pública sem, no entanto, esquecer as possibilidades de actuação pública noutras áreas não-desportivas como a saúde, o turismo ou a cultura.

O conceito visa dar um instrumento à administração pública que possibilite a maximização do bem-estar social recorrendo a todas as actividades físicas que contribuam para o bem-estar físico e psíquico do indivíduo.

Através da interpretação das actividades desportivas do ponto de vista económico identificou-se a actividade de Recreação e a de Alta Competição como dois produtos finais do mercado desportivo, sendo por vezes a actividade de Recreação um factor de produção da Alta Competição.

Através da Contabilidade Nacional analisou-se a dimensão do mercado do desporto tendo sido estabelecidos os limites do mercado pela análise das características imateriais da actividade desportiva.

Por fim, foi analisada a possibilidade de intervenção alternativa do governo através de um comportamento pigouviano ou de um comportamento coaseano.

## **3. INTERVENÇÃO DO ESTADO A NÍVEL EUROPEU**

### **3.1 INTRODUÇÃO**

A análise da actuação do Governo no sistema desportivo é importante para a determinação da maximização dos benefícios que a população obtém da actividade desportiva oferecida pelo mercado desportivo.

Abordam-se em primeiro lugar os limites e as necessidades de informação desportiva associadas ao processo de tomada de decisão pública, discutindo-se de seguida a complexidade das estruturas públicas europeias.

### **3.2 DECISÃO PÚBLICA**

A informação deve ajudar a formular objectivos mais claros, metas políticas específicas e o conjunto de indicadores de realização apropriados tanto para as organizações privadas como para as entidades públicas. A estrutura de tomada de decisão do governo ou de uma entidade supranacional como o Conselho da Europa ou a União Europeia, assim como, a eficiência do funcionamento de cada mercado determinam a oportunidade e a valia da produção da informação pertinente.

O Conselho da Europa, a União Europeia e vários países desenvolvem estudos e programas sobre as características da informação desportiva, preocupação essa que não cabe neste trabalho. No presente trabalho é maior a preocupação relacionada com a indicação de um método de análise da eficiência e da eficácia relacionado com o desenvolvimento do mercado desportivo do que com a informação utilizada para a mesma análise.

### 3.2.1 A INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE DECISÃO

Siehl e Kostmayer (1991) realçam a importância da produção de informação para as necessidades associadas à tomada de decisão pelo governo e Lewis e Kaiser (1991) destacam as necessidades subjacentes à tomada de decisão pelos gestores desportivos.

A análise de Siehl e Kostmayer (1991), discutindo o caso do Governo dos Estados Unidos, mostra que os governos nacionais tomam a iniciativa da realização de estudos face às necessidades públicas de conhecimento do mercado do desporto. Este procedimento visa articular a actuação dos apoiantes das medidas legislativas e a acção dos legisladores e das agências governamentais. O ciclo legislativo e os processos de orçamentação limitam as possibilidades de financiamento dos programas aprovados suscitando o investimento no maior conhecimento das consequências dos processos de tomada de decisão pública.

Os estudos encomendados pelo Conselho da Europa, visando responder às necessidades dos Ministros dos Desportos dos Estados membros, ou então pela Comissão Europeia visando a eficiência do mercado europeu de alta competição europeia são exemplos dessa conclusão.

As conclusões obtidas no Conselho da Europa procuram objectivos distintos dos tomados pela União Europeia. Enquanto os primeiros estudos aconselham os governos a valorizar as medidas de política desportiva nacionais, o estudo da Comissão Europeia procura facultar-lhe o conhecimento do impacto da sua actuação visando o futuro do seu posicionamento perante a compreensão do Desporto na Europa Social.

Os países possuem modos de funcionamento distintos ao nível dos seus governos, da aprovação e funcionamento dos seus orçamentos, e do comportamento das suas opiniões públicas e lobbies.

A força dos grupos relacionados com o desporto de alta competição permite-lhes transmitir a informação que consideram pertinente aos decisores públicos. Por outro

lado, informações acerca das consequências para outros grupos sociais e económicos carenciados das medidas tomadas pelos governos não conseguem ser transmitidas. Siehl e Kostmayer (1991) referem a necessidade de apresentação de informação facilmente compreensível aos legisladores.

O sistema desportivo não se integra nas categorias de actividades que habitualmente são incluídas nos sistemas estatísticos nacionais. Tanto do lado da Procura como da oferta a informação sobre actividades físicas é escassa e de difícil obtenção.

Esta é uma limitação ao desenvolvimento da investigação do sistema desportivo e principalmente ao processo de tomada de decisão, no entanto, existem estatísticas e instrumentos capazes de serem utilizados pelas administrações públicas.

Exemplo disso são os campeonatos desportivos profissionais que possuem informação capaz de servir de base à verificação das teorias económicas. Estudos americanos como Clement et alii (1992) referem as possibilidades que se abrem para a utilização desta informação desportiva. Este facto mostra que a utilidade da informação estatística do desporto não se esgota no processo de tomada de decisão.

Os passos já dados no domínio das estatísticas do desporto permitem avançar com algumas aplicações como as apresentadas neste estudo onde são indicadas as limitações existentes e simultaneamente são apresentados resultados que poderão estimular os agentes privados e públicos a investirem na investigação desportiva.

Observemos de seguida os passos dados a nível europeu para a produção da informação desportiva e de seguida alguns aspectos da orgânica subjacente ao processo de tomada de decisão europeia.

## **3.2.2 ESTUDOS EUROPEUS**

### **3.2.2.1 Posicionamento dos projectos**

O Conselho da Europa realizou no passado recente dois estudos sobre a economia do desporto europeu. O primeiro relatório discute e procura avançar conclusões face aos resultados obtidos através da teoria económica enquanto o segundo relatório aposta na produção e análise da informação existente ao nível macro-económico.

Um dos objectivos da tese é a demonstração de que apesar dos limites existentes ao nível da informação desportiva europeia é possível analisar as estruturas desportivas procurando dimensionar os mercados desportivos e o seu impacto na sociedade e na economia, assim como, obter normas de apoio à actuação da administração pública. A tese parte das estatísticas produzidas pelo segundo estudo para procurar obter conclusões semelhantes às apontadas pelo primeiro estudo.

Os estudos pioneiros do Conselho da Europa relacionam-se com a dimensão e a estrutura do sistema desportivo europeu. O Conselho inicia os seus estudos com a análise comparada das realidades macro-económicas dos sistemas desportivos nacionais.

Os países europeus aderentes a estes projectos desenvolvem depois estudos que abrem o desporto a novas áreas do pensamento económico.

O Conselho da Europa pretende, a partir de 1983, aprofundar o seu conhecimento do sistema desportivo definindo uma preocupação positiva. O estudo Jones (1989) procura avaliar a dimensão e o impacto do desporto nos países que aderem ao projecto e ao nível europeu. O estudo Andreff (1994) aborda a economia do desporto europeu pelo lado do financiamento. Um conjunto de sugestões normativas de apoio às políticas desportivas nacionais completam ambos os relatórios.

Do ponto de vista positivo os estudos realizados pelo Conselho da Europa preencheram uma primeira lacuna do conhecimento económico do desporto relacionado com a dimensão nacional e comunitária de agregados macro-económicos como o PIB Desportivo, o Consumo Público e Privado, a Oferta, as Exportações e as Importações, o Trabalho Voluntário, a dimensão do Emprego relacionado com a oferta de actividades desportivas. Também foi analisado em alguns países o efeito multiplicador do investimento em desporto de uma unidade monetária por parte do respectivo governo. Outros países analisaram as características da Procura desportiva procurando saber qual a dimensão nacional e quais as camadas da população mais beneficiadas com o financiamento público. Foi analisada a relação entre a saúde e o desporto e entre o trabalho voluntário e a vida associativa.

Os dois relatórios afirmam-se na perspectiva positiva da análise do mercado desportivo. Do ponto de vista normativo justificar-se-ia definir em primeiro lugar objectivos básicos para a política desportiva de forma a responder a questões como saber se a prioridade do ou dos governos é o Desporto Para Todos. Por outro lado, tomando-o como objectivo básico, saber como se reflectem os subsídios dos governos centrais e locais na prática desportiva das populações mais carenciadas. Ainda outro objectivo seria conhecer a hipótese alternativa do financiamento da actividade desportiva através das organizações ou direccionado para as populações e grupos específicos e avaliar os seus impactos. Um último objectivo seria determinar as características da acção da administração pública de forma a maximizar o bem-estar social.

O posicionamento normativo ao preocupar-se com os objectivos do governo e o modo mais eficiente de os alcançar obriga ao nível europeu a questionar os diferentes níveis de eficiência e equidade dos mercados desportivos europeus e observar os governos que actuam no sentido de maximizar o bem-estar social e económico e aqueles que ficam aquém desse objectivo.

### 3.2.2.2 Relatório Jones

O Relatório Jones determina, de acordo com os princípios da Contabilidade Nacional e as Matrizes Input-Output, adoptados pelos países a importância do Desporto no Produto Nacional Bruto, na Despesa Pública e no Consumo das Famílias. O Investimento, as Importações e as Exportações de bens e serviços desportivos também são determinados, assim como, a dimensão do mercado do trabalho voluntário e remunerado pelos sistemas desportivos. Ao caracterizar o sistema desportivo na perspectiva económica são estabelecidos os subsectores público e privado, sem e com finalidade lucrativa, que formam o mercado desportivo.

São três as conclusões do trabalho. A primeira refere que novas áreas se abriram na tentativa de quantificação das receitas, despesas e fluxos provenientes da actividade desportiva estimando-se em cerca de 35 a 40 biliões de dólares americanos (PPC) o consumo em desporto nos países aderentes ao projecto e o trabalho voluntário e remunerado de cerca de 1 milhão de pessoas. A segunda afirma que a intervenção do governo apenas se poderia fazer após a compreensão do comportamento dinâmico da economia do desporto, do equilíbrio entre o sector público o sector comercial e o sector voluntário, o fluxo de impostos e doações, a despesa do consumo e os patrocínios. A terceira conclui que os benefícios económicos são apenas uma das formas de valorizar o desporto e que outras áreas como a saúde e os benefícios sociais devem ser considerados na geração de riqueza e de emprego.

O trabalho sugere a realização de estudos económicos na área do desporto aos países aderentes ao projecto, que se relacionem com a análise custo-benefício do desporto, tal como, os benefícios e prejuízos para a saúde; com o estudo detalhado sobre o potencial de emprego gerado pelo desporto; com a eficiência do investimento no desporto a nível local e da política de preços; com a análise do custo do desenvolvimento do desporto e da recreação na comunidade; e com a investigação do papel do desporto na geração de emprego e regeneração de áreas degradadas.

O relatório realça a semelhança existente entre as estruturas do consumo desportivo

das famílias e do emprego em Desporto na Holanda e no Reino Unido e refere que o valor relativamente baixo do Consumo Final Português se relaciona com o Produto Nacional Bruto mais baixo dos restantes países analisados. O estudo estabelece igualmente um intervalo de variação de 1,5% a 1,8% do Consumo Total para a maior parte dos países estudados sem se debruçar, no entanto, sobre os que se encontram fora do intervalo.

Jones aponta, assim, a existência de intervalos de variação onde se incluem a maior parte dos países, lança a hipótese da situação desportiva de um país se relacionar com um indicador não-desportivo e constata a existência de estruturas semelhantes entre países, nomeadamente entre a Holanda e o Reino Unido.

Para o autor do relatório o conhecimento e análise micro-económica do comportamento dos agentes desportivos, perante estes indicadores, é a condição indispensável da actuação dos governos europeus.

Os estudos sugeridos apontam adicionalmente para outras áreas de análise como a saúde, o investimento a nível local, a política de preços e a regeneração de áreas urbanas.

Collins (1990) refere a possibilidade de densificação da participação desportiva no Reino Unido quando compara os níveis de participação desportiva e a despesa per capita do Estado. O texto de Collins utilizando os dados de Jones coloca a hipótese da fraca dimensão do financiamento público do Reino Unido se relacionar com o fraco nível de participação desportiva. Observe-se o Quadro 3.1.

Quadro 3.1 - Despesa Per Capita e Membros de Clubes

Países	Despesa per Capita US\$				Clubes Desportivos	
	Famílias	Estado	Apostas	Patrocínios	Média Membros por Clube	% População em Clubes
Alemanha	125*	n.d.	n.d.	3	312	34
Bélgica	106	37	1	2	81	26
Dinamarca	85*	35	n.d.	2	166	43
Finlândia	106	36	n.d.	7	382	43
Holanda	151	38	1	8	115	25
Reino Unido	100	25	36	5	43	12

Fonte: Collins (1990)

\* Incluindo as Apostas relacionadas com o Desporto

n.d. Informação não disponível

Os países escolhidos localizam-se no Norte e Centro da Europa mas estabelece um grupo de países onde existem diferentes comportamentos que ligam indicadores de participação e de financiamento público.

No presente trabalho este procedimento é aprofundado procurando direccioná-lo e potenciá-lo para a análise do comportamento dos governos europeus.

### 3.2.2.3 Relatório Andreff

Um estudo realizado pelo Brunelli (1992) de Itália tomou os países mais desenvolvidos como a Alemanha Ocidental, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Itália, Reino Unido, Suécia, Japão e Estados Unidos e analisou o conjunto de informação relacionado com o consumo total e o das famílias, o financiamento e a despesa pública, o financiamento pelo jogo, os patrocínios e o mercado de bens desportivos. A análise faz-se apenas pela constatação da dimensão dos indicadores absolutos e relativos. Este

estudo simultâneo do Relatório Andreff mostra o interesse da análise agregada dos indicadores desportivos nacionais em vários países de dimensão económica equivalente visando contribuir para o conhecimento dos respectivos mercados.

O segundo estudo europeu, como referido, coordenado a nível europeu por Andreff, é realizado para o ano de 1990 onde se mantêm os objectivos do primeiro, identificando o impacto do desporto em categorias macro-económicas como o Produto Interno Bruto, a Despesa Pública, o Consumo Privado, a Oferta, a Importação e Exportação e o Emprego e procurando analisar com mais detalhe a origem e o destino dos fluxos financeiros do sistema desportivo. Do ponto de vista metodológico procura igualmente realçar as vantagens da homogeneização da produção das estatísticas do desporto e da sua análise periódica.

A principal característica da abordagem francesa é o de reafirmar a importância do desporto como actividade económica europeia e simultaneamente o de identificar e dimensionar os vectores desportivos que determinam a importância do sector na economia.

As conclusões do texto de Andreff incidem sobre as tendências comuns do financiamento e do impacto comercial do desporto na Europa em 1990 procurando descrever o que de comum e de diferente se encontra nos países europeus aderentes ao projecto. Os pontos analisados relacionam-se com a origem do financiamento do desporto, o trabalho voluntário, os patrocínios, o peso do consumo de bens desportivos no consumo privado, o destino dos fundos pelas organizações, federações e clubes, pelas instalações, pelos acontecimentos desportivos, a oferta, o comércio externo, o emprego.

O relatório avança igualmente com recomendações metodológicas onde se identificam as preocupações relacionadas com a melhoria da produção de estatísticas do desporto apontando áreas com escassez de informação como a comunicação social, os patrocínios, o desporto na empresa, o destino do financiamento ao desporto, o aspecto económico e financeiro das manifestações desportivas, o financiamento das instalações

privadas, a produção nacional de artigos de desporto; a necessidade de nomenclaturas comuns de actividades económicas ligadas ao desporto a nível europeu; a necessidade de relatórios periódicos de três em três anos; e a criação de um centro europeu de investigação de economia do desporto.

O relatório tem a particularidade de produzir estatísticas do desporto com um certo grau de homogeneidade, indicar as suas limitações e possibilidades de utilização e de propor princípios de actuação futuros que permitam o trabalho de economistas do desporto.

As duas abordagens, naquilo que as caracteriza, possuem conteúdos diferentes. O Relatório Jones partindo da primeira informação disponível esboça os contornos da economia do desporto europeu mostrando, sempre que possível, os pontos de conflito, sugere novas áreas de desenvolvimento da economia do desporto como um instrumento de política desportiva visando a actuação do mercado desportivo de forma a contribuir para a maximização do bem-estar social. O Relatório Andreff põe um peso específico nas características da informação produzida e na formação de um centro de investigação da economia do desporto.

O Relatório Jones é a afirmação de um posicionamento do desporto na sociedade num período onde a actividade desportiva se encontrava num processo de desenvolvimento característico dos anos 80. Este posicionamento reflectiu-se na altura noutros estudos e acontecimentos como no "Symposium on "Sport and Economy"" em 1988 em Magglingen na Suíça e em trabalhos aí apresentados. Krupp e Wagner (1988) consideram que o desporto deve ser compreendido como um factor primordial da economia e um ramo em constante expansão.

Este posicionamento é questionado por valores da prática desportiva de diferentes países europeus que apontam para a aproximação de uma fase de maturidade das actividades desportivas procuradas pela população onde o seu crescimento é menor ou mesmo se verificam decréscimos. São apresentados dados nas reuniões do Grupo de Trabalho da Economia do Desporto do Conselho da Europa e surge toda uma

literatura proveniente de áreas do lazer contestando a primazia do desporto de alta competição na preferência das populações e os seus efeitos multiplicadores em termos económicos e sociais. Estudos de futurólogos como Naisbitt e Aburdene (1990) apontam também o afirmação futura de sectores culturais e do estrito lazer das populações que relegarão o desporto para um posicionamento secundário. O Relatório Andreff encontra razões adicionais, onde foi possível fazer essa comparação, que mostram a existência de países onde o crescimento dos valores económicos do desporto diminuem no período compreendido entre os dois relatórios.

Posicionamentos mais recentes como as tomadas por Kealy (1991) e o conteúdo tomado na presente tese poderão contribuir para uma outra leitura da situação desportiva. O facto de determinados subsectores desportivos entrarem numa fase de maturidade ou declínio de alguns dos produtos que oferece não significa que seja todo o mercado do desporto, na sua máxima dimensão, a encontrar-se numa fase equivalente.

#### **3.2.2.4 Intervenção da Comissão**

A Comissão procurou avaliar as possibilidades que se oferece ao sistema desportivo europeu e o impacto das medidas das instâncias comunitárias sobre o mercado desportivo.

A Comissão da União Europeia encomendou à empresa inglesa Coopers & Lybrand (1993) um estudo que documentasse de forma sucinta a posição da legislação e da política da União Europeia em relação ao desporto, identificasse a posição das partes interessadas nacionais e europeias, públicas e privadas e apresentasse soluções para a actuação da União Europeia.

O presente ponto surge como a leitura qualitativa da actuação da Comissão. Para a análise dos indicadores que se utilizam na tese o nível comunitário não oferece informação que permita testar o impacto das medidas da Comissão em cada país.

A Comissão actua principalmente ao nível da regulação e do subsídio. Esta actuação faz-se de acordo com os princípios do Tratado de Roma onde o Desporto não é considerado como uma área de intervenção comunitária sendo uma responsabilidade do nível nacional. Mais recentemente a assinatura do Tratado de Maastricht reconhece a existência da Europa Social onde o Desporto tem um lugar mais significativo.

O estudo é um dos instrumentos da política desportiva da Comissão no momento em que se aproxima um ponto de viragem nas suas prioridades de actuação.

É de interesse o conhecimento do posicionamento dos agentes desportivos com dimensão nacional e comunitária, assim como, é significativa a apresentação das consequências da política comunitária que afecta os sistemas nacionais e os agentes desportivos. Seria interessante ter uma quantificação da eficiência das políticas prosseguidas e do seu impacto real na actividade desportiva tanto a nível nacional como comunitário.

O mercado desportivo possui dois sub-mercados e as medidas supra-nacionais repercutem-se de forma diferenciada em cada parte do sistema. Como se verifica no Quadro 3.2 os pontos analisados no estudo relacionam-se maioritariamente com a eficiência do sistema desportivo europeu e entre a Recreação e a Alta Competição esta última beneficia da maior parte das medidas assumidas ou desenvolvidas pela CE.

**Quadro 3.2 - Medidas de política tomadas pela Comissão da CE**

Questões finais chamadas ao resumo	Recreação				Alta Competição			
	Externalidades		Bens	Eficiên.	Externalidades		Bens	Eficiên.
	Posit.	Negat.	Públic.		Posit.	Negat.	Públic.	
Movimento profission.				X				X
Qualificações				X				X
Hooliganismo						X		
Seguro								X
Publicidade Patrocinios								X
Dopping						X		X
Transportes equipam.								X
Estandardização artigos								X
Símbolo olímpico					X			X
Política competição								X
Radiodifusão								X
Homologação artigos								X
Competição federações				X				X
Comercialização bilhetes								X
Transferência desportist.								X
Financiamento público			X	X			X	X
Animais								X
Financiamento CE	X			X	X		X	X
Ambiente	X	X		X		X	X	X
Impostos			X	X			X	X
ECU								X
Total	2	1	2	7	2	3	4	20

Fonte: Quadro elaborado a partir do trabalho da empresa Coopers e Lybrand (1993).

A Leitura do Quadro 3.2 faz-se através das colunas. A das externalidades mostra o impacto da actuação das autoridades nacionais e, ou comunitárias. O hooliganismo e o dopping têm resultados negativos evidentes e o tratamento do símbolo olímpico e do financiamento público têm resultados positivos enquanto que o ambiente pode ter simultaneamente resultados positivos e negativos quando o impacto do desporto é analisado na perspectiva económica; a coluna dos bens públicos relaciona-se com a actuação da administração central de um país ou com a actuação da Comissão para

além da simples regulação ou elaboração de legislação inerente a cada uma das questões de política da Comissão abordadas no documento. Ou seja relaciona-se com o subsídio e com a colecta de impostos respectivamente de acordo com as questões do financiamento, do ambiente e dos impostos propriamente ditos; a coluna da eficiência observa o impacto que as medidas da Comissão têm no funcionamento das organizações desportivas e do sistema desportivo. Todas as questões que vão do hooliganismo á homologação de artigos, por exemplo, relacionam-se com a eficiência do rendimento e pouca ou nenhuma relevância terão para a actuação das organizações recreativas.

A criação de um mercado eficiente de 350 milhões de habitantes justifica a actuação sobre os agentes de maior dimensão que nele actuam, assim como, a importância que o mercado do desporto de alta competição assume na actuação da CE. O Tratado de Roma e os princípios de subsidiariedade e de autonomia também justificam uma maior preocupação da Comissão para com o Desporto Rendimento;

O estudo possui dois objectivos relacionados com o impacto legislativo e político comunitário e com a posição dos agentes desportivos e um terceiro objectivo visando a identificação de vias de actuação futura da comunidade na área do desporto.

Questão sintomática da situação actual do desporto comunitário é a proposta de colocar o Desporto em pé de igualdade com os outros sectores sociais da actividade o que é uma norma nos países europeus mais desenvolvidos mas que a CE ainda não reconheceu, mas que resulta da Europa Social.

O Tratado de Maastricht abre a perspectiva da actuação mais alargada à Comissão através do Desporto Recreação o que antes era do domínio nacional. O princípio da subsidiariedade passará a aplicar-se a vectores da Procura recreativa ao contrário do que antes se verificava onde todo o sector era excluído das medidas de política desportiva da Comissão, salvo pequenas excepções.

Tanto os governos nacionais como os agentes desportivos sentem algum desconforto ao solicitar os primeiros um maior apoio para medidas fundamentais de política social relacionada com o desporto e os segundos uma maior liberdade de actuação à semelhança dos restantes sectores de actividade industriais e dos serviços das modernas sociedades europeias.

A Comissão desenvolve uma política apoiada em dois instrumentos fundamentais a acção de subsídio às actividades desportivas e a regulação do mercado desportivo. O documento da Coopers e Lybrand (1993) propõe à CE fazer acompanhar os instrumentos de medidas que realcem a importância do Desporto nas restantes áreas e dar uma maior atenção ao interesse e preocupações dos agentes desportivos.

A análise dos princípios que enformam a lei europeia no que respeita à livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais do desporto é insuficiente e deve ser acompanhada pela análise das possibilidades de produção, de subsídio e de regulação que são as prerrogativas da actuação dos governos nacionais.

A afirmação do Desporto Europeu passa pela constituição de sectores com resultados equitativos para o conjunto da população e eficientes no respeitante à aplicação de recursos nacionais e europeus que são escassos. Tanto a nível europeu como a nível nacional a actuação dos poderes públicos deve acompanhar de perto as necessidades das populações e dos agentes para a afirmação do grande espaço comunitário.

O esforço da Comissão deve ser aprofundado distinguindo os diferentes sub-mercados desportivos e o impacto que neles têm as diferentes instâncias públicas com responsabilidade na área desportiva do nível local ao da União Europeia.

### 3.2.3 ESTRUTURAS PÚBLICAS

#### 3.2.3.1 Dimensão Macro-Económica do Desporto Europeu

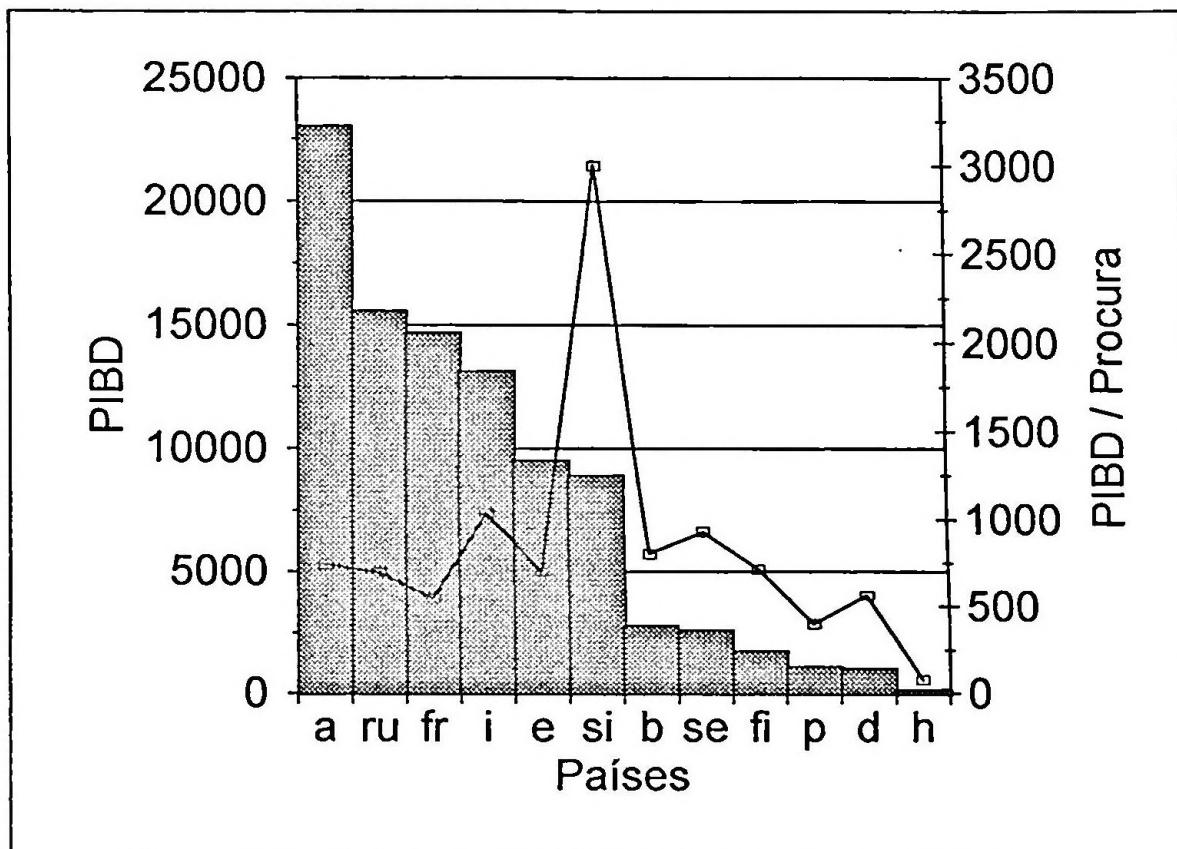
O nível de bem-estar social expresso pelo PIBpm e pelo PIBDpm já apresentados no Capítulo 2 mostram que a situação dos países europeus varia significativamente em termos absolutos de acordo com o peso que o Consumo Privado e Público possuem em cada país, assim como, ao peso das suas Exportações e Importações. A análise relativa desses indicadores evidencia uma maior aproximação entre os países mais desenvolvidos, por um lado e os menos desenvolvidos, por outro, como se observa na Figura 3.1. Este ponto esbate a imagem de que ao nível europeu para uma grande dimensão geográfica, demográfica e económica ou outras corresponde um maior nível de bem-estar desportivo. De notar que a situação da Suíça, com cerca de 3.000 US\$ PPC por praticante, sai fora o intervalo de variação dos restantes países por excesso enquanto que Portugal e a Hungria são os países que apresentam a posição abaixo do limite inferior de um intervalo de variação que se estenderá dos 500 US\$ PPC e os 1.000 US\$ PPC por praticante.

No entanto, note-se que a dimensão económica de cada mercado desportivo nacional na Europa, considerando um intervalo de 750 a 1.000 US\$ PPC apresenta valores mais próximos para a maior parte dos países.

A leitura desta figura deve ser cautelosa porque apesar dos valores relativos da Dinamarca e da França se situarem junto ao limite inferior do intervalo acima indicado estes dois países são dos que apresentam valores de participação mais confortáveis para toda a população, sendo a posição da Itália a inversa tanto no PIBD por participante como pelo conjunto dos participantes em actividades desportivas.

**Figura 3.1 - PIB Desportivo e por PIBD/Procura**

Unidade: PIBD - 10<sup>6</sup> US\$ PPC; PIBD/Procura - US\$ PPC



Fonte dos dados: Andreff (1994)

### 3.2.3.2 Decisão Pública no Desporto

A decisão pública para o Desporto europeu é diferente se se tomar em atenção as características particulares de cada país.

Como exemplo observe-se a intervenção a nível central quanto ao número de ministérios envolvidos na administração do desporto, seguidamente a dimensão da intervenção de cada país e do montante da intervenção dos diferentes países e por último a importância da actuação central, regional e local.

Na área do Desporto actuam um conjunto de ministérios que chegam a ter um peso tão significativo como o próprio organismo responsável pela actividade desportiva quer no financiamento quer ainda na elaboração legislativa que pode afectar a actividade desportiva.

#### 3.2.3.2.1 Centralização e Descentralização da Função de Regulação

A tradição de intervenção da administração central na Europa tem conteúdos diferentes no norte e no sul da Europa. Esta situação é descrita por Chabert (1990). No norte e centro da Europa procura-se a independência dos agentes privados desportivos o que dá às confederações desportivas a prerrogativa de elaborarem todas as leis do funcionamento do respectivo sistema desportivo com independência da Administração Central do Desporto. Questões relacionadas com a produção de externalidades negativas como o Dopping e o Hooliganismo são situações onde pontualmente os Governos actuaram substituindo na totalidade o associativismo. No Reino Unido a actuação do Governo é disso exemplo quando criou o cartão de identificação para os espectadores de futebol ou como no caso da Alemanha em que o Governo elabora recomendações ou princípios legais que são depois desenvolvidos pela Confederação do Desporto para a área do Dopping que é da sua inteira responsabilidade.

A maior descentralização na regulação encontra-se em países como a Alemanha, a Dinamarca, a Finlândia, o Reino Unido, a Suécia e a Suíça enquanto que os países com uma produção legal significativa do Governo se encontram em países como a Bélgica, a Espanha, a França, a Itália, a Hungria e Portugal. Esta subdivisão será utilizada para procurar estabelecer estruturas equivalentes de actuação pública e os níveis de eficiência das políticas desportivas entre os diferentes países que agora se agruparam.

A possibilidade de regulamentação pelos organismos privados desportivos apenas se coloca para as actividades desportivas organizadas pelas organizações desportivas permanecendo como prerrogativas da administração pública áreas relacionadas com o desporto na escola e com grupos específicos da população.

#### 3.2.3.2.2 Ministérios da tutela e outros ministérios com acção no desporto

O Quadro 3.3 mostra que a intervenção na área do Desporto de mais do que um ministério em cada um dos países considerados é a regra e não a excepção na Europa. Nenhum dos países possui um ministério dedicado apenas ao sector.

São recenseados 17 ministérios diferentes, dos quais se juntam 3 áreas que são muito próximas embora na sua denominação original correspondam a ministérios distintos como o caso do da mulher e do da juventude. Os ministérios observados por Andreff (1994) possuem alguma responsabilidade na área do desporto a nível europeu. A Educação, a Defesa e o Interior respectivamente com responsabilidades pelo desporto em 8, 7 e 6 países são os ministérios que tutelam e intervêm no sector mais frequentemente.

Dois terços dos 12 países analisados possuem mais do que 4 ministérios a intervir na área do desporto ao nível central, apresentando a Alemanha e o Reino Unido o máximo de 7 ministérios. A França e Portugal encontram-se em segundo lugar com 6 ministérios.

**Quadro 3.3- Ministérios relacionados com o desporto**

Ministérios	Elaboração de Leis *												Total
	Administração Central e Confederação						Apenas Administração Central						
	A	D	Fin	RU	Sue	Sui	B	E	Fr	It	H	P	
Interior	T			I		T				I	I	I	6
Estrangeiros	I												1
Economia	I				T				I				3
Finanças													
Assuntos Sociais	I				I							I	3
Trabalho													
Mulher	I						I	T				I	4
Juventude													
Cultura	I	T					I				I		4
Saúde	I		I					I		I	T		5
Defesa	I		I	I				I	I		I	I	7
Outros						I							1
Turismo							I			T		I	3
Educação		I	T	T	I			T	I	I		T	8
Agricultura			I	I					I				3
Comércio				I									1
Indústria				I									1
Ambiente			I	I									2
Transportes									I				1
Telecomun.									I				1
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	

Fonte: Andreff (1994)

\* A distinção sobre o envolvimento da Administração Central e a Confederação na elaboração das leis do Desporto de cada país é realizada após conversa com J.M. Chabert (ver Chabert, 1990).

Significado das abreviaturas: (A)lemanha, (D)inamarca, (Fin)lândia, (R)eino (U)nido, (Sué)cia, (Sui)ça, (B)élgica, (E)spanha, (Fr)ança, (It)ália, (H)ungria, (P)ortugal, (T)utela, (I)ntervenção no Desporto.

### 3.2.3.2.3 Variação da Importância entre Ministérios

A dimensão da intervenção também varia quanto à importância num determinado período de tempo. Observe-se no Quadro 3.4 a situação Portuguesa. Em Portugal o investimento do Ministério do Plano e da Administração do Território em 1987 significava 21,1% do investimento público total em Desporto, um valor próximo dos 37,5% do Ministério da Educação e dos 39,5% das Autarquias, já a nível local. Em 1991 as Autarquias reforçam a sua posição com 54% e o Ministério do Plano e da Administração do Território financia apenas 3% a par das Regiões dos Açores e da Madeira. O Ministério da Educação que tutela o Desporto embora reforçando a importância do seu investimento em termos absolutos diminui em termos relativos para a Administração Local. Esta tendência a manter-se fará Portugal aproximar-se da situação dos seus parceiros do Conselho da Europa.

Quadro 3.4 - Despesa por organismo da administração pública  
(Unidade: 10<sup>6</sup> Escudos)

Ministérios, Administração Regional e Local	1987	%	1991	%
Ambiente	n.i.	-	30	0,001
Conselho Ministros	21	0,2	120	0,003
Defesa	169	1,6	341	1
Emprego	n.i.	-	450	1
Plano	2.280	21,1	1.129	3
Comércio e Turismo	23	0,2	2.560	6
Educação	4.053	37,5	12.560	30
Região Açores	n.i.	-	1.071	3
Região Madeira	n.i.	-	1.169	3
Autarquias	4.265	39,5	22.802	54
<b>Total</b>	<b>10.811</b>	<b>100,0</b>	<b>42.232</b>	<b>100</b>

Fontes: 1987 - Relatório da Importância Económica do Desporto;

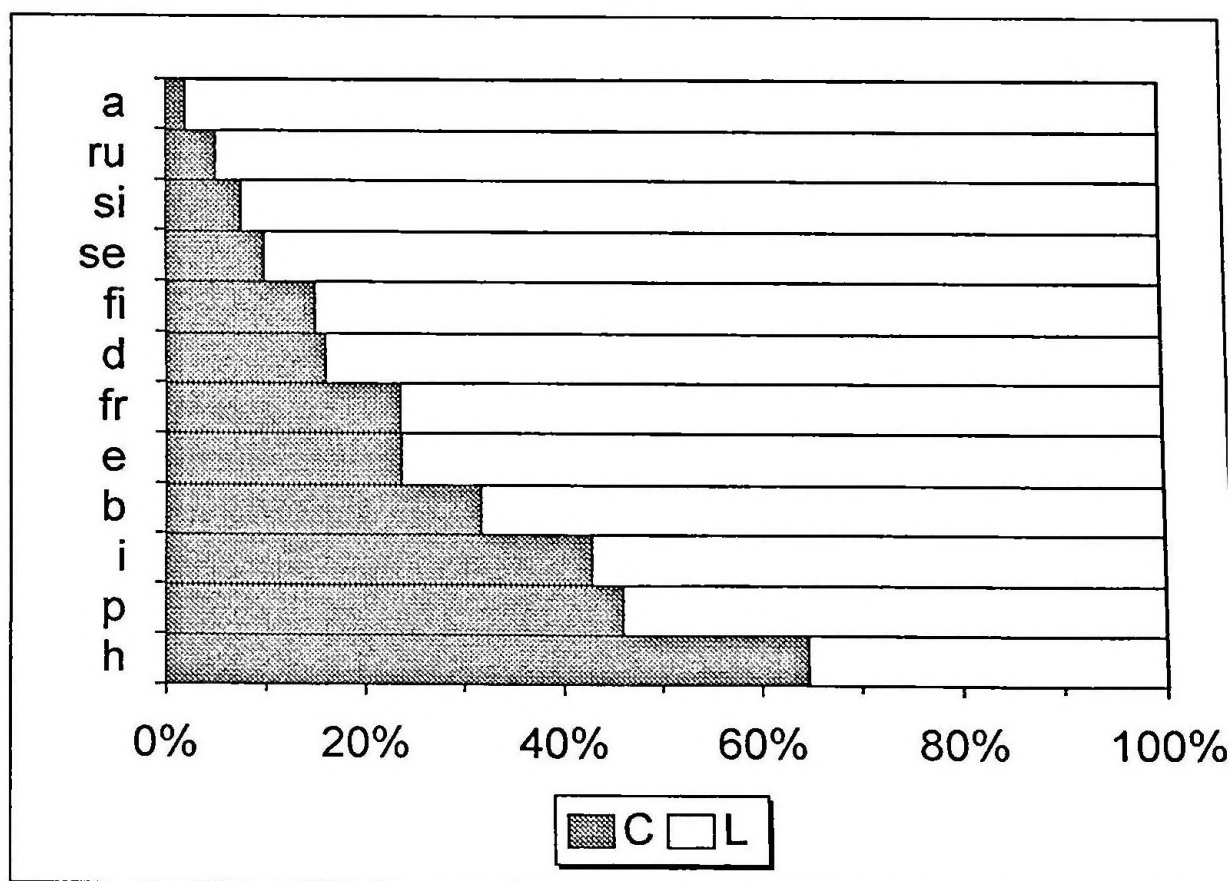
1991 - Proposta de Orçamento da Comissão do PROIDD.

n.i. - não inquirido.

### 3.2.3.2.4 Os níveis Nacional, Regional e Local

A análise da importância do investimento público pode igualmente ser observada pelos níveis nacional, federal, regional e local de política desportiva. Andreff faz uma subdivisão dos países europeus de acordo com o seu nível de centralização ou descentralização de prerrogativas públicas de actuação reconhecendo a existência ainda dos Estados federados. No conjunto de países federados ou comunitários encontram-se a Alemanha e a Suíça, a Bélgica e o Reino Unido. Nos países descentralizados encontram-se a Dinamarca, a Espanha, a Finlândia, a França, a Itália, Portugal e a Suécia. A Hungria é o único país referenciado como centralizado. A Figura 3.2 mostra a importância relativa da actuação da administração central e da administração local.

Figura 3.2 - Financiamento Público em 11 países europeus



Fonte: Andreff (1994).

Os dados mostram que os países federados são os que possuem um menor peso do financiamento central com excepção da Bélgica seguindo-se o conjunto de países descentralizados e por último encontrando-se o único país ainda centralizado.

De acordo com dados mais detalhados do que os utilizados por Andreff (1994), a Figura 3.3 mostra que existe alguma diferenciação na actuação dos países quando considerado o nível regional. Foi possível obter a posição de 6 países no nível regional.

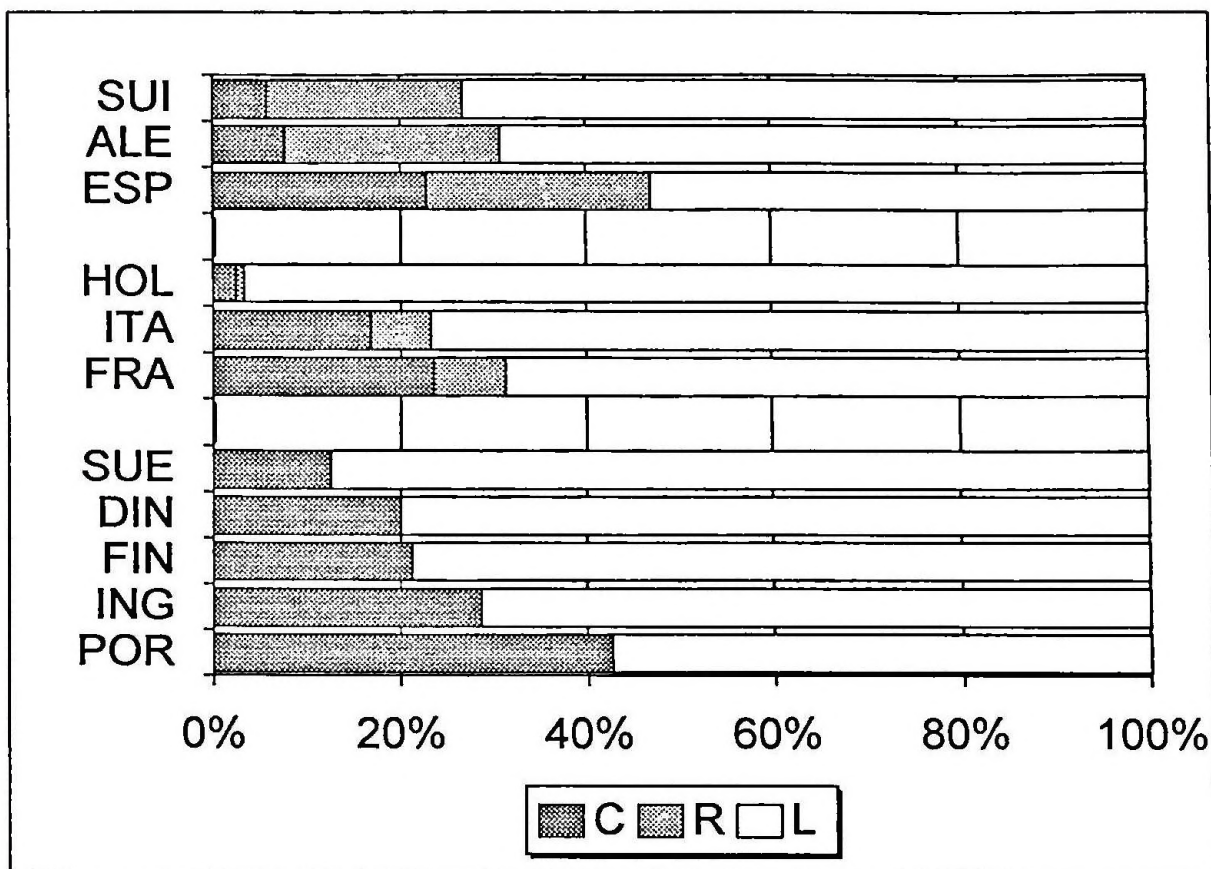
Os dados permitem a subdivisão dos países em três grupos. No primeiro caso incluem-se, por um lado, a Suíça, a Alemanha, a Espanha cujo nível regional é superior ao nacional e, por outro lado, incluem-se a Holanda, a Itália e a França em que o nível nacional é superior ao regional. A Suécia, a Dinamarca, a Finlândia, o Reino Unido e Portugal encontram-se no terceiro grupo onde não existem dados do nível regional ou ele é inexistente.

Tal é o caso de Portugal por se considerar que apenas o território continental é determinante para a política desportiva portuguesa. As ilhas não são um nível regional verdadeiro entre o central e o local do continente.

A Figura 3.3 mostra que nos países do sul o nível central é mais significativo como a Espanha no primeiro grupo, a Itália e a França no segundo grupo e Portugal no terceiro.

No terceiro grupo a informação respeitante à Suécia, Dinamarca, Finlândia e Reino Unido é incerta porque se desconhece se estes países possuem um nível regional e qual a sua dimensão. No caso do Reino Unido é patente a existência de 4 regiões Irlanda, País de Gales, Escócia e Inglaterra de que seria interessante conhecer a sua dimensão de intervenção caso exista. Não será possível introduzir na análise uma variável representativa desta subdivisão da administração pública.

Figura 3.3 - Níveis Central, Regional e Local do Financiamento Público



Fonte: Dados fornecidos por George Walker em Abril de 1993.

### 3.3 CONCLUSÃO

O Capítulo constatou a importância da informação para a tomada de decisão pelos decisores políticos e pelos agentes que suportam as medidas de política realizadas pelo governo.

Foi realçada a preocupação do Conselho da Europa no conhecimento da importância e impacto económico do desporto na Europa e o projecto que neste domínio realizou a União Europeia procurando conhecer as expectativas dos agentes desportivos europeus públicos e privados.

Os indicadores que suportam a análise estatística da tese são fruto desses projectos, assim como, do caminho já feito no âmbito da economia do desporto europeu.

Procurou-se mostrar a diversidade de organismos públicos que desde o nível local ao nível europeu intervêm no sistema desportivo e para algumas das características públicas que determinam o desenvolvimento do mercado desportivo na Europa.

## **4. PADRÕES DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA**

### **4.1 A DEFINIÇÃO DE EFICÁCIA E DE EFICIÊNCIA**

#### **4.1.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS INDICADORES**

Os capítulos 2 e 3 determinaram a amplitude da análise estatística a realizar no presente capítulo.

Foram estabelecidos, no Capítulo 2, o objectivo da política desportiva de maximização do bem-estar social e foram definidos os submercados do sistema desportivo, a Recreação e a Alta Competição. No Capítulo 3 indicaram-se os passos já dados pelo Conselho da Europa e pela União Europeia no domínio da economia do desporto na perspectiva da actuação da Administração Pública.

Também foi indicada no Capítulo 2 a existência de benefícios intangíveis, as externalidades, que impedem o funcionamento eficiente dos mercados desportivos impedindo o comportamento eficiente dos organismos privados no mercado do desporto e a maximização do bem-estar social.

Os indicadores desportivos tratados por Andreff (1994) e os que foram criados para a tese abrangem apenas os sectores que já possuem alguma monetarização das suas actividades e benefícios e produzem regularmente informação relacionada com o nível de competitividade dos seus praticantes individuais e colectivos. Tal é o caso da Alta Competição nas duas vertentes do Futebol profissional e das medalhas ganhas nos Jogos Olímpicos. A literatura científica americana na área económica possui uma tradição na aplicação dos resultados das Ligas dos desportos profissionais para a demonstração de princípios da teoria económica. Os estudos de Noll (1974a) e (1974b) sobre a indústria americana de desporto profissional, de Quirk e El Hodiri (1974) sobre a teoria económica de uma liga de desportos profissionais, de Ferguson et alii (1991) acerca do sistema de preços dos acontecimentos desportivos e de Atkinson et alii (1988) mostrando a existência de um mecanismo de incentivo de

redistribuição de rendimentos são algumas das análises económicas onde as estatísticas do desporto têm a função de suporte dos objectivos dos trabalhos na área económica. Essa tradição também é retomada em parte em Inglaterra onde sobressai o trabalho de Arnold (1991) analisando a hipótese do futebol ser uma indústria em declínio. A razão deste facto radica na existência nos mercados desportivos das Ligas profissionais ou do desporto europeu de modelos de comportamento tal como os descritos nos modelos económicos que explicam o comportamento dos mercados económicos em geral.

O Desporto Para Todos é um mercado gerador de externalidades e no qual os agentes desportivos e económicos não têm sido obrigados a lidar com informação monetária e de realização para obter a eficiência das suas actuações. Neste submercado a informação adequada é escassa quando se colocam algumas questões de homogeneidade do ponto de vista estatístico. O indicador da Procura é a variável utilizada para exprimir a Recreação, tomada no seu sentido lato. As limitações associadas a este indicador relacionam-se quer com a inexistência de dados para alguns países, quer pela adopção de critérios e metodologias adequadas às suas situações nacionais, para aqueles que realizaram inquéritos à Procura. Estes dois factos tornam difícil a comparação entre os países. O mais importante será a falta de estudos e de informação.

Os indicadores utilizados cingiram-se, pois, aos existentes diminuindo as possibilidades de análise quanto à eficácia e à eficiência realizada na área da Recreação.

Graton e Taylor (1992) referem o carácter relativo destes indicadores pois a sua interpretação apenas agrega parcialmente as relações que pretendem alcançar. Referindo-se ao número de visitas a uma instalação desportiva por libra de despesa, um dos aspectos que realçam é o da expressão da capacidade de utilização da instalação mais do que o resultado financeiro da acção do governo.

Referem que a melhoria da capacidade de realização financeira do governo ao diminuir o preço de utilização de uma instalação pública depende da elasticidade da Procura. Caso a Procura seja inelástica o abaixamento do preço diminuirá a recuperação financeira da

instalação dado que os custos, a maior parte dos quais sendo fixos, tenderão a crescer e as receitas não terão um aumento significativo ou baixarão mesmo porque a Procura não acompanhará a variação dos preços.

Caso a procura seja elástica o custo por visita diminuirá mas as receitas tenderão a crescer cobrindo a evolução dos custos. Graton e Taylor (1992) sugerem que os custos por visita devem ser acompanhados através da análise de indicadores mas igualmente a recuperação dos custos.

Os indicadores utilizados na tese relacionam-se com a eficácia e também com a eficiência como forma de garantir, a nível nacional, a leitura do efeito da política no seu relacionamento entre a importância da prática desportiva e a dimensão económica da política desportiva.

#### **4.1.2 EFICÁCIA**

Por eficácia compreende-se a relação estabelecida entre os resultados obtidos nos sistemas desportivos e as estruturas humanas, demográficas ou desportivas, ou organizacionais ou materiais desses mesmos sistemas ou das suas realidades nacionais.

Foram criados um conjunto de indicadores de eficácia que relacionam a População, a Procura Desportiva e as vitórias da Alta Competição no Futebol e nos Jogos Olímpicos. Os praticantes inscritos em clubes foi outro dos indicadores considerados mas que foi rejeitado, quer quanto à interpretação dos dados pelos diferentes países quer pela inexistência de valores para todos.

Os indicadores de eficácia construídos para este trabalho são apresentados no Quadro 4.1.

#### Quadro 4.1 - Indicadores de eficácia

$\frac{\text{Procura}}{\text{População}}$ (PROCPOP)	Praticantes por 100 habitantes. Depende do conceito subjacente à Procura e foi o único encontrado que expressasse a prática desportiva da população. Foi adoptado um conceito restrito de Procura, de acordo com Andreff (1994).
$\frac{\text{Vitórias na Alta Competição}}{\text{População}}$ (ACPOP)	Total das medalhas nos Jogos Olímpicos e da classificação na segunda mão das Taças Europeias de Futebol por milhão de habitantes.
$\frac{\text{Vitórias na Alta Competição}}{\text{Procura}}$ (ACPRC)	Total das medalhas nos Jogos Olímpicos e da classificação na segunda mão das Taças Europeias de Futebol por milhão de praticantes.
$\frac{\text{Vitórias nos Jogos Olímpicos}}{\text{Procura}}$ (JOPRC)	Total das medalhas nos Jogos Olímpicos por milhão de praticantes.
$\frac{\text{Vitórias nas Taças Europeias de Futebol}}{\text{Procura}}$ (FUTPRC)	Total das classificações na segunda mão das Taças Europeias de Futebol por milhão de praticantes.

Nota: Entre parêntesis surgem as abreviaturas utilizadas na análise estatística e que são utilizadas também no Anexo 2.

#### 4.1.3 EFICIÊNCIA

Por eficiência compreende-se a relação entre a unidade de moeda gasta pela Administração Pública <sup>8</sup> e do PIB e os resultados do Produto Interno Bruto Desportivo, da Procura e das vitórias na Alta Competição. Os indicadores utilizados são apresentados no Quadro 4.2.

<sup>8</sup> A moeda do estudo de Andreff é o Dólar dos Estados Unidos US\$ calculado de acordo com a Paridade de Poder de Compra (PPC) dos diferentes países.

## Quadro 4.2 - Indicadores de eficiência

$\frac{\text{Produto Interno Bruto Desportivo}}{\text{Produto Interno Bruto Nacional}}$ (PIBDPIB)	Importância do Excedente Social do Desporto no Nacional.
$\frac{\text{Consumo Famílias}}{\text{Produto Interno Bruto Desportivo}}$ (CPIBD)	Contribuição do mercado privado desportivo para o Excedente Social Desportivo. É um indicador imperfeito porque o peso de uma determinada componente da prática desportiva pode determinar o comportamento do indicador nacional.
$\frac{\text{Produto Interno Bruto Desportivo}}{\text{Gastos Públicos}}$ (PIBDG)	Importância do Excedente Social Desportivo por unidade de Gasto Público. Mede a produtividade do Gasto Público na dimensão do mercado. O indicador não avalia o objecto do gasto.
$\frac{\text{Prócura}}{\text{Gastos Públicos Centrais}}$ (PRCGC)	Praticantes por Unidade de Subsídio da Administração Central.
$\frac{\text{Prócura}}{\text{Gastos Públicos Locais}}$ (PRCGL)	Praticantes por Unidade de Subsídio da Administração Local.
$\frac{\text{Vitórias na Alta Competição}}{\text{Gastos Públicos Totais}}$ (ACGT)	Vitórias na Alta Competição por Unidade de Subsídio da Administração Pública Nacional.
$\frac{\text{Vitórias na Alta Competição}}{\text{Gastos Públicos Centrais}}$ (ACGC)	Vitórias na Alta Competição por Unidade de Subsídio da Administração Pública Central.
$\frac{\text{Vitórias nas Taças Europeias de Futebol}}{\text{Gastos Públicos Locais}}$ (FUTGL)	Vitórias nas Taças Europeias de Futebol por Unidade de Subsídio da Administração Pública Local. O financiamento público local representa em Portugal uma das componentes do financiamento do Futebol.
$\frac{\text{Vitórias nos Jogos Olímpicos}}{\text{Gastos Públicos Centrais}}$ (JOGC)	Vitórias nos Jogos Olímpicos por Unidade de Subsídio da Administração Pública Central.
$\frac{\text{Vitórias nos Jogos Olímpicos}}{\text{Gastos Públicos Locais}}$ (JUGL)	Vitórias nos Jogos Olímpicos por Unidade de Subsídio da Administração Pública Local. O financiamento público local representa em Portugal uma das componentes do financiamento da Alta Competição.

Nota: Entre parêntesis surgem as abreviaturas utilizadas na análise estatística e que são utilizadas também no Anexo 2.

Em Anexo 2 é apresentado o instrumento estatístico utilizado, a análise factorial, e os resultados da sua aplicação aos indicadores criados. No ponto seguinte é feita a análise dos resultados estatísticos.

A análise dos indicadores nacionais abordará 2 pontos principais sendo o primeiro sobre o mercado do desporto, determinando-se a sua eficiência e a sua eficácia.

O segundo ponto aborda as políticas desportivas em primeiro lugar na perspectiva da eficiência e da eficácia da Procura e da Alta Competição e em segundo da eficiência e da eficácia da Alta Competição.

## 4.2 MERCADO DO DESPORTO

O Quadro 4.3 apresenta os factores criados pela análise factorial e que agregam a informação do mercado desportivo europeu. A eficiência é determinada pelo PIBD enquanto a eficácia se divide na de Alta Competição e na de Procura com sinais opostos.

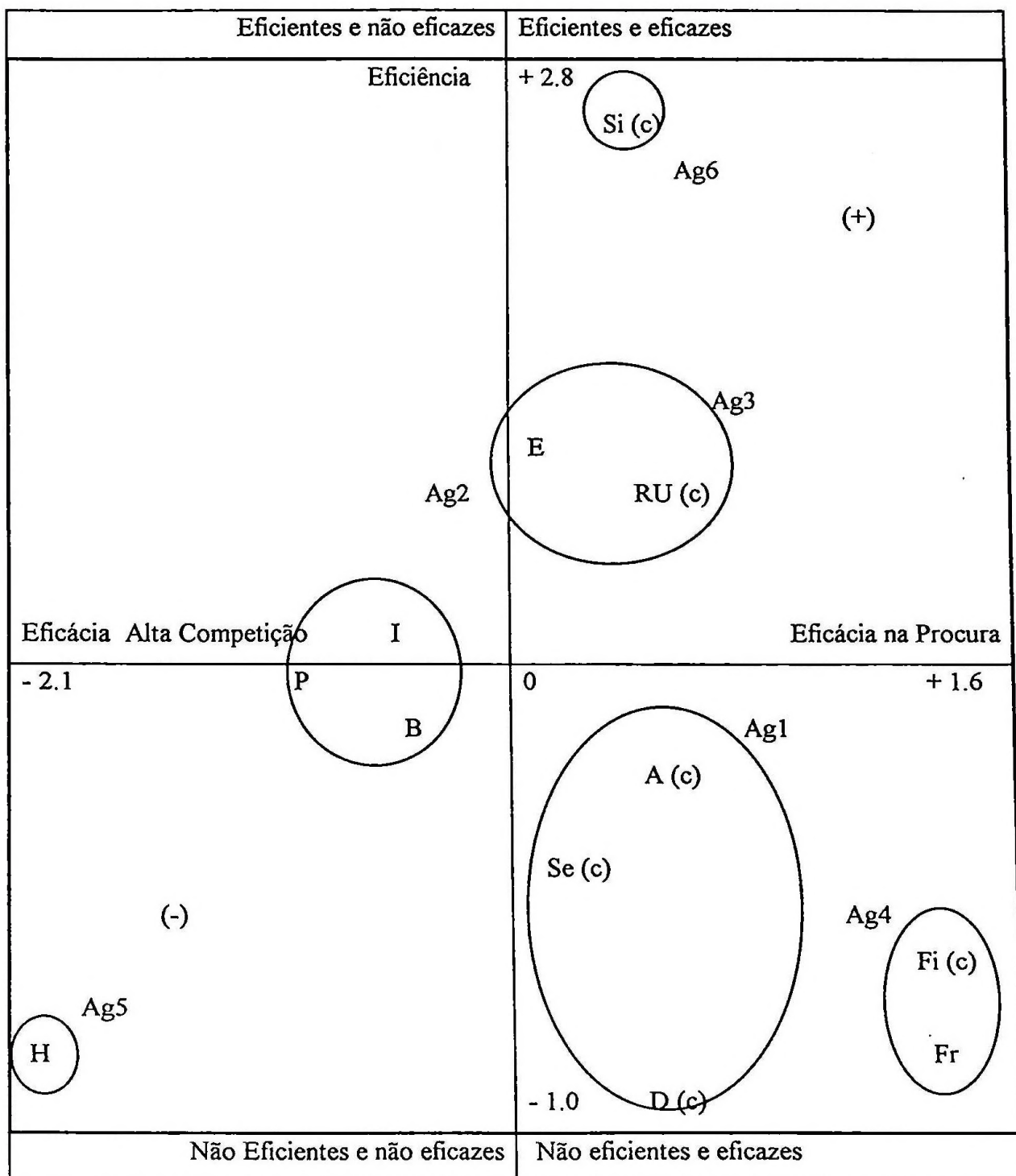
**Quadro 4.3 - Factores do Mercado**

		Primeiro Factor	Segundo Factor
Eficiência	GPIBD	0.963	
	PIBDPIB	0.947	
	CPIBD	0.858	
Eficácia	AC		-0.932
	PROC		0.904

Na Figura 4.1 é apresentada a posição de todos os países que são analisados. A figura é desenhada com valores aproximados dado que não se possui o programa informático necessário para a apresentação do posicionamento exacto de cada país. O sinal mais (+) na Figura 4.1 representa o quadrante onde os países tomam uma posição simultaneamente eficiente e eficaz. Caminhando em sentido contrário dos ponteiros do relógio encontramos o segundo quadrante onde se apresentam os países que são eficientes mas não eficazes. No terceiro quadrante, com um sinal (-), temos os países

que são não-eficientes e não-eficazes e no último quadrante temos a situação não-eficiente e eficaz.

**Figura 4.1 - Mercado Desportivo Europeu**



Nota: (c) países que possuem confederações ou federações desportivas com poderes de regulação significativos.

A localização dos países mostra a forma vaga de um triângulo com o vértice superior no eixo da eficiência e com uma base larga paralela ao eixo da eficácia.

Formaram-se conjuntos de países que apresentam indicadores mais próximos de acordo com a análise de clusters realizada com os valores da análise factorial. Ver o Anexo 2 sobre os resultados da análise factorial.

Iniciando a análise da figura pela Suíça, observa-se que esta se encontra na posição de mercado mais eficiente e que junto a ela não se encontra mais nenhum país, formando um agrupamento de um único país <sup>9</sup>. A Suíça é um país que possui uma confederação <sup>10</sup>, ou dito de outro modo, onde a Administração Pública Central atribui direitos de regulação aos organismos privados desportivos aí representados.

Caminhando na escala decrescente do eixo da eficiência encontramos o agrupamento 3 formado pela Espanha e pelo Reino Unido. Os dois agrupamentos situam-se no primeiro quadrante sendo os mercados dos três países eficientes e também eficazes do ponto de vista da Procura. O primeiro país está a uma distância significativa dos segundo e terceiro o que apenas pela leitura da figura nos permite afirmar, de acordo com os princípios de análise adoptados e com a informação disponível, que a Suíça é mais eficiente do que a Espanha e o Reino Unido.

Os países situados neste quadrante possuem mercados do desporto eficientes onde a unidade de US\$ investido consegue assegurar o máximo de participação desportiva por parte da população. A eficiência encontrada relaciona-se com a eficácia da Procura, situando-se do lado direito da figura. São países que entre a participação desportiva das populações, expressa pelo indicador da Procura, e os resultados na Alta Competição as políticas prosseguidas privilegiam a primeira.

---

<sup>9</sup> O scis do agrupamento é apenas um indicador de ordem criado pelo método de análise estatística, auxiliar de exposição, sem outro significado estatístico ou de análise.

<sup>10</sup> O (c) na figura.

O terceiro agrupamento é o primeiro que se situa no quadrante da eficácia na Alta Competição. É formado pela Itália, por Portugal e pela Bélgica encontrando-se os dois últimos países igualmente no quadrante da não-eficiência. O grupo é formado por países com administrações públicas, na área do desporto, centralizadas. Estes países são mais eficazes na área da Alta Competição. No agrupamento anterior já a Espanha, país sem confederação, evidenciava a maior proximidade ao eixo central entre a eficácia da Procura e a da Alta Competição.

Continuando a análise decrescente do factor da eficiência surge a seguir o primeiro agrupamento que é formado pela Alemanha, pela Suécia e pela Dinamarca que apesar da distância que os separa, estatisticamente encontram-se mais próximos entre si do que de qualquer um dos agrupamentos e dos países mais próximos. Este conjunto situa-se no quarto quadrante e é constituído por países que possuem confederações de desportos. A eficácia na Procura é alcançada através do maior afastamento da eficiência evidenciada pela Suíça na parte superior da figura.

O quarto agrupamento formado pela Finlândia e pela França é o mais eficaz do ponto de vista da Procura sendo juntamente com os países do grupo 1 igualmente não-eficiente. Note-se que a França é um país que não possui uma confederação.

Por fim, a Hungria é o país que forma o agrupamento 5 situando-se no canto inferior do quarto quadrante eficaz do ponto de vista da Alta Competição e não-eficiente.

Com a excepção da França e da Espanha todos os países com estruturas públicas centralizadas, do ponto de vista da regulação, situam-se nos quadrantes 2 e 3, do lado esquerdo da figura, sendo países eficazes na Alta Competição. A análise sugere que a política desportiva destes países, prosseguida do ponto de vista da regulação pela administração central, é mais eficaz em termos relativos na obtenção de resultados na Alta Competição. Este facto aponta ainda a possibilidade da realização das metas da Alta Competição ser um objectivo primeiro para as políticas destes países.

Por outro lado, os países com estruturas de regulação descentralizadas ao nível da regulação, possuindo confederações, situam-se do lado direito da figura, sendo 2 eficientes e 4 não-eficientes. A França é a excepção à situação dos países com estruturas centralizadas sendo o mais eficaz na Procura.

Os resultados descritos sugerem que existe um custo de eficiência do mercado para atingir a eficácia da Procura nos mercados desportivos europeus quando se verifica que países como a Alemanha, a Suécia, a Dinamarca, a Finlândia e a França possuem posições muito próximas.

Note-se ainda que a situação que vimos alertando para o valor do Consumo relativamente elevado da Suíça e até certo ponto da Espanha poderem afectar toda a estrutura de eficiência.

Estes países determinam a posição de todos os países se deslocasse ao longo do eixo da eficiência.

A hipótese do estudo aprofundado da posição relativa dos restantes países sem a presença dos extremos foi testada mantendo-se a posição relativa dos países sem posições extremas. A existência de países com factores extremos ajuda a determinar o conjunto de países que se situam na média e deste modo estabelecer comportamentos comuns.

#### **4.2.1 RESUMO**

Pode concluir-se da análise da eficácia e eficiência deste sector que o Desporto é um mercado económico que apresenta custos de eficiência em muitos países europeus.

A análise sugere ainda que a eficácia da Procura é um dos objectivos principais da maioria dos países, de que se destacam os países com confederações de desportos e da França e da Espanha que não as possuem.

De concluir que sendo ambas as eficácias, na Procura e na Alta Competição, para a maioria dos países igualmente ineficientes, os que mais se aproximam da maximização do Bem-Estar Social, são os países eficazes na Procura se tomarmos em conta a equidade do acesso à prática desportiva por um maior número de indivíduos desses países.

### 4.3 POLÍTICA DESPORTIVA

São dois os pontos a analisar relacionados com a eficiência da política no que respeita à Procura e à Alta Competição e seguidamente da situação no que respeita apenas à Alta Competição.

#### 4.3.1 PROCURA E ALTA COMPETIÇÃO

Foram analisados indicadores relacionados com o financiamento público Central e Local às actividades de participação desportiva no âmbito da Procura Desportiva e da Alta Competição.

**Quadro 4.4 - Factores da Procura e da Alta Competição**

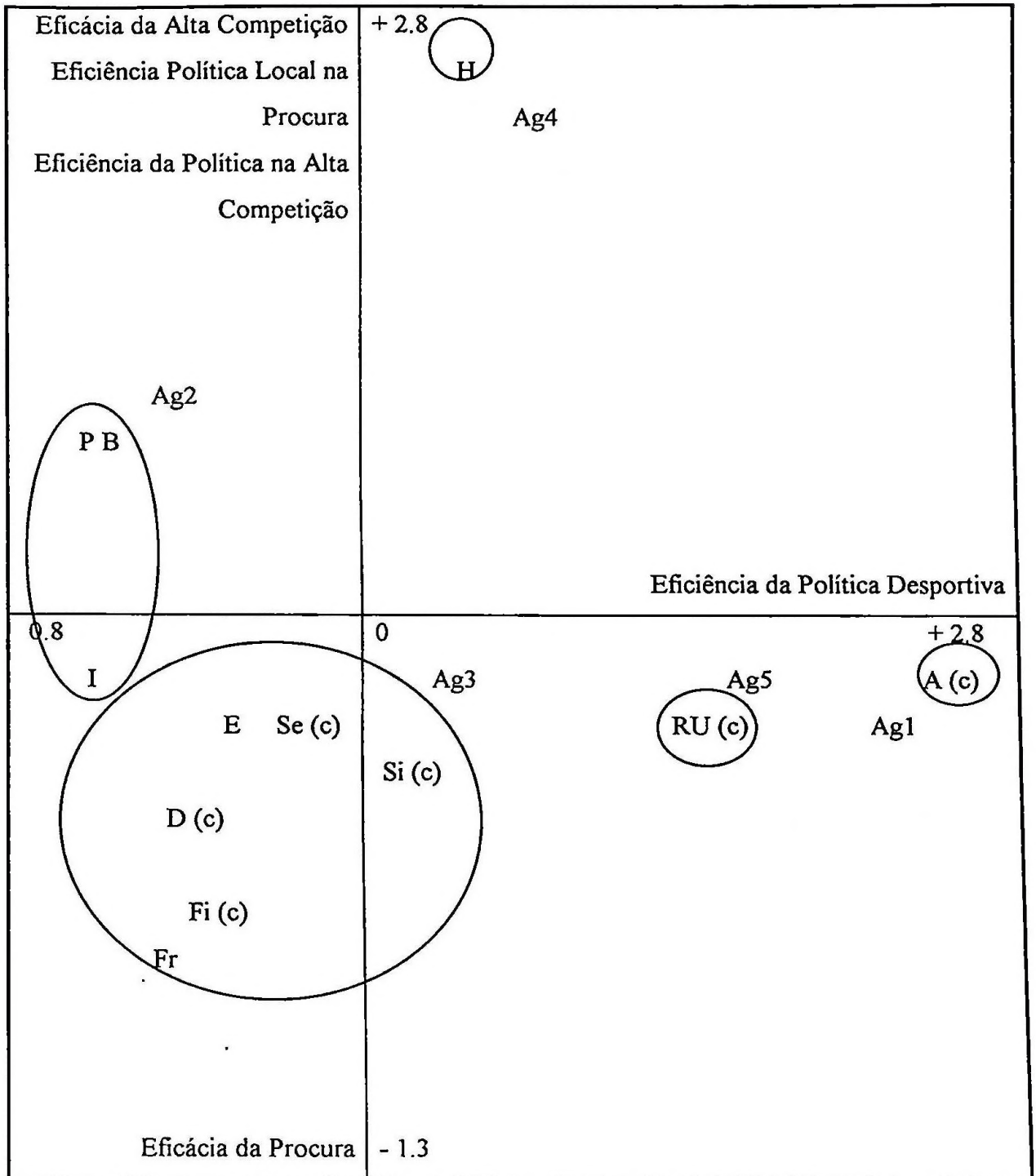
	Primeiro Factor	Segundo Factor
ACPRC	0.970	
ACPOP	0.776	
ACGT	0.923	
PRCGL	0.886	
PRCPOP	-0.770	
PRCGC		0.981
ACGC		0.981

O Quadro 4.4 destaca no segundo factor a eficiência da administração central e coloca no primeiro factor a eficácia da Alta Competição e a da Procura no extremo oposto. O facto de incluir também as variáveis da eficiência da política nacional e local aponta para a necessidade de tentar saber se a eficiência se identifica com alguma das modalidades da Alta Competição que analisamos, o Futebol ou as modalidades olímpicas.

Numa primeira análise os resultados do factor da Eficácia na Alta Competição são acompanhados por dois indicadores de eficiência um dos quais se relaciona com a Procura.

Em resposta a este resultado surge a hipótese de aprofundar a análise apenas da Alta Competição o que será realizado no próximo ponto. Por outro lado, observa-se que a Eficiência da Política Central e a Eficácia da Procura possuem valores fortes para as distinguirem da situação da Alta Competição.

**Figura 4.2 - Procura e Alta Competição**



Nota: (c) países que possuem confederações ou federações desportivas com poderes de regulação significativos.

Os vectores explicativos da situação em 12 países europeus na Procura e na Alta Competição são a eficácia na Alta Competição e na Procura em pólos opostos do primeiro factor explicativo e no segundo factor a eficiência do Governo.

Esta figura é semelhante à anterior tendo sofrido uma rotação e alterando-se a eficiência do mercado pela do Governo. As variáveis consideradas envolveram agora o financiamento público central e local em detrimento das relacionadas com o PIB Desportivo.

São formados 5 agrupamentos em que a Suíça e a Alemanha trocam de posição e o agrupamento constituído pela França, Finlândia, Suécia e Suíça junta ainda a Espanha. O Reino Unido mantém uma posição de eficiência intermédia entre os dois grupos nos extremos do segundo factor.

A Itália se bem que mantendo o agrupamento com a Bélgica e Portugal aproxima-se da eficácia na Procura. A Hungria mantém igualmente a sua posição extrema no capítulo da eficácia na Alta Competição.

#### **4.3.1.1 Resumo**

Os países possuem uma posição de eficiência e de eficácia semelhante quando analisadas do ponto de vista do mercado e da política desportiva. A Suíça e a Alemanha destacam-se por trocarem de posições quanto ao mercado e à política mais eficiente. O Reino Unido é o país que mantém uma posição de eficiência do mercado e da política.

Os países com confederações sobem todos no eixo da eficiência face à sua posição anterior reforçando a sua homogeneidade se considerarmos o agrupamento 3 com quatro países descentralizados e que ultrapassam a posição do Agrupamento 2 que passa a situar-se no extremo oposto da Alemanha.

Uma sugestão forte é colocada no caso da Hungria a de que a sua excelente posição no campo da eficácia da Alta Competição se deve à eficiência da sua política desportiva. O mesmo se passará com Portugal e com a Bélgica.

### 4.3.2 FUTEBOL E JOGOS OLÍMPICOS

A eficiência da política desportiva a nível central e local juntamente com a eficácia nos Jogos Olímpicos são o primeiro factor justificativo da situação na Alta Competição europeia surgindo no segundo factor a eficácia no Futebol.

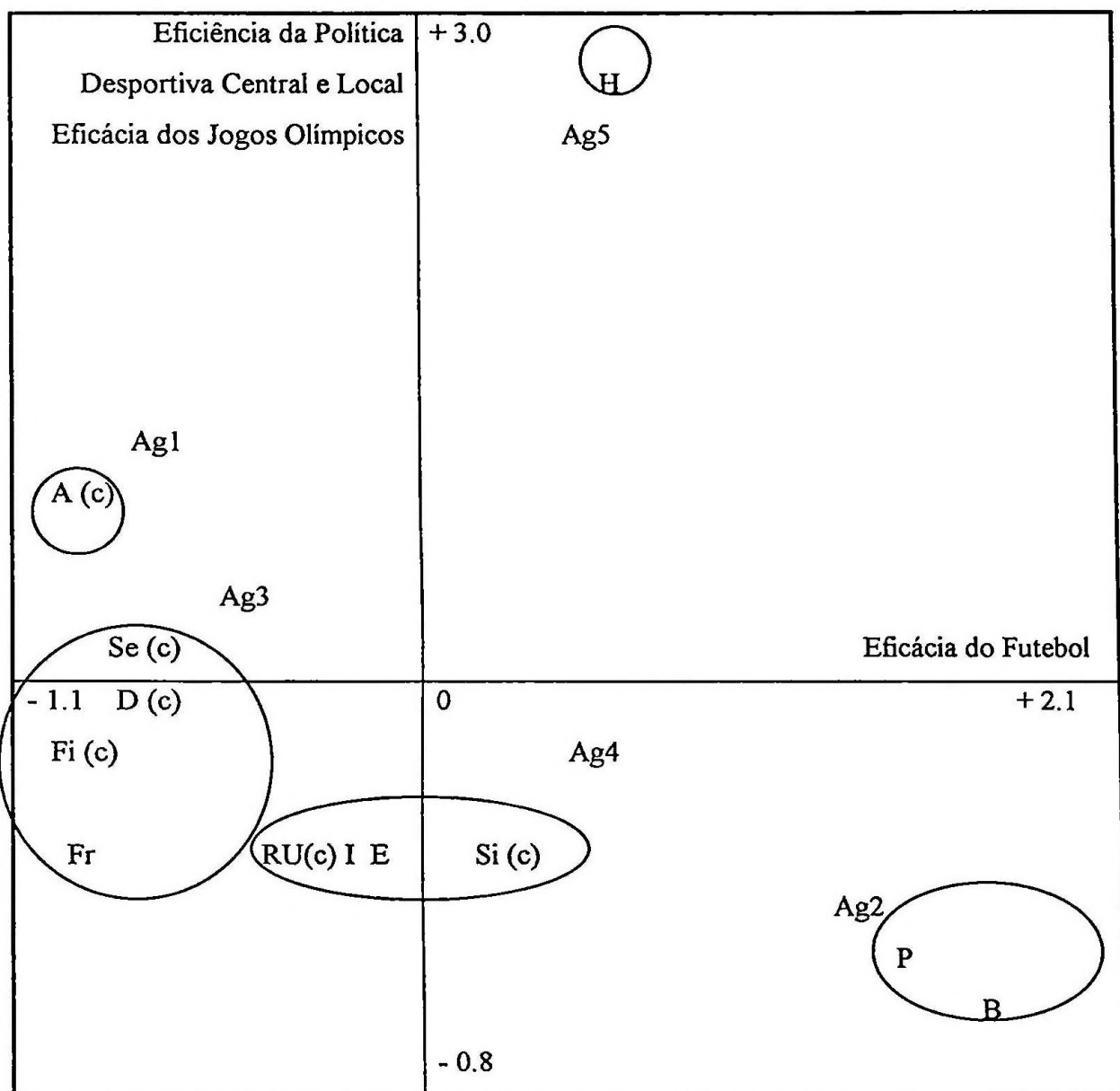
**Quadro 4.5 - Factores explicativos do Futebol e da Alta Competição**

	Primeiro Factor	Segundo Factor
JOPRC	0.982	
JOGL	0.951	
FUTGL	0.893	
JOGC	0.600	
FUTPRC		0.962
FUTPOP		0.955

O Quadro 4.5 mostra os dois factores formados e a ordem de grandeza de cada variável. Apenas o segundo factor é claramente relacionado com a eficácia do Futebol. O primeiro factor tem variáveis de eficácia dos Jogos Olímpicos e da eficiência agregados o que demonstra a separação distinta do Futebol das restantes modalidades juntas no que respeita à eficácia.

A Figura 4.3 mostra a distribuição dos países no sistema de eixos que vimos utilizando.

**Figura 4.3 - Alta Competição**



Nota: (c) países de possuem confederações desportivas

Nesta figura caso se pretenda estabelecer o quadrante mais significativo e o menos significativo verificamos que a Hungria é o único país eficiente nos dois factores considerados enquanto que a maior parte dos restantes países é ineficiente ou ineficaz em ambos os vectores.

A primeira constatação relaciona-se com a concentração no factor da eficácia nos Jogos Olímpicos da eficiência da política tanto central como local. Ou seja existe uma correlação entre forte entre a eficácia dos Jogos que servem um conjunto largo de modalidades desportivas e que poderão contar com condições de desenvolvimento diferentes do Futebol que é uma modalidade que na maior parte dos países tem um maior desenvolvimento ao longo dos anos e também possui uma prática profissional muito desenvolvida. O aprofundamento da análise deveria orientar-se no sentido de compreender o mercado da Alta Competição em mais pormenor.

Passando agora à análise parcial e dado que a análise apenas se faz no campo da Alta Competição verifica-se que a eficiência da política desportiva húngara tanto nos Jogos Olímpicos como no Futebol é a mais significativa.

Outros dois países destacam-se, em termos do Futebol e são a Bélgica e Portugal, possuindo os três países políticas executadas por administrações centralizadas. São no seu conjunto países onde uma vitória olímpica ou a presença nas taças europeias de Futebol os promove ao nível dos indicadores de eficácia. No entanto, o seu desempenho teve de ser significativo ao longo dos anos para que a sua posição se destaque nos extremos opostos da eficácia ao nível da Alta Competição.

A análise dos resultados na Alta Competição sugere que os países com confederações valorizam a Procura relativizando as suas prioridades no campo da Alta Competição.

Esta terceira figura confirma os resultados das duas anteriores. Na análise não foram introduzidos indicadores relacionados com a procura o que não impediu a formação de agrupamentos com os mesmos países.

A presença da eficiência da política desportiva central e local no eixo da eficácia dos Jogos Olímpicos leva à conclusão que a política desportiva central e local quando juntas contribuem para o desenvolvimento das restantes modalidades desportivas para além do Futebol. Esta situação verifica-se nos países dos agrupamentos 1 e 3 enquanto que os países do grupo 2 e 4 têm resultados mais significativos junto do Futebol.

#### **4.3.2.1 Resumo**

Os países mais eficazes ao nível da Alta Competição apresentam posições modestas ao nível da eficiência da actuação dos seus mercados e das suas políticas desportivas.

### **4.4 ESTATÍSTICAS DO DESPORTO - RECOMENDAÇÕES**

Os países analisados são os 12 que apresentaram dados à equipa de investigadores liderada por Andreff (1994).

Podem estabelecer-se algumas linhas de leitura iniciais que mostram o interesse desta amostra de países no todo europeu.

Numa primeira leitura encontram-se países do Norte, do Centro e do Sul da Europa representando modelos e sistemas consolidados ao longo das décadas e ainda um país representativo dos modelos desportivos seguidos pelos países do leste europeu.

São países que apresentam níveis de desenvolvimento económico e social diferenciado onde a dimensão geográfica, demográfica e económica apresentam características distintas.

Após a definição da metodologia pelos responsáveis ingleses do projecto o conjunto da informação foi produzida por 12 equipas de investigadores nacionais, ao longo de toda a década de 80 e que envolveram pessoas com formações na área da economia e de outras áreas sendo em maior número os sociólogos. Os resultados obtidos em termos de informação estatística no campo desportivo terão limitações que outros sectores da actividade, como a indústria, a agricultura ou o turismo, já terão ultrapassado.

Tome-se o caso da Suíça que apresenta um valor do Consumo Privado desportivo cuja comparação com outros países europeus sugere que estaria inflacionado. O mesmo se

diria em relação à Espanha. Contudo, apenas através de uma análise mais próxima dos indicadores se poderá apreender as razões estruturais ou outras que suportam os valores apresentados. A mesma situação se passará com casos como o da Hungria onde se justificaria uma análise mais próxima de forma a determinar os graus de liberdade de uma actuação que aproximassem o país dos padrões europeus de eficiência e de eficácia.

Se os casos extremos podem mostrar haver a necessidade de um aprofundar da investigação, também a análise do mercado da Procura Desportiva na média dos países europeus pode constituir uma via futura de análise. Como se observa encontram-se limites na análise da eficácia das políticas nacionais e europeia na ausência de estatísticas sobre as características da prática desportiva relacionadas com o sexo, os escalões etários e o nível sócio-profissional dos praticantes para referir apenas alguns indicadores.

Estes indicadores dos níveis e características da prática desportiva poderão ser articulados com indicadores não desportivos como a taxa de crime e o número de camas hospitalares que para Kealy (1991) são indicadores de avaliação do benefício do desporto.

Toda a área dos benefícios imateriais do desporto referida no Capítulo dois será valorizada pelo desenvolvimento de indicadores que relacionem os resultados da actividade desportiva com os restantes sectores sociais e económicos de cada país.

Realce-se, contudo, que não foi a inexistência de uma situação de maior desenvolvimento das estatísticas desportivas o motivo que terá impedido a utilização da informação já produzida e cujos resultados farão sentido dentro dos princípios adoptados neste trabalho.

O trabalho apresentado mostra que já existe matéria para a análise económica dos mercados desportivos europeus como também que é útil a sua produção em maior quantidade e qualidade em numerosos domínios desportivos visando o apoio à decisão

tanto dos agentes privados como dos públicos. O objectivo principal da sua actividade é o bem-estar social de cerca de 350 milhões de pessoas.



## 5. CONCLUSÃO

A tese define um conceito amplo de desporto que se relaciona com o Bem-Estar físico e psíquico do indivíduo obtido através de um modo de vida activa onde o desporto ocupará para um número significativo de indivíduos uma grande parte das suas ocupações. A definição inclui aqueles indivíduos que não tem um hábito desportivo mas que possuem actividades concorrentes para o seu Bem-Estar físico e psíquico.

Foram distinguidos dois produtos distintos do mercado desportivo. O primeiro relacionado em termos latos com a Recreação e o segundo com a Alta Competição. No seguimento desta definição distinguiram-se actividades desportivas que são produtos como os indicados e outros serviços que são factores de produção. A formação, o treino e um conjunto largo de actividades de Recreação podem ser em alguns casos factores de produção das actividades de Alta Competição. A contrária não é verdadeira.

Através dos princípios da Contabilidade Nacional foi possível quantificar o indicador de Excedente Social Desportivo, o PIBD, para 12 países Europeus como forma de o identificar com a eficiência do mercado desportivo.

A geração de externalidades da actividade desportiva impede a existência de mercados eficientes tendo sido indicadas as teorias de Pigou e de Coase como soluções alternativas para apoiar a actuação eficiente dos indivíduos e do mercado visando a maximização do Bem-Estar Social.

Foram identificados os passos do Conselho da Europa e da União Europeia na análise da dimensão e do impacto económico e social do Desporto Europeu visando apoiar a decisão nacional e europeia dos agentes públicos e privados que actuam no mercado do desporto.

A análise factorial e de clusters dos indicadores utilizados e criados foram consistentes com a teoria apresentada.

A análise sugeriu uma linha de demarcação ténue entre os países com confederações de desportos com capacidade de regulação dos mecanismos de mercado e dos países cuja regulação é realizada pela Administração Central.

Verificou-se que todos os países atribuem subsídios aos agentes desportivos, razão pela qual se pode afirmar que neste nível de análise não existe nenhum país com políticas desportivas Coaseanas.

Assim a linha de demarcação encontrada situa-se entre países que desenvolvem políticas Pigouvianas com diferenças no campo da regulação.

Apenas uma análise mais pormenorizada permitiria esclarecer as características da definição política em cada um dos sistemas encontrados e até que ponto algum ou alguns dos países teria um comportamento mais próximo da solução Coaseana com maiores possibilidades de descentralização da afectação da riqueza, de eficiência do mercado e de maximização do Bem-Estar Social através da actuação do mercado.

Os países com confederações de desportos apresentaram resultados mais eficientes no mercado e na política desportiva. A maioria destes países apresentaram resultados de eficiência baixos quando comparados com resultados mais significativos alcançados pela Suíça, pela Alemanha e pelo Reino Unido.

A sua eficácia na Procura é superior à eficácia na Alta Competição. No entanto, os resultados na maior participação desportiva da população é conseguido em média com custos de eficiência.

Nos países centralizados destacam-se dois grupos. O primeiro formado por grandes países como a França, a Itália e a Espanha que conseguem manter posições relativas equivalentes aos países descentralizados. O segundo é formado por Portugal, pela Bélgica e pela Hungria que apresentam resultados eficazes na Alta Competição e ineficientes tanto no mercado como na política.

Os resultados sugerem que os países que mais se aproximam de políticas que contribuem para a maximização do Bem-Estar social são os que descentralizam as funções do Estado, mesmo que apenas em termos de regulação, e são igualmente aqueles países que desenvolvem estratégias eficazes do lado da Procura apesar de ser questionável o nível de eficiência por si alcançado.

## 6. BIBLIOGRAFIA

“Allied Dunbar National Fitness Survey: ain Findings”, (1992), The Sports Council and the Health Education Authority, United Kingdom.

Andreff, W.,Bourg, J.-F., Halba, B., Nys, J.-F. (1994) "Les enjeux economiques du sport en Europe: financement et impact economique" Conseil de L'Europe, Strasbourg.

Arnold, A.J. (1991) “An Industry in Decline? The Trend in Football League Gate Receipts” The Service Industries Journal, Vol .11 (2), pp 179-188.

Atkinson, S.E., Stanley, L.R., Tschirhart, J., (1988) “Revenue Sharing as an Incentive in an Agency Problem: an Example from the National Football League” Rand Journal of Economics, Vol .19, nº 1, Spring, 1988.

Bento, J., (1991) “Educação Física na Esocla Primária”, Vol.1, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física e Câmara Municipal do Porto.

Brunelli, M., (1992) ”The Sport and Economics project in Italy: Implementation and The Future Programmes”, DMSR (92)16, Appendix V, Strasbourg.

Clayes, U., Bollen, K., Hergoten, J. (1982) "Rationalisation des choix en matière de politique sportive - le sport dans la société europeene: une enquête transnationale", Conceil de L'Europe, Strasbourg.

Chabert, J.M. (1990) “A Lei de Bases do Sistema Desportivo: questões essenciais” CDDS, (90) 44, Comite pour le developpment du sport, Conseil de L'Europe Strasbourg.

Clement, R.C., McCormich, R.E., (1992) “Coaching Team Production” Economic Inquiry, Vol. XXVII, April 1989.

Coase, R. (1960) "The Problem of Social Costs" *The journal of Law & Economics*, 3 (October 1960).

Collins, M.F. (1991) "Sport and the State: the Case of the United Kingdom in Sport" *The third millennium*, Les Presses de l'Université Laval Saint-Foy, 1991, 261-268.

Conselho da Europa, (1980) "European Sport For All Charter", Strasbourg.

Coopers & Lybrand (1993) "The Impact of European Community Activities on Sport" prepared for DG X of the Commission of the European Communities.

Cornes, P., Sandler, T., (1987) "The Theory of Externalities, Public Goods and Club Goods" 2nd ed., Cambridge University Press.

Crespo, J. (1990) "A História do Corpo" Difusão Editorial, Lisboa.

Ferguson, D.G., Kenneth, G.S., Jones, J.C.H., Le Dressay, A. (1991) "The Pricing of Sports Events: Do Teams Maximize Profit?" *The Journal of Industrial Economics*, Vol XXXIX, March 1991.

Francisco, I.G. (1990) "Compreender a Contabilidade Nacional" Banco de Fomento Exterior, Lisboa.

Gratton, C., Taylor, P., (1985) "Sport and Recreation: An Economic Analysis" E. and FN Spon, London.

Gratton, C., Taylor, P. (1992) "Economics of leisure services management" Institute of Leisure and Amenity Management, Longman, 2nd ed.

Guldenpfening S (1989) Book Reviews in *Int. Rev. f. Soc. of Sport* (1989) 24, 271-274.

Heinemann, K., (1979) "Einführung in die Soziologie des Sports" Hoffmann Verlag Schorndorf in Riiskjaer (1986).

Jones, H. (1989) "The economic impact and importance of sport: an European study" Council of Europe, Strasbourg.

Kealy, M.J. (1992) "Economic Quantification of Leisure Benefits" in Driver, B.L. Brown, P.J. Peterson, G.L. "Benefits of Leisure Venture" Publishing Inc., State College Pennsylvania.

Krupp, H.J., Wagner, G., (1988) "The Economic Significance of Sport" nos Symposium proceedings sobre "Sport and Economy", Magglingen, Suíça.

Lewis, D., Kaiser, H.F. (1991) "Managerial Needs for Information" in Driver, B.L. Brown, P.J. Peterson, G.L. (1992) "Benefits of Leisure Venture" Publishing Inc., State College Pennsylvania.

Manuel, Roger C., Stynos, Daniel J., (1991) "A Retrospective: The Benefits of Leisure", Benefits of Leisure, Venture Publishing, INc., State College, Pennsylvania.

Meade, J.E., (1973) "The Theory of Economic Externalities: The Control of Environment Pollution and Similar Social Costs" Sijhoff (Leiden, Sweden) in Cornes e Sandler (1986).

Naisbitt, J., Aburdene, P., (1990) "Megatrends 2000 - Ten new directions for the 1990's" Morrow, New York.

Nichol, J.P., Coleman, P., Brazier, J.E. (1994) Health and Healthcare Costs and Benefits of Exercise Pharmacoeconomics 5 (2): 109-122.

Noll, R.G. (1974a) "Government and Sports Business" The Bookings Institution, Washington DC.

Noll, R.G. (1974b) "The U.S. Team Sports Industry: An Introduction" in Noll RG (1974a).

Norusis, M.J., (1985) "SPSS X - Advanced Statistics Guide" McGraw-Hill Book Company.

Paz, B.C., Martinez, J.D.G., Carballada, J.R., (1973) "La rationalisation des choix en matière de politique sportive", Conseil de l'Europe.

Pigou, A.C., (1920) "The Economics of Welfare", Macmillan.

Quirk, J. El Hodiri, M. (1974) "The Economic Theory of a Professional Sports League" in Noll RG (1974a).

Reijuen, J., Veltuijsen, J.W., (1989) "Economic Aspects of Health Through Sport" Proceedings of an International Conference: Sport an Economic Force in Europe, Lillehall UK, November.

Riikjaer, S. (1986) "Alterations in the sports involvement" Scandinavian Journal Sports Science 8(3): 117-122.

Riiskjaer, S. (1990) "Sports Policy between Economics and Cultural Dynamics - with special reference to voluntary sport" Paper presented at the Annual Committee for the Development of Sport Meeting February 27, 1990, Strasbourg.

Rodgers, B. (1977) "Rationalising sports policy - sport in its social context", Council of Europe, Strasbourg.

Santos, V., Tenreiro, F., Barros, C., Machado, T., (1990) "Importância Económica do Desporto (2.a Fase)", Direcção-Geral dos Desportos, Lisboa.

Santos, V., Tenreiro, F., (1993) "Estruturas de Mercado e Política desportiva", apresentado no Seminário sobre Política Industrial, Évora.

Santos, V., Tenreiro, F., (1993) "A Receita dos Clubes Desportivos e as Possibilidades de Internalização dos Benefícios Gerados", documento de trabalho, Lisboa.

Scitovski, T., (1976) "The Joyless Economy" Oxford University Press, New York, in Gratton e Taylor (1985).

Siehl, G.H., Kostmayer, P.H., (1991) "Needs for information in the legislative process", in Benefits of Leisure.

Taylor, T., (1987) "Sport and International Relations" in Allison, L. (ed.) "The Politics of Sport" Manchester University Press.

Valtonen, H., Rissanen, P., Pekurinen, M., (1990) "The Economics of Sport: Some Methodological Notes" Sport Science Review, ICSSPE, JAN.

Varian, H.R., (1990) "Intermediate Microeconomics: A Modern Approach" 2nd. ed., Norton International Student Edition, New York.

Vogel, H.L., (1990) "Entertainment Industry Economics" 2nd. ed., Cambridge University Press.

World Bank, (1992) "World Development Report - Development and the Environment" Oxford.

## 7. ANEXO ESTATÍSTICO

**Quadro 7.1 - Procura**

Países	Procura		População
	%	10 <sup>6</sup>	10 <sup>6</sup>
		Praticantes	Indivíduos
Alemanha	0.390	31.0	80
Bélgica	0.347	3.5	10
Dinamarca	0.360	1.8	5
Espanha	0.350	13.7	39
Finlândia	0.492	2.5	5
França	0.477	26.9	56
Hungria	0.208	2.2	11
Itália	0.220	12.7	58
Portugal	0.270	2.8	10
Reino Unido	0.390	22.4	57
Suécia	0.324	2.8	9
Suiça	0.444	3.0	7

Fontes: Os dados para todos os países da procura restrita foram construídos a partir dos dados das duas procuras apresentados no Relatório Andreff (1994) e os dados da população são do World Bank (1992).

## Quadro 7.2 - Indicadores Desportivos

Preços de 1990, milhões de US\$ PPC (paridade de poder de compra)

Países	FUT	JO	AC	GT	GC	GL	C	PIB	PIBD
A	150	112	262	5888	120	5768	14954	1695319	19777
B	60	3	63	790	251	539	1721	219262	2442
D	8	6	14	327	53	275	467	149252	818
E	89	13	102	1302	309	993	8102	560250	9404
Fi	4	5	9	509	76	433	1163	155652	1643
Fr	38	23	61	5668	1333	4335	8543	1356850	13665
H	31	27	58	88	57	31	89	31290	165
I	96	17	113	2488	1066	1422	9435	1242348	12390
P	46	1	47	415	191	224	705	67965	1075
RU	138	22	160	2619	132	2487	13036	1113077	15119
Se	14	12	26	473	47	426	1258	261391	1659
Si	21	3	24	502	38	464	8144	256472	8647

Fonte: Andreff (1994).

Construção do indicador de Alta Competição - número de presenças na segunda eliminatória das fases finais das taças europeias de futebol no período de 1960 a 1992, somado com o número de medalhas dos jogos olímpicos de 1988 e 1992. Utilizaram-se mais do que 1 ano para o indicador do futebol e dos jogos olímpicos de forma a obter pelo menos uma presença ou uma medalha para todos os países do estudo.

FUT- Vitórias nas segundas eliminatórias das Taças Europeias de Futebol;

JO - Total de medalhas nos Jogos Olímpicos de 1988 e 1992;

AC - Total das vitórias e das medalhas dos dois indicadores anteriores;

GT - Despesa da Administração Central e Local;

GC - Despesa da Administração Central;

GL - Despesa da Administração Local;

C - Despesa das Famílias;

PIB - Produto Interno Bruto a preços de mercado e em US\$PPC;

PIBD - Produto Interno Bruto Desportivo a preços de mercado e em US\$PPC.

**Quadro 7.3 - Indicadores de Eficácia**

Paises	FUTPOP	ACPRC	ACPOP	PRCPOP	FUTPRC	JOPRC
Alemanha	2	8	3	39	5	3.61
Bélgica	6	18	6	35	17	0.72
Dinamarca	2	7	3	36	4	3.00
Espanha	2	7	3	35	7	0.95
Finlândia	1	3	2	49	2	1.83
França	1	2	1	48	1	0.84
Hungria	3	26	5	21	14	12.02
Itália	2	9	2	22	8	1.30
Portugal	4	17	4	27	16	0.18
Reino Unido	2	7	3	39	6	0.98
Suécia	2	9	3	32	5	4.13
Suíça	3	8	4	44	7	0.84

Nota: FUTPOP - Vitórias do futebol no total da população;

ACPRC - Vitórias da alta competição no total da procura;

ACPOP - Vitórias da alta competição no total da população;

PRCPOP - Procura total no total da população;

FUTPRC - Vitórias do futebol no total da procura;

JOPRC - Vitórias nos jogos olímpicos no total da procura.

#### Quadro 7.4 - Indicadores de Eficiência

Paises	PIBD POP	CPIBD	GPIBD	PIBD PIB	FUTGL	JOGC	JOGL	PRCGC	PRCGL	ACGT	ACGC
A	249	0.756	3.359	1.167	0.026	0.935	0.019	0.259	0.005	0.044	2.187
B	244	0.705	3.091	1.114	0.111	0.010	0.005	0.014	0.006	0.079	0.249
D	160	0.572	2.500	0.548	0.029	0.105	0.020	0.035	0.007	0.041	0.257
E	241	0.862	7.222	1.679	0.090	0.042	0.013	0.044	0.014	0.078	0.330
Fi	329	0.708	3.229	1.056	0.009	0.059	0.010	0.032	0.006	0.017	0.112
Fr	242	0.625	2.411	1.007	0.009	0.017	0.005	0.020	0.006	0.011	0.045
H	16	0.540	1.879	0.527	1.000	0.467	0.855	0.039	0.071	0.655	1.012
I	215	0.761	4.981	0.997	0.068	0.015	0.012	0.012	0.009	0.045	0.106
P	103	0.656	2.588	1.582	0.205	0.003	0.002	0.015	0.013	0.112	0.243
RU	263	0.862	5.773	1.358	0.055	0.167	0.009	0.169	0.009	0.061	1.211
Se	193	0.759	3.509	0.635	0.033	0.245	0.027	0.059	0.007	0.054	0.543
Si	1291	0.942	17.214	3.371	0.045	0.065	0.005	0.077	0.006	0.047	0.612

Notas: PIBDPOP - Produto Interno Bruto Desportivo por indivíduo;

CPIBD - Despesa das famílias no PIBD;

GPIBD - Gastos públicos no PIBD;

PIBDPIB - Produto Desportivo no PIB nacional;

FUTGL - Vitórias do futebol pela unidade monetária gasta pela administração local;

JOGC - Vitórias nos jogos olímpicos pela unidade monetária gasta pela administração central;

JOGL - Vitórias nos jogos olímpicos pela unidade monetária gasta pela administração local;

PRCGC - Praticantes pela unidade monetária gasta pela administração central;

PRCGL - Praticantes pela unidade monetária gasta pela administração local;

ACGT - Vitórias da alta competição pela unidade monetária gasta pela administração pública;

ACGC - Vitórias da alta competição pela unidade monetária gasta pela administração central.

## 8. ANEXO 2

### 8.1 ANÁLISE FACTORIAL

"O objectivo da Análise Factorial é a construção do conjunto de factores que explicam a correlação de um conjunto de variáveis; que teste hipóteses da estrutura das variáveis; que represente um número grande de variáveis com um pequeno número de variáveis derivadas; e que determine o número de dimensões requeridas para representar um conjunto de variáveis." (Norusis, 1985).

"A metodologia da análise cria uma combinação linear de poucos factores comuns que são partilhados por todas as variáveis e um factor único específico à variável. As correlações entre as variáveis surgem da repartição dos factores comuns. Os factores comuns são estimados como combinações lineares das variáveis originais. Para melhorar a interpretação dos factores as soluções podem ser rodadas. Uma boa solução factorial é simples e significativa." (Norusis, 1985).

Através da análise factorial é possível analisar um conjunto muito largo de variáveis que representem os sistemas desportivos europeus criando alguns factores com amplo significado para a análise das políticas desportivas.

Este procedimento foi determinado pela análise da teórica do estudo e principalmente pelas variáveis existentes.

Se bem que ao nível dos indicadores financeiros o trabalho de Andreff (1994) tenha produzido um número abundante de elementos o mesmo já não se passa com os indicadores relacionados com os resultados da prática desportiva. Foi possível criar dois indicadores que expressassem a Alta Competição, pelo lado do Futebol Europeu e pelo lado dos Jogos Olímpicos, dados esses obtidos pela consulta de jornais desportivos ou pela consulta dos relatórios dos Jogos. Do lado da Procura foi mais difícil dada a necessidade de estabelecer procedimentos comuns na Europa para a

realização de estudos que caracterizem a prática desportiva o que não tem acontecido. Alguns países já realizam estudos neste domínio há muitos anos mas a dispersão de metodologias e critérios ainda é um factor condicionante.

Os dados económicos existentes no Relatório Andreff são de 12 países europeus nos quais faltavam muitas vezes valores para um ou outro país o que levou ao abandono de variáveis como o número de clubes ou a dimensão nacional do Trabalho Voluntário.

O trabalho de análise realizado tem subjacente uma teoria e limitações estatísticas. Outro suporte teórico e a agregação de outras variáveis terão efeitos diversos nas conclusões apesar da utilização do mesmo método de análise.

Os passos para a análise factorial são quatro e relacionam-se com a análise da matriz de correlações das variáveis; a extracção dos factores; a sua rotação; a criação de resultados para cada factor que depois pode ser utilizada noutras aplicações.

Todas as variáveis foram padronizadas de forma a eliminar a dimensão absoluta existente nas variáveis evitando a influência das que possuíssem um maior peso.

Refira-se igualmente que os resultados devem ser vistos com cautela dado que os testes estatísticos da análise factorial apresentaram valores fracos. Os testes de Kaiser-Meyer-Olkin sobre a adequação da amostra tomaram valores baixos entre os 0.4 e os 0.6 enquanto que apenas se consideram razoáveis a partir dos 0.7. Também o teste de Bartlett sobre a esfericidade apresentou pequenos valores à volta das 100 unidades quando deveria apresentar valores grandes da ordem das 900 unidades.

Apesar disso, o trabalho foi realizado dada a inexistência de alternativas quanto à possibilidade de utilização de outras variáveis ou dados e por se valorizar a hipótese de discussão de uma metodologia económica sobre os resultados da política desportiva a nível europeu.

## 8.2 APLICAÇÃO DA ANÁLISE FACTORIAL

Definido o objectivo da tese na análise estatística foram realizadas quatro fases que se relacionaram com a definição das áreas de análise, a criação dos factores interpretativos das variáveis, a sua aplicação a um sistema de eixos ortogonais e a agregação dos países aí representados através da análise de clusters dos factores criados.

O objecto do trabalho é a constatação da eficiência e eficácia do mercado desportivo e face aos seus resultados evidenciados pela análise estatística observar os resultados da política desportiva.

Estes dois pontos centrais são analisados pela análise factorial subdividindo-se a análise da política desportiva em primeiro lugar na análise dos factores que explicam a Procura e a Alta Competição e em segundo lugar da análise apenas da Alta Competição através dos factores explicativos do Futebol e dos Jogos Olímpicos.

Para cada um dos pontos da análise estatística são apresentados de seguida os resultados encontrados de acordo com a metodologia atrás descrita da análise factorial. Os resultados da análise factorial apresentados são a matriz de correlações, os factores explicativos das políticas e a partir destes localizam-se os factores criados num sistema de eixos ortogonais e apresenta-se a agregação dos países de acordo com os valores dos mesmos factores.

A localização dos países quanto aos objectivos em análise e a sua discussão faz-se no Capítulo 4.

## MERCADO DO DESPORTO

Tomando o Produto Interno Bruto como o Excedente Social procura-se através dele observar a eficiência do mercado do desporto através das seguintes variáveis adicionais:

Eficácia:

Importância da prática recreativa na população (PRC);

Alta Competição (AC) - importância do indicador composto de vitórias na Alta Competição sobre a Procura;

Eficiência:

O Excedente Social criado pelo mercado desportivo na Economia Nacional (PIBDPIB);

O Consumo das Famílias no PIBD (CPIBD);

Actuação do Governo no PIBD (GPIBD).

O teste de Kaiser-Meyer-Olkin da adequação da amostra foi de 0,610 e o teste de Bartlett foi de 35,0.

A Matriz de Correlações das variáveis acima referidas é apresentada no Quadro 8.1.

**Quadro 8.1- Matriz de Correlações**

		Eficácia		Eficiência		
		PRCPOP	ACPRC	PIBDPIB	CPIBD	GPIBD
Eficácia	PRCPOP	1.000				
	ACPRC	-0.737	1.000			
Eficiência	PIBDPIB	0.339	-0.185	1.000		
	CPIBD	0.299	-0.404	0.739	1.000	
	GPIBD	0.285	-0.232	0.921	0.790	1.000

A matriz das correlações mostra que existem dois grupos distintos o primeiro formado pela Procura e pela Alta Competição e o segundo pelos indicadores económicos. A correlação entre a Procura - PRCPOP e a Alta Competição - ACPRC tem significado estatístico, veja-se o valor -0.737, por ser superior a 0.5 sendo negativa. A correlação entre o PIBD - PIBDPIB, o Consumo - CPIBD e os Gastos - GPIBD também é significativa alcançando valores acima de 0.739.

Através da matriz das correlações é formada a Matriz dos Factores. A análise factorial cria dois factores que agregam a informação e mostram o comportamento que se pretende explicar da eficácia e da eficiência simplificando o número de variáveis apresentado. Os dois factores encontrados explicam 87.8% da variância, representando o primeiro factor 60.5% e o segundo factor 27.2%. Das 5 variáveis originais passam a ter-se apenas 2.

O significado de cada indicador nos factores criados é apresentado no Quadro 8.2, sendo a eficiência da política, GPIBD, o indicador melhor representado no primeiro factor e a Alta Competição no segundo factor.

**Quadro 8.2 - Factores explicativos do mercado desportivo**

		Primeiro Factor	Segundo Factor
Eficiência	GPIBD	0.963	
	PIBDPIB	0.947	
	CPIBD	0.858	
Eficácia	AC		-0.932
	PROC		0.904

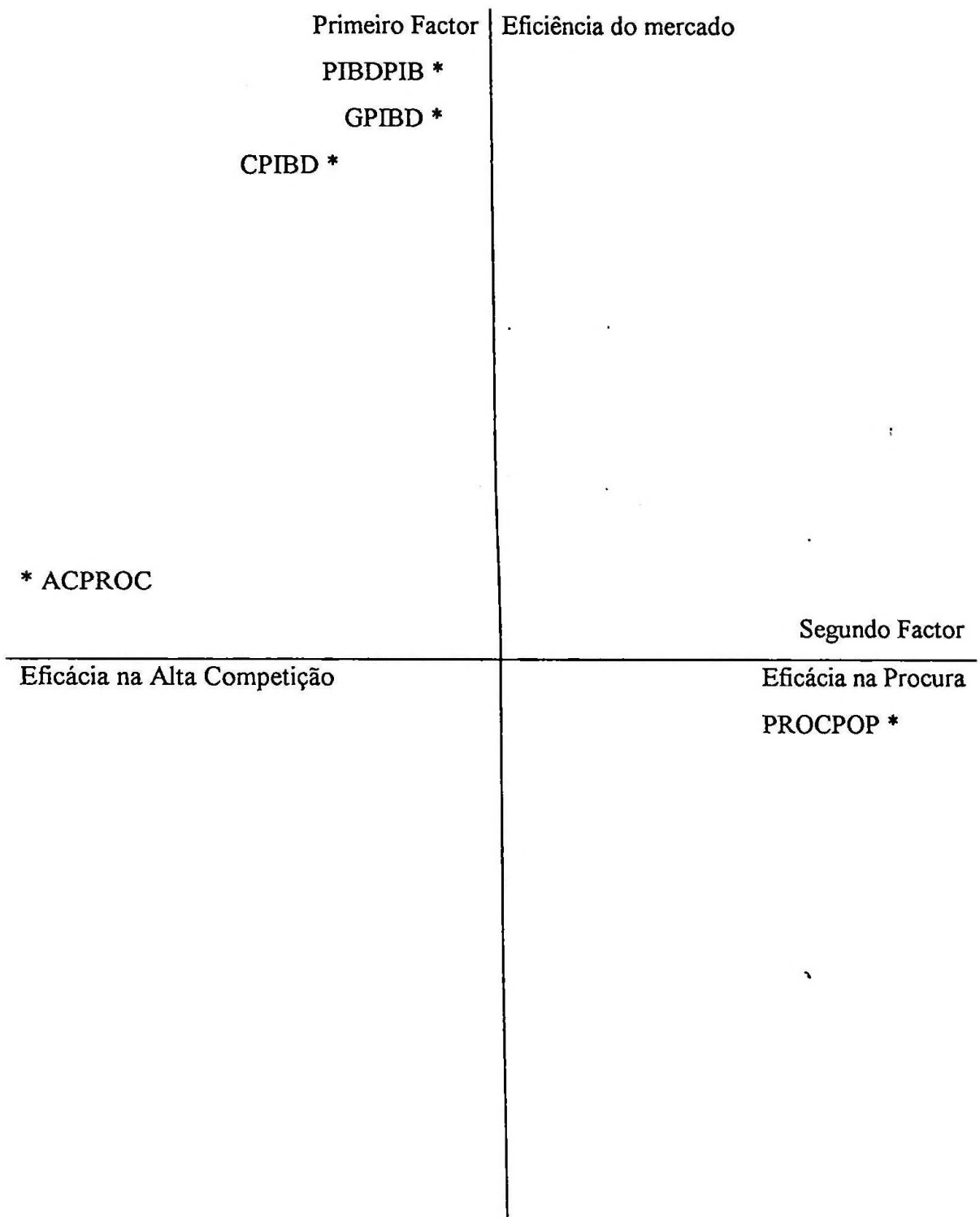
O primeiro factor representa a variância das 3 variáveis relacionadas com a eficiência do mercado desportivo na economia - PIBDPIB, com a do mercado representada pelo consumo - CPIBD e com a da política - GPIBD.

O segundo factor relaciona-se com a eficácia da performance na Alta Competição e no que se convencionou ser a Procura (actividade de recreação). Note-se que surgem com sinal contrário. O seu significado relaciona-se com a eficácia da Procura e da Alta Competição. Os países mais eficazes na Alta Competição apresentam indicadores de Procura menos significativos do que outros países com menores resultados relativos ao nível da Alta Competição.

Se colocarmos os dois factores num sistema de eixos ortogonais torna-se mais claro o posicionamento estrutural das variáveis que se pretendem analisar.

A leitura dos eixos da Figura 8.1 sugere que existe uma escala de eficiência e de eficácia. Ao colocar os países num sistema de eixos semelhante, poderão retirar-se conclusões quanto ao seu grau de eficiência e de eficácia e no caso desta última determinar se o país é mais eficaz na Procura se na Alta Competição. Observe-se o Capítulo 4. No último passo da análise estatística foi feita a análise de clusters aos factores criados para determinação dos países mais próximos quanto aos indicadores.

Figura 8.1- Mercado do Desporto



### Quadro 8.3 - Agrupamentos no Mercado Desportivo

Agrupamentos (Ag)	Países
1	Alemanha, Suécia e Dinamarca
2	Itália, Portugal e Bélgica
3	Espanha e Reino Unido
4	Finlândia e França
5	Hungria
6	Suiça

A análise não fornece uma ordem de grandeza mas juntando os países que estão mais próximos assegura a maior distância entre os agrupamentos criados. A observação das figuras do quarto capítulo permitem observar os agrupamentos no espaço ortogonal e são a base das conclusões da tese.

## POLÍTICA DESPORTIVA

A análise incide agora sobre as duas componentes da política desportiva, observando em primeiro lugar a relação entre a Procura e a Alta Competição e em segundo lugar a situação na Alta Competição, através de indicadores do Futebol e das restantes modalidades agregados nas medalhas olímpicas.

### PROCURA E ALTA COMPETIÇÃO

Foram analisadas sete variáveis de eficácia e de eficiência que se apresentam de seguida.

#### Eficácia

Procura (PRCPOP) - importância da prática recreativa na população;

Alta Competição na População (ACPOP)

Alta Competição na Procura (ACPRC)

## Eficiência

Procura no financiamento público central (PRCGC)

Procura no financiamento público local (PRCGL)

Alta Competição no financiamento público central (ACGC)

Alta Competição no financiamento público local (ACGL)

O teste de Kaiser-Meyer-Olkin da adequação da amostra foi de 0,540 e o teste de Bartlett foi de 130,9.

## Matriz de Correlações

### Quadro 8.4 - Procura e Alta Competição

	PRCPOP	ACPRC	ACPOP	PRCGC	PRCGL	ACGT	ACGC
PRCPOP	1.000						
ACPRC	-0.737	1.000					
ACPOP	-0.481	0.890	1.000				
PRCGC	0.231	-0.185	-0.047	1.000			
PRCGL	-0.569	0.763	0.465	-0.143	1.000		
ACGT	-0.589	0.821	0.553	-0.120	0.993	1.000	
ACGC	-0.025	0.152	0.211	0.933	0.186	0.221	1.000

A dimensão da explicação da variância é de 82,8%, explicando o primeiro factor 54,8% e o segundo 28%.

A análise conjunta dos Quadro 8.4 e Quadro 8.5 permite observar os valores da correlação mais significativos e a formação dos factores explicativos.

**Quadro 8.5 - Factores da Procura e da Alta Competição**

	Primeiro Factor	Segundo Factor
ACPRC	0.970	
ACPOP	0.776	
ACGT	0.923	
PRCGL	0.886	
PRCPOP	-0.770	
PRCGC		0.981
ACGC		0.981

Como se observa o segundo factor congrega claramente a eficiência da administração central. O primeiro factor é mais problemático e veremos que a sua resposta cabal terá de ser encontrada na análise do ponto seguinte a da Alta Competição.

Assim, o primeiro factor tem em extremos opostos a eficácia da Alta Competição com valores de 0.970 e 0.776 respectivamente para a sua relação com a Procura e com a População e a eficácia na Procura com -0.770.

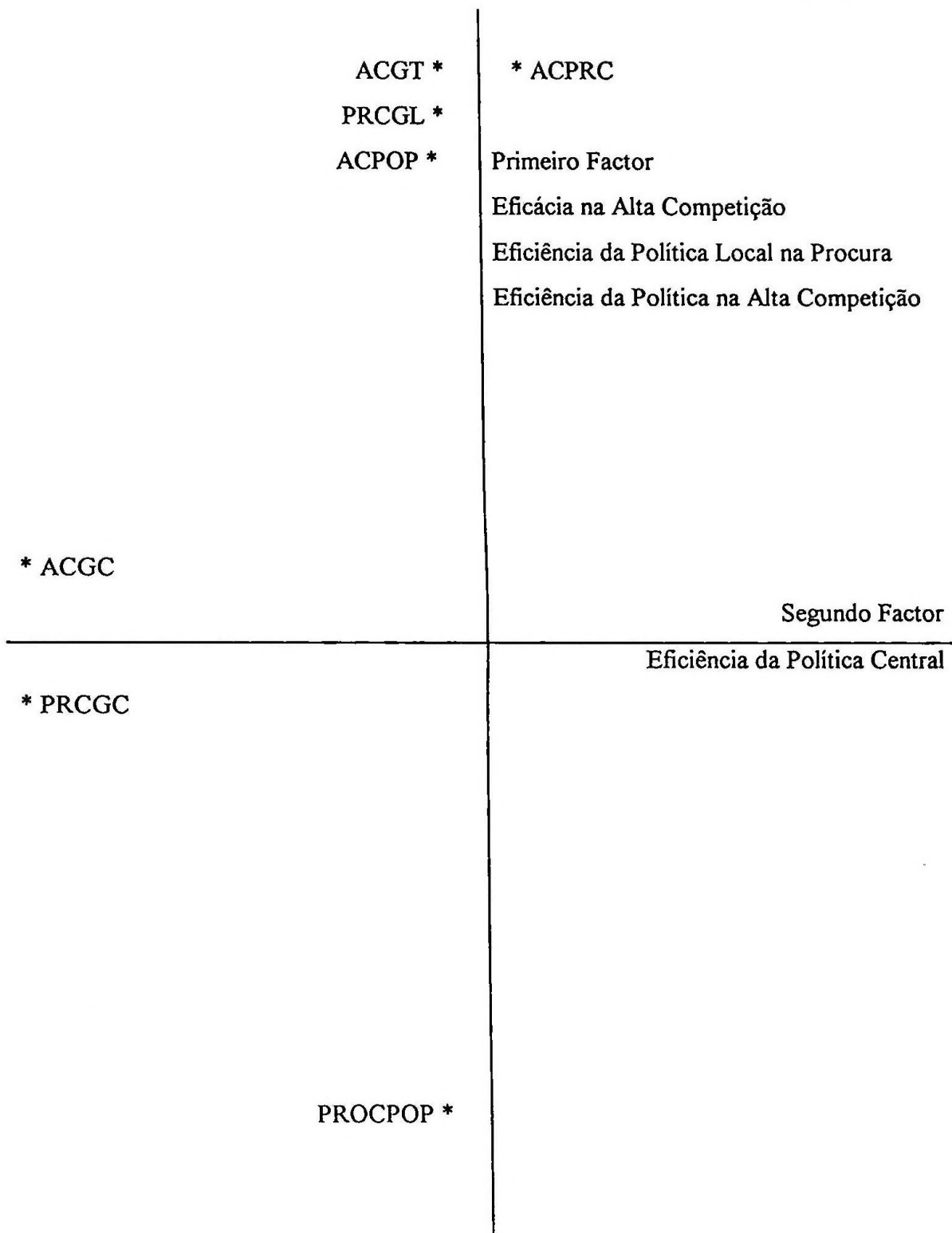
A introdução de valores da eficiência dos Gastos Públicos Totais na Alta Competição e dos Gastos Locais na Procura Local valorizou o primeiro factor juntamente com a eficácia da Alta Competição.

A representação ortogonal destes factores torna o significado dos factores mais clara. A sua apresentação realiza-se na Figura 8.2.

O resultado que é discutido no Capítulo 4 justifica o aprofundamento da investigação na área da Alta Competição.

Apresenta-se também no Quadro 8.6 a divisão por grupos de países de acordo com os resultados da análise factorial realizada neste ponto.

**Figura 8.2 - Procura e Alta Competição**



### Quadro 8.6 - Agrupamento de Países da Procura e Alta Competição

Agrupamentos	Países
1	Alemanha
2	Portugal, Bélgica e Itália
3	Espanha, Suécia, Dinamarca, Suíça, Finlândia e França
4	Hungria
5	Reino Unido

### FUTEBOL E JOGOS OLÍMPICOS

As variáveis utilizadas neste ponto foram as seguintes:

#### Eficácia

Importância das medalhas olímpicas na Procura (JOPRC)

Importância das vitórias do Futebol na População (FUTPOP)

Importância das vitórias do Futebol na Procura (FUTPRC)

#### Eficiência

Gastos Locais por vitória de Futebol (GLFUT)

Gastos Centrais por medalha olímpica (GCJO)

Gastos Locais por medalha olímpica (GLJO)

O teste de Kaiser-Meyer-Olkin da adequação da amostra foi de 0,404 e o teste de Bartlett foi de 91,8.

No Quadro 8.7 a matriz de correlações mostra a correlação entre as duas variáveis da eficácia do Futebol que forma um cluster mostrando a correlação das restantes variáveis.

**Quadro 8.7 - Matriz de Correlações**

	JOPRC	FUTPOP	FUTPROC	FUTGL	JOGC	JOGL
JOPRC	1.000					
FUTPOP	-0.085	1.000				
FUTPROC	0.179	0.916	1.000			
FUTGL	0.862	0.246	0.530	1.000		
JOGC	0.547	-0.145	-0.086	0.269	1.000	
JOGL	0.933	0.084	0.362	0.977	0.348	1.000

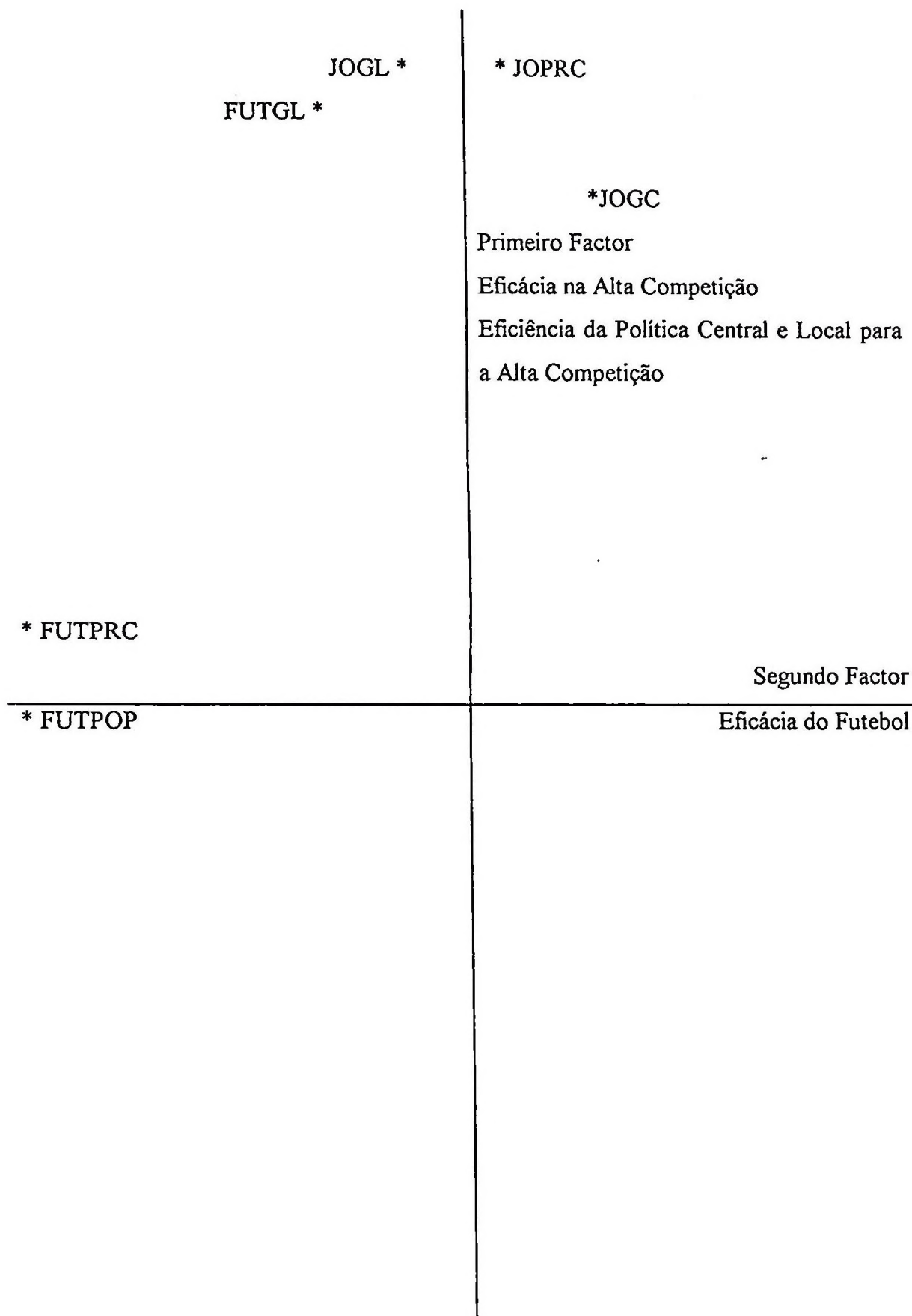
A dimensão da explicação da variância dos indivíduos é de 26,5% explicando o primeiro factor 54,4% e o segundo 32,1%.

O Quadro 8.8 mostra os factores formados colocando no primeiro a eficácia dos Jogos Olímpicos e a eficiência da política central e local e no segundo factor a eficácia do Futebol.

**Quadro 8.8 - Factores explicativos do Futebol e da Alta Competição**

	Primeiro Factor	Segundo Factor
JOPRC	0.982	
JOGL	0.951	
FUTGL	0.893	
JOGC	0.600	
FUTPRC		0.962
FUTPOP		0.955

Figura 8.3 - Futebol e Jogos Olímpicos





O agrupamento dos países é apresentado no Quadro 8.9.

**Quadro 8.9 - Agrupamentos do Futebol e dos Jogos Olímpicos**

Agrupamentos (Ag)	Países
1	Alemanha
2	Portugal e Bélgica
3	Suécia, Dinamarca, Finlândia e França
4	Reino Unido, Itália, Espanha e Suíça
5	Hungria